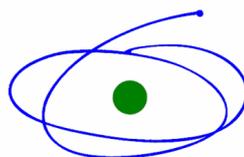




UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA – PosLA
MESTRADO ACADÊMICO EM LINGUÍSTICA APLICADA

ADRIANA MARLY SAMPAIO JOSINO

**EDIÇÃO FILOLÓGICA E ESTUDO FRASEOLÓGICO
DOS AUTOS DE ARREMATAÇÃO DA VILA DE SOBRAL (1817-1823)
VOLUME II**



C A P E S

FORTALEZA – CEARÁ

2015

ADRIANA MARLY SAMPAIO JOSINO

**EDIÇÃO FILOLÓGICA E ESTUDO FRASEOLÓGICO
DOS AUTOS DE ARREMATAÇÃO DA VILA DE SOBRAL (1817-1823)
VOLUME II**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, do Centro de Humanidades, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Linguística Aplicada.

Área de concentração: Linguagem e interação

Orientador: Prof. Dr. Expedito Eloísio Ximenes.

FORTALEZA – CEARÁ

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Josino, Adriana Marly Sampaio.

Edição filológica e estudo fraseológico dos autos de arrematação da vila de Sobral (1817-1823) [recurso eletrônico] / Adriana Marly Sampaio Josino. - 2015.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 150 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza, 2015.

Área de concentração: Linguagem e interação.

Orientação: Prof. Dr. Expedito Eloísio Ximenes.

1. Estudo filológico. 2. Edição semidiplomática. 3. Autos de arrematação. 4. Fraseologias especializadas.
I. Título.

ADRIANA MARLY SAMPAIO JOSINO

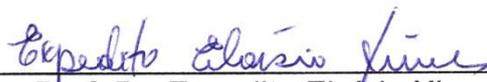
EDIÇÃO FILOLÓGICA E ESTUDO FRASEOLÓGICO
DOS AUTOS DE ARREMATAÇÃO DA VILA DE SOBRAL (1817-1823)
VOLUME II

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, do Centro de Humanidades, da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Linguística Aplicada.

Orientador: Prof. Dr. Exedito Eloísio Ximenes

Aprovada em: 27 / 02 / 2015.

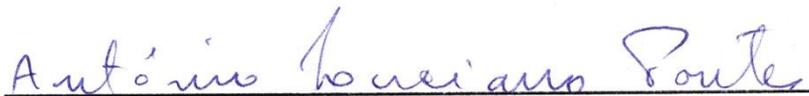
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Exedito Eloísio Ximenes (Orientador)
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Profa. Dra. Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz (1º Membro)
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS



Prof. Dr. Antônio Luciano Pontes (2º Membro)
Universidade Estadual do Ceará – UECE

À minha mãe, *Meuba (in memoriam)*.

AGRADECIMENTOS

A Deus, força que me move e motiva a lutar pelo que acredito.

Aos meus irmãos, Josinewton Júnior, Ricardo Augusto e Emílio Carlos, pelas conversas e, sobretudo, pelo constante apoio.

À minha irmã Josimeuba Josino, pelo amor e pela amizade que sempre me dedica.

A todos os meus sobrinhos, em especial à Denise Josino e ao João Josino, pela parceria acadêmica.

Às Rosas com que fui abençoada.

Ao professor Exedito Eloísio Ximenes, intermediador de minha relação com universo tão precioso, o universo do amor ao conhecimento, pela confiança, por me abrir a porta de sua casa e oportunizar tantas boas conversas.

Ao professor Márcio Santiago, pelas preciosas contribuições no exame de qualificação.

Ao professor Luciano Pontes, meu particular agradecimento, por acompanhar-me da qualificação à defesa, compartilhando parte de seu imenso conhecimento.

À professora Rita Queiroz, por conduzir-me pela seara filológica, antes mesmo de nos conhecermos, por ler este trabalho e pelas valiosas contribuições.

À professora Rosemeire Selma Monteiro-Plantin, por abrir-me as portas de sua casa e de sua estante, pela sua amizade.

À professora Aurea Zavam, pelas palavras de incentivo em todas as situações.

À Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e aos professores, pelo espaço de crescimento intelectual e humano.

Às colaboradoras da secretaria do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, em especial à Keiliane Dantas, pela constante disponibilidade.

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), pelo apoio financeiro que possibilitou a realização desta pesquisa.

À direção do Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), sempre disponível para atender aos pesquisadores.

Aos servidores do APEC, em especial aos que se dedicam à Sala de Pesquisas, e a sra. Carla, pela acolhida e pelo serviço aos pesquisadores.

Ao querido professor André Frota, pela ajuda na leitura de alguns documentos, pelas orientações históricas e pelas conversas.

A todos os colegas que direta ou indiretamente, com o seu sim e o seu não, ajudaram-me a tomar decisões e redirecionar meus caminhos.

Aos queridos Wagner e Ticiane, pela leitura dos meus escritos, pela troca de ideias, pelos cafés e risadas, tudo regado por lições de simplicidade e amizade.

À colega Cínthya Martins, um anjo que, gratuitamente, investiu no meu sonho.

Às colegas Edineuda, Fernanda e Monique, pela convivência amiga.

À Edmar, pelas discussões, pelo conflito, pelo respeito; conversas, cafés e amizade.

À Rachel Luzia e Tatyane, por, respectivamente, diagramar o primeiro volume deste trabalho e por ajudar com a formatação do volume II; e a ambas, pela amizade.

Aos colegas dos grupos de estudos Praetece e Tradice, pelos encontros repletos de conhecimento e alegria.

Às amigas Celene Moraes e Isabel Oliveira, pelo apoio emocional e companheirismo.

A todos que tornaram possível a realização deste trabalho, embora não tenham sido citados diretamente.

“Uma parte de mim
é todo mundo:
outra parte é ninguém:
fundo sem fundo.

uma parte de mim
é multidão:
outra parte estranheza
e solidão.

[...]

Uma parte de mim
é permanente:
outra parte
se sabe de repente.

Uma parte de mim
é só vertigem:
outra parte,
linguagem.

Traduzir uma parte
na outra parte
– que é uma questão
de vida ou morte –
será arte?”

(Ferreira Gullar)

RESUMO

Esta dissertação é resultado do estudo filológico do livro *Arrematações de Auzentes da Villa de Sobral (1817-1823)* e do estudo linguístico das fraseologias especializadas nele presentes. O trabalho consta da edição semidiplomática dos 39 *autos de arrematação* que compõem o *corpus* de análise, da descrição de sua estrutura diplomática e do seu conteúdo, das análises codicológica e paleográfica. Consta, ainda, da elaboração de um glossário das fraseologias especializadas contidas no *corpus*, pertencentes à esfera jurídico-administrativa do Brasil colonial. Devido às características dos documentos analisados, fez-se manualmente a coleta, a seleção e a organização das fraseologias, contando com o auxílio de fichas fraseográficas, que facilitaram o registro das bases fraseológicas, das formas variantes, dos contextos e, principalmente, da frequência de ocorrência. De posse dos dados, organizou-se o glossário fraseológico, de acordo com a microestrutura pensada para as entradas. O tratamento filológico foi realizado sob a égide teórica de Spina (1994), Belloto (2002), Cambraia (2005) e Ximenes (2004, 2013). Fez-se o estudo linguístico em quatro partes. A análise linguística considerou quatro tópicos: a Terminologia e texto especializado (CABRÉ, 2002; KRIEGER; FINATTO, 2004; CABRÉ; ESTOPÀ, 2007); a teoria geral da fraseologia (BLAIS, 1993; BEVILACQUA, 1996; CORPAS PASTOR, 1996; KRIEGER; FINATTO, 2004; WELKER, 2004; TAGNIN, 2011; ORTIZ ALVAREZ, 2011); as fraseologias da língua de especialidade (BLAIS, 1993; PAVEL, 1993a, 1993b; GOUADEC, 1994); a elaboração do glossário das fraseologias especializadas (WELKER, 2004; KRIEGER; FINATTO, 2004; KRIEGER, 2006; PONTES, 2009). Esta pesquisa resguardou os documentos e seu conteúdo informativo, editou material para o desenvolvimento de outros trabalhos e forneceu um glossário com informações linguísticas e extralinguísticas das fraseologias especializadas estudadas.

Palavras-chave: Estudo filológico. Edição semidiplomática. Autos de arrematação. Fraseologias especializadas.

ABSTRACT

This thesis is the result of the philological study of the book *Arrematações de Auzentes da Villa de Sobral (1817-1823)* as well as a linguistic study of the specialized phraseology used in the book. The work consists of a semi-diplomatic edition of the 39 notices of auction that make up the *corpus* of analysis, its historical context, a description of its diplomatic structure, a description of its content – which includes both the social actors and the objects auctioned, in addition to a codicological and paleographic analysis. There is also a glossary of specialized phraseology contained in the *corpus*, belonging to the legal and administrative level of colonial Brazil. Due to the characteristics of the documents analyzed, the collecting, selecting and organizing of the phraseology was done manually, with the aid of phraseographic strips. This facilitated the registration of phraseological bases, from variant forms, contexts, and, above all, the frequency of occurrence. With this data, the glossary was organized according to the microstructure designed for those entries. The philological analysis was performed using the theories of Spina (1994), Belloto (2002), Cambraia (2005) and Ximenes (2004, 2013). The linguistic analysis considered four topics: Terminology and specialized text (CABRÉ, 2002; KRIEGER and FINATTO, 2004; CABRÉ and ESTOPÀ, 2007); theory of phraseology (BLAIS, 1993; BEVILACQUA, 1996; CORPAS PASTOR, 1996; KRIEGER and FINATTO, 2004; WELKER, 2004; TAGNIN, 2011; ORTIZ ALVAREZ, 2011); phraseology of specialized language (BLAIS, 1993; PAVEL, 1993a, 1993b; GOUADEC, 1994); and the preparation of the glossary of specialized phraseology (WELKER, 2004; KRIEGER and FINATTO, 2004; KRIEGER, 2006; PONTES, 2009). The research protects the documents and their information content, provides excellent material for the development of other studies and adds to existing phraseological research by providing a glossary containing both linguistic and extralinguistic information about the phraseology studied.

Keywords: Philological study. Semi-diplomatic edition. Auction notice. Specialized phraseology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Abertura do <i>auto de arrematação</i> nº 1.....	37
Figura 2 –	Parte introdutória do <i>auto de arrematação</i> nº 1.....	38
Figura 3 –	Desenvolvimento (Registro do evento) do <i>auto de arrematação</i> nº 1.	39
Figura 4 –	Fechamento do <i>auto de arrematação</i> nº 1.....	43
Figura 5 –	Custas do <i>auto de arrematação</i> nº 1.....	44
Figura 6 –	Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC).....	65
Figura 7 –	Visão à direita da Sala de Pesquisas (APEC).....	66
Figura 8 –	Estante para materiais de pesquisas (Sala de Pesquisas / APEC).....	66
Figura 9 –	Códice <i>Arrematações de Auzentes da Villa de Sobral (25-Fevereiro- 1817)</i>	96
Figura 10 –	Recto do fólio 69.....	97
Figura 11 –	Termo de abertura.....	98
Figura 12 –	Termo de encerramento.....	99
Figura 13 –	Parte introdutória do <i>auto de arrematação</i> nº 2.....	101
Figura 14 –	Parte introdutória do <i>auto de arrematação</i> nº 39.....	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Demonstrativo da estrutura informativa dos <i>autos</i>	45
Quadro 2 –	Distribuição dos <i>autos de arrematação</i>	70
Quadro 3 –	Juízes ordinários provedores comissários de ausentes.....	77
Quadro 4 –	Arrematantes, procuradores e fiadores.....	80
Quadro 5 –	Conteúdo dos <i>autos de arrematação</i>	85
Quadro 6 –	Guia básico de descrição codicológica (adaptado).....	95
Quadro 7 –	Demonstrativo das marcas codicológicas.....	99
Quadro 8 –	Grafemas da língua portuguesa.....	102
Quadro 9 –	Exemplos de letra ramista.....	105
Quadro 10 –	Exemplos de escrita pseudoetimológica.....	106
Quadro 11 –	Exemplos de escrita fonética.....	106
Quadro 12 –	Modelo da ficha fraseográfica utilizada.....	108
Quadro 13 –	Demonstrativo da microestrutura do glossário fraseológico.....	112
Quadro 14 –	Exemplo de verbete.....	113

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEC	Arquivo Público do Estado do Ceará
FLC	Fraseologia(s) da Língua Comum
FLE	Fraseologia(s) da Língua de Especialidade
LC	Língua Comum
LE	Língua de Especialidade
PRAETECE	Práticas de Edição de Textos do Estado do Ceará
UT	Unidade(s) Terminológica(s)
UF	Unidade(s) Fraseológica(s)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	OBJETIVOS.....	17
1.2	JUSTIFICATIVA	17
1.3	ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	21
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	24
2.1	A FILOLOGIA E AS SUAS INTERFACES.....	25
2.2	A TERMINOLOGIA E O TEXTO ESPECIALIZADO.....	31
2.3	A TEORIA GERAL DA FRASEOLOGIA.....	50
2.4	AS FRASEOLOGIAS DA LÍNGUA DE ESPECIALIDADE.....	55
2.5	O GLOSSÁRIO FRASEOLÓGICO.....	57
3	METODOLOGIA.....	63
3.1	DO <i>CORPUS</i>	63
3.1.1	Da localização do <i>corpus</i>.....	63
3.1.2	Da escolha e da coleta do <i>corpus</i>.....	70
3.1.3	Dos tipos de edição dos documentos: fac-similar e semidiplomática.....	71
3.2	DO CONTEXTO HISTÓRICO DOS DOCUMENTOS.....	74
3.3	DA DESCRIÇÃO DO CONTEÚDO DOS <i>AUTOS</i>	75
3.3.1	Dos sujeitos.....	76
3.3.1.1	Dos juízes ordinários.....	76
3.3.1.2	Do porteiro do auditório.....	77
3.3.1.3	Dos escrivães.....	77
3.3.1.4	Dos arrematantes, seus procuradores e fiadores.....	79
3.3.1.5	Do tesoureiro.....	82
3.3.2	Dos objetos leiloados.....	83
3.4	DOS ASPECTOS CODICOLÓGICOS E PALEOGRÁFICOS DOS <i>AUTOS</i>	95
3.5	DO ESTUDO DAS FRASEOLOGIAS.....	107
3.5.1	A seleção e a coleta das fraseologias.....	107
3.5.2	A organização do glossário.....	109

4	GLOSSÁRIO FRASEOLÓGICO.....	115
4.1	SEÇÃO 1: ABERTURA.....	115
4.2	SEÇÃO 2: INTRODUÇÃO.....	118
4.3	SEÇÃO 3: REGISTRO DO EVENTO.....	119
4.4	SEÇÃO 4: FECHAMENTO.....	131
4.5	SEÇÃO 5: CUSTAS.....	136
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	138
	REFERÊNCIAS.....	141
	ÍNDICE REMISSIVO.....	149

1 INTRODUÇÃO

“... se a linguagem é uma prática social, ao estudarmos a linguagem, estamos estudando a sociedade e a cultura das quais ela é parte constituinte e constitutiva”.

(FABRÍCIO, 2008, p. 48).

A história da humanidade se divide em dois grandes momentos: antes e a partir da escrita. “A lei escrita substituiu a lei oral, o contrato escrito substituiu a convenção verbal, a religião escrita se seguiu à tradição lendária” (HIGOUNET, 2003, p. 10). A invenção da escrita foi, dessa maneira, um divisor de águas. Não há história que não se fundamente sobre processos escritos.

Devido ao seu caráter permanente, a escrita deu consistência aos processos sociais por meio dos registros. Leis, contratos, certidões, cadastros: tudo parte do registro escrito. A princípio, os documentos escritos tornavam válidos os diversos trâmites sociais. Nos nossos dias, passaram a ser, também, objeto de estudo de várias áreas de pesquisa. A Linguística é uma delas.

O surgimento da escrita está relacionado à complexidade das sociedades, à evolução das práticas sociais e, com isso, à preservação da memória. Os registros escritos transpiram o contexto histórico em que foram produzidos. Ao se analisarem os documentos que circularam em um momento histórico, pode-se mapear a forma como se organizava a sociedade, identificar as relações de poder, os procedimentos administrativos e o comportamento da comunidade discursiva.

Os documentos que contam a história da humanidade, os que contam a história do Brasil têm, nos arquivos públicos de modo geral, aliados, protetores e guardiães, que buscam a sua preservação. Uma visita ao Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC) possibilita o contato com os documentos notariais que serviram à administração colonial e imperial brasileira. Alvarás, autos, bandos, editais, ordens régias, cartas, ofícios e portarias são alguns dos gêneros que lá se encontram. Cada documento com uma história para contar, cada gênero com uma intenção comunicativa, com um propósito de registro legal.

Diante dessa diversidade de gêneros e considerando a necessidade de resgatar nossa memória documental e linguística, traçando os caminhos percorridos pela língua portuguesa, por meio de um estudo lexical, escolhemos para objeto de

nossa investigação o livro *Arrematações de Auzentes da Villa de Sobral*, constituído por *autos de arrematação* produzidos entre 1817 e 1823.

Por tratarem de pregões de venda de bens diversos, observa-se, nos manuscritos, grande riqueza lexical relacionada, principalmente, à esfera jurídico-administrativa do Brasil colonial e ao que se considerava “objeto” de venda. Vê-se refletida a cultura da época nas palavras que se empregavam para denominar os bens que então circulavam, nos termos que denominavam os cargos públicos e nas fraseologias que identificavam processos jurídicos daquele momento histórico.

A não compreensão de alguns termos pode comprometer o entendimento do teor informacional dos documentos. É aqui que situamos o objeto de nossa dissertação: o uso da língua portuguesa na realidade brasileira do início do século XIX, mais especificamente o léxico usado pela burocracia jurídico-administrativa da colônia, aproximando ainda mais a lente, o uso das fraseologias especializadas, contidas nos manuscritos que estudamos.

Nossa questão básica de investigação foi: como identificar, coletar e selecionar as fraseologias especializadas que compõem o livro *Arrematações de Auzentes da Villa de Sobral (1817-1823)* e como organizá-las num glossário fraseológico? Essa questão se desdobrou em várias outras que igualmente direcionaram nossa pesquisa. Qual a configuração adequada ao glossário de um *corpus* constituído por documentos notariais do início do século XIX? Que elementos deverão ser contemplados na macro e na microestrutura de cada verbete? Já que a língua é um patrimônio específico de um povo e de uma época, que elementos sócio-histórico-culturais se revelam por meio dela, especificamente, por meio do léxico?

No contexto atual, no qual imperam a velocidade das mídias e as efemeridades, precisamos ter muito claros os objetivos que queremos alcançar com um estudo dessa natureza, ter muito claras as razões que nos fazem debruçar sobre um objeto de pesquisa que, para algumas pessoas, não passa de um monte de papéis antigos, que tiveram validade apenas em época pretérita. É disso que trataremos a seguir.

1.1 OBJETIVOS

Nosso objetivo principal foi fazer os estudos filológico e linguístico do livro *Arrematações de Auzentes da Villa de Sobral (1817-1823)*, através da elaboração de glossário de fraseologias especializadas.

Já os objetivos específicos foram:

- Preservar as informações contidas nos manuscritos, bem como os vestígios da história da língua portuguesa, através da edição filológica;
- Estudar as fraseologias da língua especializada, sua estrutura formal e sua carga semântica;
- Analisar os elementos sócio-histórico-culturais revelados por meio do léxico.

1.2 JUSTIFICATIVA

O Brasil é um país que possui muitas riquezas. Uma delas é a riqueza documental. Os arquivos públicos do país possuem, em seu acervo, inúmeros testemunhos documentais de sua formação e de sua história ao longo desses quinhentos anos de descobrimento.

O estado do Ceará guarda, em seu arquivo público, documentação que abre as portas para uma visita ao passado, para a pesquisa sobre uma história que foi escrita por diversas mãos. “O Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC) é um dos mais importantes e ricos do Nordeste, à exceção dos arquivos da Bahia e de Pernambuco” (XIMENES, 2004, p. 25). O APEC reúne farto acervo de documentos de natureza administrativa e de natureza notarial (ou cartorial) de riquíssimo teor histórico, linguístico, sociológico, jurídico etc., razão pela qual é muito procurado por pesquisadores que buscam fontes de informações seguras.

Segundo Ximenes (2004), apesar do árduo trabalho realizado pelos colaboradores daquela instituição, a maior parte dos documentos ainda não está sequer catalogada. São inúmeros documentos manuscritos à espera de catalogação e edição, a fim de poderem servir à ciência e, conseqüentemente, à sociedade. Devido a essa imensa quantidade de documentos, que guardam e refletem a nossa história social e a história da língua portuguesa, e devido à exiguidade de pesquisas

efetivamente realizadas, ainda há muitos campos a serem desbravados pelos pesquisadores. Trabalhar para que as pesquisas avancem, para que as lacunas sejam preenchidas e, conseqüentemente, para que esse quadro mude é muito importante. Esse foi nosso intuito com a pesquisa que desenvolvemos.

Nossa contribuição irá ao encontro das pesquisas já existentes. Entre estas, citamos as pesquisas de Ximenes (2004, 2009), que tem se dedicado aos estudos filológico e linguístico dos documentos manuscritos do período colonial brasileiro. Em sua dissertação de mestrado, o pesquisador estudou o comportamento dos pronomes clíticos em *Autos de Querella* escritos no Ceará do século XIX. Em sua tese, voltou-se para as unidades fraseológicas (UFs) da linguagem jurídico-criminal da capitania do Ceará, nos séculos XVIII e XIX, além da elaboração de um glossário das UFs usadas nos processos jurídicos.

Outra contribuição local para o resgate da memória documental vem de Martins (2013), ao descrever, em sua dissertação de mestrado, o gênero *bando*, gênero específico da administração colonial brasileira. Além de dar aos documentos o trato filológico, fazendo-lhes a edição, pesquisou sobre seu propósito comunicativo, sobre sua configuração formal, sobre as relações dialógicas que os bandos estabeleciam, sobre os atores sociais que interagem por meio desse gênero textual, entre outros aspectos circundantes a esse evento comunicativo.

Citamos, ainda, as pesquisas de Loiola (2014) e Nunes (2014), ambas com *corpora* documentais. Loiola (2014) se dedicou ao gênero edital. Selecionou alguns editais, entre os custodiados pelo APEC, editou-os e os entrelaçou aos campos filológico, diplomático e linguístico. Nunes (2014) mergulhou nos *autos de querela* e elaborou um glossário de termos do campo lexical *violência*, produto terminográfico que contém o macrocampo do crime e o distribuiu em microcampos e subcampos, numa pesquisa minuciosa que considerou a realidade linguística de nossos antepassados.

É importante salientar que, no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PosLA-UECE), há, em andamento, várias pesquisas cuja energia se destina ao resgate de documentos manuscritos do período colonial brasileiro, através de sua edição, assim como ao seu estudo linguístico, elaborando glossários que favoreçam a consulta por filólogos, historiadores, sociólogos, antropólogos, juristas etc.

No âmbito nacional, há pesquisadores que também se dedicam a essa causa. Podemos citar Queiroz (1995; 2002) e sua dedicação ao estudo de documentos por meio da crítica textual. Em sua dissertação de mestrado, tratou da edição crítica dos sonetos dispersos de Arthur de Salles; em sua tese, trabalhou com a edição de documentos medievais portugueses e estudou o respectivo vocabulário.

Nos estudos lexicais, segunda fase de nossa pesquisa, há vários trabalhos. Abbade (2009) é uma das pesquisadoras que destacamos aqui. Da dissertação de mestrado à tese de doutorado, dedicou-se ao primeiro manuscrito da culinária portuguesa medieval. Após uma discussão acerca da polifonia que caracteriza o referido livro de cozinha – segundo a pesquisadora, escrito a sete mãos –, Abbade realiza seu estudo lexical, enveredando pela teoria coseriana dos campos lexicais.

Nas ciências do léxico, há, também, os estudos de Pontes (1997), de Farias (2003) e de Santiago (2013), todos sob o viés da Terminologia. Farias (2003) realizou, por meio de sua tese intitulada *A linguagem da moda no português contemporâneo*, estudos sobre o léxico da moda e elaborou um glossário de termos que se encaixam nesse contexto semântico. Pontes (1997) dedicou sua tese ao léxico da cultura e da industrialização do caju, com vistas à elaboração de um glossário destinado não apenas aos agrônomos, mas também a todos os profissionais interessados nessa área. Santiago (2013) desenvolveu pesquisa sobre a constituição e o papel das fraseologias presentes em tutoriais de ambientes virtuais de aprendizagem da Educação à Distância. Em seus estudos, estabeleceu subcategorias para essas fraseologias especializadas, considerando o grau de importância que possuem no ambiente virtual e a utilização pelos usuários, propondo um sistema classificatório.

Escolhemos o livro *Arrematações de Auzentes da Villa de Sobral* para dar-lhe tratamento filológico e realizar nossa pesquisa, por conter *autos de arrematação* com notória riqueza lexical. Os manuscritos formalizaram leilões em praça pública, procedimento jurídico-administrativo do Brasil colonial. Termos simples e sintagmáticos identificam os cargos dos envolvidos nos processos, fraseologias especializadas designam as ações dos participantes dos eventos. Não há dúvida de que a edição dos manuscritos e a elaboração de um glossário

fraseológico favorecem à reconstrução da história da língua portuguesa, assim como da história do Brasil.

Em direção a essa reconstrução, o primeiro passo foi o trabalho filológico. À época em que os manuscritos foram produzidos, não havia padronização caligráfica nem normatização ortográfica. O labor filológico assegurou o adequado trato linguístico a esses documentos e garantiu que seus registros fossem, de fato, trazidos à luz, sem alterações ou distorções, protegendo-os dos ruídos de comunicação e, até mesmo, evitando a perda de informações. Nosso *corpus* se encontrava *in natura* e teve que ser totalmente editado, com o devido rigor científico.

O *corpus* oferece subsídios aos pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento. Podemos citar a área do Direito, já que o gênero *auto* está circunscrito na esfera jurídica, podendo ser feita uma comparação entre os pregões de venda atuais e os que ocorriam no passado, fazendo o acompanhamento diacrônico desse procedimento jurídico; os pesquisadores da História terão narrada, pelas mãos dos escribas, parte da história da antiga Villa de Sobral, visto que nos *autos* era feita uma espécie de narração de como ocorriam os leilões, bem como a quem pertenciam originalmente os bens a serem leiloados; também a Sociologia poderá dispor de riquíssimo material para o estudo, por exemplo, do poder que era conferido aos escribas, elite intelectual da época, por deterem a habilidade da leitura e escrita; os linguistas terão textos fidedignos de um momento pelo qual passou a língua portuguesa, os quais contêm vários objetos para análise.

O estado de conservação em que o livro se encontra confirmou nossa escolha. Os manuscritos estão bastante marcados pela ação do tempo. Os fólios¹ estão muito amarelados, alguns possuem manchas que, às vezes, dificultam ou impossibilitam a leitura. Nesse contexto, é necessário, mais uma vez, considerar a importância do trabalho do filólogo, pesquisador especializado no resgate documental, patrimônio suscetível a incêndios, a fenômenos da natureza, a ação de agentes biológicos etc.

Outro aspecto que confirmou nossa escolha foi o fato de o códice² se encontrar também na versão digital, o que minimizou a necessidade de manuseio

¹ Fólio é cada uma das folhas (frente e verso) de um livro manuscrito.

² Palavra de origem latina, significa “livro manuscrito”. O códice é um avanço do rolo de pergaminho e, gradativamente, substituiu-o como suporte para a escrita.

dos documentos, evitando desgaste ainda maior. A manipulação dos documentos só foi feita quando absolutamente necessária e, mesmo assim, utilizamos luvas e máscaras, a fim de protegê-los o máximo possível.

Após a transcrição dos documentos, entramos em contato com um acervo lexical formado por muitas fraseologias desconhecidas na atualidade. Fraseologias estas que precisavam ser organizadas e descritas em um glossário, a fim de que os textos pudessem ser fontes de pesquisa para a população em geral, assim como para os estudiosos do Direito, da História, da Filologia e da própria Linguística, entre tantas outras ciências, acerca de vários aspectos dos primeiros anos do século XIX. Esse foi o segundo passo em direção à reconstrução da história da língua portuguesa: elaborarmos um glossário das fraseologias especializadas presentes no nosso material de análise.

Desta feita, concordamos com o pensamento de Mattos e Silva (2002), quando afirma que “[...] a reconstrução histórico-diacrônica do passado da face culta do português brasileiro poderá ser recuperada pela via tradicional desse tipo de trabalho para as línguas que estão representadas pela escrita [...]”.

Justificamos, dessa maneira, a relevância de nosso trabalho, pois fornece excelente material para consulta à sociedade em geral e à comunidade dos pesquisadores interessados nas informações linguísticas, históricas e jurídicas contidas no códice em estudo, à medida que possibilita a leitura e a compreensão do seu teor comunicativo por meio do estudo do léxico – termos que nomeavam os cargos públicos da época e fraseologias jurídico-administrativas, e dá a conhecer o contexto jurídico-administrativo e sócio-histórico em que se inseriam os escritos dos primeiros anos do século XIX.

1.3 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Nossa pesquisa ocorreu em duas etapas: a primeira constou da edição semidiplomática do *corpus*; a segunda, da elaboração de um glossário das fraseologias especializadas presentes nos *autos de arrematação da Villa de Sobral*. Por essa razão, optamos por dividir nosso trabalho em dois volumes.

O primeiro volume consta de duas seções: *Apresentação* e *Edições fac-similar e semidiplomática dos documentos*.

Na primeira seção, fizemos alguns esclarecimentos sobre o trabalho realizado, sua estrutura, seus objetivos e sua contribuição aos estudos linguísticos, filológicos, históricos, sociológicos, antropológicos, jurídicos etc.

Na segunda, tratamos especificamente da dupla edição dos textos: sua fotografia, obtida no APEC, e sua transcrição, de acordo com as normas estabelecidas pelo grupo de estudos PRAETECE (Práticas de Edição de Textos do Estado do Ceará). Assim, proporcionamos o acesso à imagem do texto original e à sua forma digitada, ambas dispostas de forma justalinear.

O segundo volume possui cinco seções, a saber: *Introdução*, *Fundamentação teórica*, *Metodologia*, *Glossário fraseológico* e *Considerações finais*, além das *Referências*.

Na primeira seção, apresentamos nossas considerações iniciais. Trazemos algumas informações sobre o nosso *corpus*, sobre o tema e o que nos motivou à realização deste trabalho, enumeramos os objetivos que desejamos alcançar e discorremos sobre as justificativas para a realização de tão desafiante trabalho.

Na seção 2, apresentamos os pressupostos que forneceram a base teórica para a realização de nossa pesquisa. A discussão gira em torno de cinco grandes temas: a Filologia e as ciências com que faz interface, as relações entre ciência terminológica e o texto especializado, a teoria geral da Fraseologia, as fraseologias da língua de especialidade e o glossário fraseológico.

Na terceira seção, discutimos sobre a metodologia utilizada para a realização deste estudo. Dividimos a seção em cinco grandes partes: *Do corpus*, *Do contexto histórico dos documentos*, *Da descrição do conteúdo dos autos*, *Dos aspectos codicológicos e paleográficos dos autos*, *Do estudo das fraseologias*. Tratamos minuciosamente do *corpus*, do conteúdo dos documentos, dos aspectos codicológicos e paleográficos e fechamos com as fraseologias, sua seleção, coleta e organização.

A seção 4 traz o glossário fraseológico que constitui a espinha dorsal deste trabalho. Em nossa produção fraseográfica, veem-se as fraseologias organizadas de acordo com as cinco partes que identificamos nos *autos*, suas formas variantes e definições, seus contextos de produção, além de notas contendo informações linguísticas e extralinguísticas.

A quinta e última seção contém nossas *Considerações finais*: resultados obtidos a partir da elaboração do produto fraseográfico, dos passos metodológicos escolhidos e da base teórica utilizada. A esta seção seguem-se as referências bibliográficas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

“O filólogo que pretenda estabelecer a edição crítica de uma obra do passado precisa de seguros conhecimentos da língua, da cultura, do pensamento, da arte, da história, das técnicas de composição vigentes na época em que a obra foi escrita”.

(SPINA, 1994, p. 87).

Esta seção está dividida em cinco subseções: Filologia e suas interfaces; concepções sobre a Terminologia e o texto especializado; sobre a teoria geral da fraseologia; sobre as fraseologias da língua de especialidade e, por fim, fundamentações sobre a elaboração de glossário das unidades fraseológicas. Optamos por essa sequência pelos motivos sobre os quais discorreremos a seguir.

Nosso *corpus* é composto de documentos manuscritos produzidos há aproximadamente duzentos anos. Por essa razão, foi necessário, primeiramente, analisá-lo sob o cauteloso olhar filológico. Iniciamos pela edição dos documentos, fizemos a análise paleográfica e codicológica e, só depois, passamos ao seu estudo linguístico. A primeira etapa do nosso trabalho foi realizada sob a égide teórica de Spina (1994), Belloto (2002), Cambraia (2005) e Ximenes (2004, 2013).

Os documentos foram produzidos no contexto jurídico-administrativo do Brasil, no início do século XIX. Sua temática diz respeito a uma prática social e administrativa que ocorria à época: os leilões em praça pública. Os sujeitos envolvidos fazem parte da administração da então colônia de Portugal: juiz ordinário³, escrivão, porteiro do auditório⁴, tesoureiro. Pertencem a um segmento específico e usam linguagem específica. Daí inserirmos concepções sobre Terminologia e texto especializado. Para tanto, seguimos o referencial teórico de Cabré (2002), Cabré e Estopà (2007) e Krieger e Finatto (2004).

Por se tratar de uma pesquisa fraseológica, precisamos clarificar o conceito do objeto de nossa pesquisa: a fraseologia. Assim, na terceira subseção,

³ Os juízes ordinários eram magistrados eleitos anualmente pelos povos e câmaras, tendo no lugar domicílio e estabelecimento. Eram juízes independentes da realeza e a legislação que executavam estava fora do alcance do poder real, e só o costume podia alterá-la. [...] Em todas as vilas e cidades o número de juízes ordinários não excedia de dois, e raras vezes era um só eleito (GARCIA, 1956, p. 77).

⁴ Responsável pela parte operacional do leilão: iniciava os trabalhos, apregoava os bens, procurava o melhor lance e, quando o encontrava, dava, simbolicamente, a posse do bem ao arrematante.

discutimos sobre a teoria geral da fraseologia, considerando as ideias de Blais (1993), de Bevilacqua (1996), de Corpas Pastor (1996), de Krieger e Finatto (2004), de Welker (2004), de Tagnin (2011) e de Ortiz Alvarez (2011). Nesse momento, apresentamos, em linhas gerais, o percurso histórico dos estudos fraseológicos, algumas definições e suas características mais relevantes.

Abordamos, em seguida, as fraseologias da língua de especialidade, doravante FLE, seus conceitos, suas características e sua complexidade tipológica, donde decorre a diversidade de definições e tipologias. Fundamentam essa seção as vozes de Blais (1993), Pavel (1993a; 1993b) e Gouadec (1994).

Ao final, tratamos da parte prática de nossa pesquisa: a elaboração do glossário das fraseologias especializadas. Consideramos que esta parte requer trabalho ainda mais minucioso, por ser aquela que, provavelmente, será consultada pelo público em geral. Abordamos o léxico e sua estreita ligação com a cultura, o fazer dicionário/glossário e trazemos à discussão a Fraseologia e a Fraseografia. A fundamentação teórica parte de Welker (2004), Damim (2005), Krieger (2006) e Pontes (2009).

Os estudos sobre o texto especializado e sobre as FLE tomam vulto, provocando a reflexão dos pesquisadores sobre a necessidade da unificação das teorias e das práticas em Fraseologia, razão que justifica as discussões teóricas aqui propostas. Sabemos, porém, que enxergamos apenas a ponta do *iceberg* e que muito ainda há a desbravar e contribuir.

2.1 A FILOLOGIA E AS SUAS INTERFACES

Nesta subseção, trazemos o conceito de Filologia e seus objetivos. falamos um pouco sobre o labor filológico e fazemos algumas reflexões sobre as interfaces que ela estabelece com outras ciências.

A Filologia ancora-se na tradição escrita, pois se interessa pela recuperação de textos escritos em época pretérita, aproximando-nos do povo que os produziu, de sua história, sua cultura, sua linguagem: donde decorre seu caráter absolutamente interdisciplinar. Para Ximenes (2009, p. 33), “a Filologia é a ciência que tem como objeto de trabalho a cultura dos povos através de seus textos [...]”.

É a ciência do texto em todos os seus aspectos. No texto, concentra-se para explicá-lo, restituir sua genuinidade e prepará-lo para ser publicado (SPINA, 1994, p. 82). Assim, faz interface com ciências como a Linguística, a História, a Geografia, a Sociologia, a Antropologia etc., além de apoiar-se na Paleografia, na Codicologia, na Diplomática, entre tantas outras ciências auxiliares.

Nosso trabalho constou de dois momentos. Iniciamos com a análise filológica para, em seguida, fazermos a análise linguística. Por essa razão, julgamos relevante ressaltar que, historicamente, Filologia e Linguística estão imbricadas. Para Saussure (1999), por exemplo, a Linguística se constituiu como ciência ao longo da história e passou por três estágios antes de reconhecer-se como a ciência da linguagem. Inicialmente, chamou-se Gramática e ocupou-se da elaboração de regras para a distinção entre as formas corretas e incorretas. No segundo momento, chamou-se Filologia e se dedicou ao estudo dos textos e de tudo quanto fosse necessário para torná-los acessíveis. Em seguida, tornou-se Gramática Comparada, dedicando-se à comparação entre as línguas em busca de seu tronco comum.

Nos dias atuais, a Filologia se dedica ao estudo dos textos, à apreensão do seu teor informativo e a possibilitar-lhes acesso. Segundo Basseto (2001), o labor filológico nos proporciona a aquisição de conhecimento e cultura, através da apreensão da palavra como expressão da inteligência e do pensamento do outro. Para o autor, o ser *filólogo* traduz uma ideia de refinamento intelectual, de amplos conhecimentos, de cultura em geral e de domínio da linguagem em particular.

Neste trabalho, Filologia e Linguística dialogam entre si e com outras ciências – Paleografia, Codicologia, Diplomática e Crítica Textual, por exemplo – a fim de realizarmos o estudo dos textos editados, tornando-os acessíveis à sociedade em geral. Veremos, a seguir, a contribuição de cada uma dessas ciências.

Os documentos manuscritos que compõem o *corpus* desta pesquisa formalizaram, validaram, atribuíram legalidade ao ato de aquisição de um bem, cujo antigo proprietário era falecido ou desconhecido, evento comum à época. O registro desse ato jurídico seguia um protocolo, tinha um formato. Formato a que se dedica a Diplomática, ciência que, segundo Belloto (2002, p. 13),

[...] ocupa-se da estrutura formal dos atos escritos de origem governamental e/ou notarial. Trata, portanto, dos documentos que, emanados das autoridades supremas, delegadas ou legitimadoras (como é o caso dos notários), são submetidos, para efeito de validade, à sistematização imposta pelo Direito.

A origem da Diplomática “[...] está ligada à questão da falsificação e das dúvidas sobre a autenticidade de documentos medievais” (BELLOTO, 2002, p. 15). Segundo Belloto (2002), embora tenha nascido muito imbricada à Paleografia e ao Direito Eclesiástico, a Diplomática modificou seus instrumentos, ampliando seu objeto e seu campo de ação e, hoje, é importante aliada do Direito, da Arquivística, da Filologia e, por sua vez, da crítica textual.

Embora não sejam considerados diplomas, por não terem sido exarados diretamente pelo soberano ou pela sua imediata autoridade (SPINA, 1994), os *autos* legitimam um ato jurídico decorrente de um fato administrativo. Considerando, aqui, ato jurídico “[...] todo aquele que tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar ou extinguir direitos” (BELLOTO, 2002, p. 17) e fato administrativo “[...] toda realização material da administração, resultante do ato que o determina [...]” (MEIRELES, 1989 *apud* BELLOTO, 2002, p. 17).

Os documentos diplomáticos têm uma estrutura discursiva responsável por garantir-lhes a veracidade. Segundo Belloto (2002, p. 18), sua construção semântica contém dados fixos e dados variáveis. Estes são próprios de cada documento-indivíduo da mesma espécie documental. Aqueles ocorrerão em todos os documentos do mesmo gênero. Assim, documento de caráter diplomático é um “[...] testemunho escrito de natureza jurídica, redigido com observância a certas formas estabelecidas que se destinam a dar-lhe força probatória” (BELLOTO, 2002, p. 18).

Em nossa pesquisa, a Diplomática norteou os estudos sobre a estrutura formal dos documentos, atestando-lhes valor legal e força probatória, frente à ação de transferência de posse de determinado bem, apreendido pela Coroa portuguesa e levado a leilão em praça pública.

Os documentos que estudamos são autênticos e estão compilados em um códice cujos fólios estão numerados e rubricados, a fim de evitar inserções e falsificações. Registravam o ato jurídico e administrativo de leiloar alguns bens sequestrados para transferir-lhes o direito de propriedade a quem mais desse. Para tanto, seguiam um protocolo e tinham um formato de espantosa fixidez. Eram

assinados pelo arrematante e pelos que geriam a localidade, ou seja, pelos responsáveis por todo o processo. Sua estrutura discursiva lhes garante a veracidade, fato comprovado por sua construção semântica.

Outra ciência com que a Filologia faz interface é a crítica textual, interpretada por Auerbach (1972, p. 11), como sendo “... a mais nobre e a mais autêntica maneira de se fazer filologia” (AUERBACH, 1972, p. 11), pois restitui e fixa a genuína forma de um texto.

Ao longo do tempo, o texto pode sofrer *modificações exógenas* e *endógenas*. O primeiro tipo deriva fundamentalmente da corrupção do material utilizado para registrar o texto (papiro, papel, tinta, grafite etc.), motivada pela umidade, por insetos, pela oxidação da tinta utilizada... O segundo tipo deriva do ato de reprodução do texto em si, da transferência do texto para outro suporte material. Para Cambraia (2005, p. 6), as modificações

exógenas diferem das endógenas porque a origem destas é interna ao ato de cópia (depende do seu responsável), enquanto a daquelas é externa, na medida em que não depende do seu realizador, pois, mesmo que este executasse a cópia com 100% de precisão, o resultado ainda assim estaria comprometido, por defeito no próprio modelo.

No caso do nosso objeto de pesquisa, ocorreram modificações dos dois tipos, sobre as quais discorreremos posteriormente.

Os conhecimentos sobre Diplomática são essenciais ao crítico textual que edita documentos.

A decifração e reprodução de um documento podem ser realizadas com mais segurança e propriedade quando se tem consciência de como eram produzidos os documentos, em que classes se distribuíam e como se estruturavam internamente, sobretudo porque apresentavam constantes formais em termos tanto estruturais quanto linguísticos (CAMBRAIA, 2005, p. 25).

Com base nos conhecimentos sobre Diplomática e sobre Crítica Textual, o códice *Arrematações de Auzentes da Villa de Sobral* tem, segundo Cambraia (2005, p. 91), uma edição monotestemunhal, aquela em que há apenas um testemunho. Não há confronto entre dois ou mais testemunhos do mesmo texto.

As edições monotestemunhais se dividem em categorias, de acordo com o grau da intervenção realizada pelo editor ou crítico textual, na fixação da forma do texto. São elas: *fac-similar*, *diplomática*, *paleográfica* e *interpretativa*⁵.

A edição fac-similar (ou mecânica) é aquela em que não há intervenção por parte do editor, "... apenas se reproduz a imagem de um testemunho através de meios mecânicos, como fotografia, xerografia..." (CAMBRAIA, 2005, p. 91). Esse tipo de edição pressupõe a capacidade de se ler um texto em seu formato original.

Na edição diplomática, o grau de mediação é baixo. "Neste tipo de edição, faz-se uma transcrição rigorosamente conservadora de todos os elementos presentes no modelo, tais como sinais abreviativos, sinais de pontuação, paragrafação, translineação, separação vocabular etc." (CAMBRAIA, 2005, p. 93). A vantagem desse tipo de edição é a facilidade de leitura que propicia ao leitor, por não ter que decifrar as formas gráficas da escrita original.

Na edição paleográfica, também chamada semidiplomática, há um grau médio de intervenção, pois, "... no processo de reprodução do modelo, realizam-se modificações para o tornar mais apreensível por um público que não seria capaz de decodificar certas características originais, tais como os sinais abreviativos" (CAMBRAIA, 2005, p. 95). Nesse tipo de edição, pode-se, além de desenvolver as palavras abreviadas, inserir ou suprimir elementos por dedução (embora essas operações sejam explicitamente assinaladas na reprodução), com o objetivo, por exemplo, de facilitar a leitura do texto por pessoas menos especializadas.

No último tipo, o interpretativo, pode ocorrer o grau máximo de intervenção admissível. Desenvolvem-se abreviaturas, fazem-se conjecturas, mas, além disso, "... o texto passa por um forte processo de uniformização gráfica e as conjecturas vão além das falhas óbvias, compreendendo intervenções que aproximem o texto do que teria sido sua forma genuína" (CAMBRAIA, 2005, p. 97). É importante salientar que a uniformização é essencialmente gráfica: não há uniformização de variantes fonológicas, morfológicas, sintáticas e lexicais.

A Filologia também faz interface com a Paleografia e Codicologia. Ambas favorecem uma análise documental mais completa. A primeira se debruça sobre as

⁵ Spina (1994) emprega terminologia diferente, embora utilize os mesmos parâmetros para classificar as edições monotestemunhais. Para ele, de acordo com o grau de mediação, as edições monotestemunhais classificam-se em *mecânica*, *diplomática*, *semidiplomática* e *crítica*.

singularidades do documento, a segunda realiza seus estudos utilizando os documentos encadernados, em formato de livro. “A *codicologia* consiste basicamente no *estudo da técnica do livro manuscrito* (i.e. do *códice*⁶)” (CAMBRAIA, 2005, p. 26). Termo cunhado por Dain (1975), a codicologia tem como missões e domínio

[...] a história do manuscrito, a história das coleções de manuscritos, investigações sobre a localização atual dos manuscritos, problemas de catalogação, repertórios de catálogos, o comércio dos manuscritos, sua utilização etc. (CAMBRAIA, 2005, p. 26).

Em outras palavras, a Codicologia se dedica à análise do *códice*, em seus aspectos físicos: encadernação, quantidade de fólhos, suas dimensões e os danos sofridos devido à ação do tempo etc. Cambraia (2005, p. 27) afirma que

Além de permitir uma compreensão mais profunda do processo de transmissão dos textos, os conhecimentos codicológicos também são utilizados mais pragmaticamente na descrição de *códices*, a qual deve constar na edição de textos preservados em manuscritos.

Codicologia e Paleografia caminham juntas. Como dissemos anteriormente, ambas possibilitam uma análise documental mais eficiente, pois atuam de forma complementar. Para Cambraia (2005, p. 23), a paleografia é a ciência que se dedica ao “estudo das escritas antigas”, com vistas às possíveis alterações que os grafemas tenham sofrido, às mudanças ortográficas, aos sinais de pontuação, aos arabescos. Apresenta, portanto, uma finalidade tanto teórica quanto pragmática. Teórica porque, ainda segundo Cambraia (2005), por meio dessa análise, verifica-se a constituição sócio-histórica do sistema de escrita. Pragmática, porque capacita os leitores modernos a avaliarem se os documentos são autênticos, com base na sua escrita, e a interpretarem adequadamente as escritas do passado. Para Spina (1994, p. 18), a paleografia é “[...] o estudo das antigas escritas e da evolução dos tipos caligráficos em documentos”, em papiro, pergaminho e papel.

A seguir, trataremos dos pressupostos teóricos que orientaram o viés linguístico deste trabalho. Em seção posterior, faremos detalhada descrição codicológica e análise paleográfica do *códice* e dos documentos analisados.

⁶ Grifos do autor.

2.2 A TERMINOLOGIA E O TEXTO ESPECIALIZADO

Nosso *corpus* reúne documentos que circularam no período colonial brasileiro a formalizar e validar a venda de objetos leiloados em praça pública. Os *autos de arrematação* dão ciência à sociedade da época acerca do novo proprietário dos bens vendidos, além de prestar contas à Coroa portuguesa dos valores arrecadados. O ato jurídico é legitimado pelo juiz responsável, pelo escrivão, pelo porteiro do auditório, pelo tesoureiro, pelos arrematantes e, em alguns casos, por testemunhas.

Por pertencerem a uma esfera específica do conhecimento, o cenário jurídico-administrativo, e por utilizarem linguagem especializada, lidamos com textos especializados, *habitats* do léxico especializado. Convém, dessa maneira, trazermos algumas reflexões acerca da ciência terminológica, do texto especializado e da linguagem especializada.

São ciências do léxico a Lexicologia, a Lexicografia, a Terminologia⁷ e a Terminografia. Fraseologia e Fraseografia estariam, embora não haja consenso quanto a essa perspectiva, sob a égide teórica das primeiras⁸. Nesta pesquisa, não é nosso objetivo debruçar-nos sobre cada uma dessas ciências. Como lidamos com textos especializados, nosso interesse aqui é a Terminologia, na concepção de Krieger e Finatto (2004), ou seja, entendida como a ciência que se dedica ao estudo e ao tratamento dos termos técnicos e/ou científicos de uma área do conhecimento especializado, onde se incluem as FLE e suas definições.

Embora em seus primeiros passos a Terminologia tenha se dedicado à padronização de termos técnico-científicos em busca da univocidade na comunicação internacional⁹, hoje não se concebe uma pesquisa terminológica fora do âmbito das comunicações especializadas. Como Krieger e Finatto (2004), entendemos que tratar de terminologia é tratar de questões linguísticas e não apenas de construtos formais idealizados a serviço das comunicações restritas ao âmbito de especialistas. Não foi em balde que avançamos para a compreensão dos

⁷ No presente trabalho, utilizamos, conforme Krieger e Finatto (2004), **Terminologia** com “T” maiúsculo para nos referirmos à disciplina linguística e **terminologia** com “t” minúsculo para nos referirmos ao conjunto de unidades lexicais típicas de determinada área.

⁸ Gréciano (1986), Monteiro-Plantin (2012), entre tantos outros, consideram a Fraseologia uma ciência independente.

⁹ Eugen Wüster (1898-1977).

termos como elementos linguísticos com implicações sistêmicas e discursivas que afetam qualquer unidade lexical em suas realizações sintagmáticas.

Em nossa pesquisa, adotamos a perspectiva de Cabré (2002) que acredita ser o termo uma unidade linguística, cognitiva e sociocultural, o que torna indispensável, por parte do pesquisador, uma postura integradora de todos os aspectos envolvidos nesse tipo de análise.

Segundo Cabré (2002), o adjetivo *especializado* pode obedecer a dois critérios: a especialização pela temática e a especialização pelas características ou âmbitos especiais em que acontece o intercâmbio de informações. Os textos especializados são, portanto¹⁰,

[...] registros comunicativos específicos, que tratam de temas próprios de um âmbito de especialidade (melhor diríamos, um campo de conhecimento especializado), que respeitam convenções e tradições retórico-estilísticas, e que dão lugar a classes textuais determinadas¹¹ (CABRÉ, 2002, p. 7).

Ainda consoante Cabré (2002, p. 7), os textos especializados “[...] usam recursos próprios de uma língua particular, embora apresentem especificidades léxicas e tendência ao uso de determinados recursos morfológicos, sintáticos e gráficos”¹².

Os *autos de arrematação* que estudamos obedecem aos dois critérios. Sua temática pertence ao domínio jurídico do antigo regime português, no qual se destacam os cargos referentes à justiça e à administração¹³, as etapas do leilão e a comarca em que este ocorre, a natureza dos bens apreendidos etc. A linguagem, sobretudo o léxico, é mais um fator que torna o texto especializado devido ao aspecto temporal.

Em continuidade, Cabré (2002) defende que as condições para denominarmos uma situação de especializada são o emissor, o receptor, a situação, a temática e a função comunicativa básica. O emissor é sempre um indivíduo com conhecimento importante do assunto que se está a comunicar, tendo adquirido esse

¹⁰ Todas as traduções deste trabalho são de nossa autoria.

¹¹ [...] registros comunicativos específicos, que tratan de temas propios de um ámbito de especialidad (mejor diríamos, de un campo de conocimiento especializado), que respetan convenciones y tradiciones retórico-estilísticas, y que dan lugar a clases textuales determinadas (CABRÉ, 2002, p. 7).

¹² [...] usan los recursos propios de una lengua particular, aunque presentan especificidades léxicas y tendencias hacia el uso de determinados recursos morfológicos, sintáticos y gráficos (CABRÉ, 2002, p. 7).

¹³ À época, a organização jurídica também administrava a colônia.

conhecimento conscientemente e em situação de aprendizagem formal. O receptor é aquele que tem a expectativa e a necessidade de ser informado sobre o assunto em pauta. A situação em que se produz e transmite conhecimento especializado é, normalmente, uma situação profissional, oportunizada por especialistas e dirigida a um público também especialista ou semiespecialista, com a função comunicativa de informar. Já a temática surge da necessidade de aumentar a competência especializada do destinatário em determinada área. Cabré e Estopà (2007, p. 2) asseveram que “[...] em relação ao conhecimento transmitido, podemos dizer que somente será especializado caso se represente e se transmita respeitando escrupulosamente a estrutura conceitual do campo em questão”.¹⁴ Os elementos citados se integram para firmar a competência comunicativa entre os sujeitos geradores e receptores dessa linguagem.

Nossos *autos* possuem unidade estrutural e funcional características de uma comunicação especializada. A partir da apreensão de um ou mais bens pertencentes a *ausentes*¹⁵, um juiz ordinário provedor comissário determina que o porteiro do auditório arme a mesa do estilo, leve o(s) bem(ns) a pregão de venda e arrematação, apregoe em altas vozes, entregue o ramo verde ao lançador em sinal de sua arrematação, receba o pagamento e dê a devida quitação. Determina também que um escriba, o emissor, faça os registros devidos e descreva o leilão em todas as suas etapas, além de situá-lo histórica e geograficamente; relacione o nome de todas as pessoas envolvidas e apresente as respectivas custas.

Com os procedimentos acima elencados, está feito o *auto de arrematação*, um texto formal e legítimo cujos receptores eram, mormente, a monarquia portuguesa, por meio de seus representantes legais, e a própria sociedade. O contexto situacional é a administração pública de uma vila do interior da capitania do Ceará Grande, no período colonial brasileiro, período em que a presença real se fazia perceber através do controle e da arrecadação de verbas para Portugal. O texto possui temática jurídico-administrativa e sua função

¹⁴ En relación al conocimiento que se transmite, podemos decir que solo será especializado si se representa y transmite respetando escrupulosamente la estructura conceptual del campo em cuestión (CABRÉ; ESTOPÀ, 2007, p. 2).

¹⁵ O termo *ausentes* se refere a pessoas falecidas ou desconhecidas. Esclareceremos seu sentido, com detalhe, na seção metodológica.

comunicativa é, claramente, informativa. Tudo isso faz parte de uma realidade discursiva bastante específica.

Outro aspecto que legitima o tom especializado do nosso *corpus* é a estrutura formal do gênero *auto de arrematação*. Conforme Bakhtin (1997, p. 279), “[...] cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados”. A função e a forma desses enunciados vão ao encontro das especificidades de cada esfera social ou de cada comunidade discursiva¹⁶. Esses tipos relativamente estáveis de enunciados são gêneros do discurso: gêneros como formas de discursos sociais¹⁷.

O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais –, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional (BAKHTIN, 1997, p. 280).

Retomando o pensamento de Cabré e Estopà (2007), os textos especializados são o resultado da conjunção de três estruturas: formal, informativa e gramatical. As autoras afirmam que “[...] a estrutura formal do texto, associada ao gênero textual ao qual pertence, distribui o texto em partes relevantes que o caracterizam como pertencente a um tipo textual determinado” (CABRÉ; ESTOPÀ, 2007, p. 3)¹⁸. São exemplos de gêneros textuais bastante conhecidos devido à sua estrutura formal a receita de bolo de laranja, a bula de medicamentos, o manual de instruções, o requerimento, a procuração, entre tantos outros. Esses modelos formais seguem padrões convencionados socialmente e não podem ser modificados aleatoriamente.

A estrutura informativa (ou cognitiva) alude ao conhecimento transmitido pelo texto e “[...] poderia ser representada como um mapa de estruturas de núcleos

¹⁶ Comunidades discursivas são “redes sociorretóricas que se formam a fim de atuar em torno de um conjunto de objetivos comuns” (SWALES, 1990, p. 9).

¹⁷ Nossa pesquisa não tem foco no estudo dos *autos de arrematação* numa perspectiva genérica. A abordagem feita aqui se deve apenas à estrutura formal do gênero em questão, devido ao fato de esta lhe atribuir o tom de texto especializado.

¹⁸ La estructura formal del texto, asociada al género textual al que pertenece, distribuye el texto en partes relevantes que lo caracterizan como perteneciente a un tipo textual determinado (CABRÉ; ESTOPÀ, 2007, p. 3).

e relações”¹⁹ (CABRÉ; ESTOPÀ, 2007, p. 3). Os gêneros, cuja estrutura formal foi citada anteriormente, também se ajustam como exemplo no nível informativo, visto que cada um transmite um tipo de informação diferente entre si, o que possibilita o seu reconhecimento. Uma receita de bolo, uma bula de medicamento, um manual de instruções, um requerimento ou uma procuração possuem conteúdos e funções absolutamente diferentes.

Finalmente, a estrutura gramatical diz respeito à organização e à inter-relação das diferentes estruturas linguísticas que formam cada tipo de texto. Organiza-se em diferentes níveis linguísticos:

- a) O nível textual abraça a totalidade do texto em suas estruturas oracionais e multioracionais inter-relacionadas por marcadores discursivos²⁰. Neste nível, existe um controle sistemático da distribuição da informação em função do gênero do texto; há uma organização espacial precisa dos conteúdos, bem mais rigorosa que nos textos não especializados.
- b) O nível sintático abrange os constituintes estruturais ou sintagmas das combinações das unidades léxicas e as combinações sintagmáticas discursivas.
- c) O nível da estrutura léxica, juntamente com o nível textual, é o que mais diferencia o discurso especializado do não especializado. É onde se detectam as unidades morfológicas de valor especializado e se observa uma seleção do léxico dependente do domínio²¹.
- d) O nível semântico, nos textos de maior grau de especialidade, procura evitar a redundância, admitindo, entretanto, as repetições explicativas ou as paráfrases.
- e) O nível morfológico abrange toda a complexidade morfológica, com seus morfemas muitas vezes específicos de um âmbito e uma

¹⁹ La estructura de conocimiento de una materia, así como la que presenta un texto especializado, se podría representar como un mapa de estructuras de nodos y relaciones (CABRÉ; ESTOPÀ, 2007, p. 3).

²⁰ Marcas textuais deixadas no texto pelo seu autor a respeito da avaliação prévia que ele faz das necessidades e dificuldades, bem como do conhecimento prévio que o seu suposto leitor possui sobre um determinado assunto (CARVALHO, 2005, p. 35).

²¹ “É preciso insistir que em todos os textos especializados, ao lado das unidades léxicas específicas do âmbito em questão, aparece o vocabulário geral necessário para travar o discurso” (CABRÉ; ESTOPÀ, 2007, p. 9).

tendência à nominalização dos verbos, dando ao texto um caráter designativo.

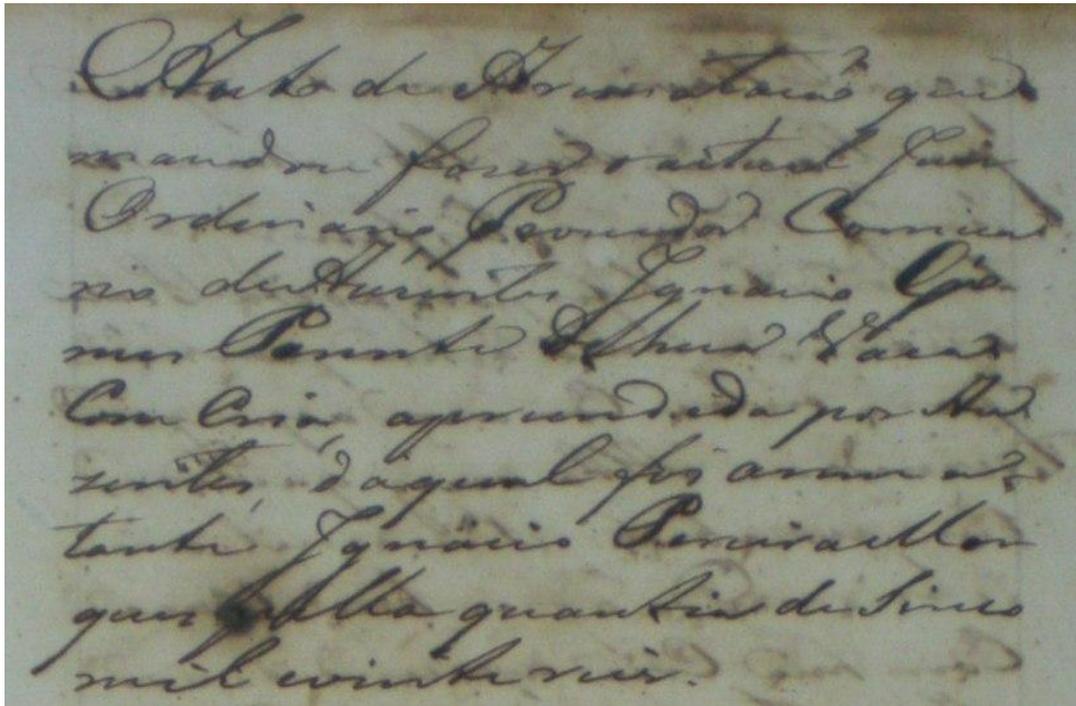
- f) O nível ortográfico destaca que, em algumas matérias, ocorrem algumas formas gráficas não correntes, como a repetição ou a alternância de maiúsculas e minúsculas, o uso de letras de outros alfabetos etc.

O *auto de arrematação*, gênero que descreve e valida leilões ocorridos em praça pública no Brasil do início do século XIX, é um procedimento circunscrito na esfera jurídico-administrativa. Apresenta, portanto, todos os elementos descritos acima: estrutura textual e estrutura sintática que o caracterizam, léxico e semântica que lhe são absolutamente peculiares, morfologia e ortografia muito próprias.

Apresentamos, a seguir, um dos documentos em que percebemos todos os elementos que o tornam um texto especializado. Consideramos, inicialmente, a estrutura formal do *auto de arrematação* para, em seguida, propormos um mapa de sua estrutura informativa e fazermos algumas alusões à sua estrutura gramatical.

Nos *autos de arrematação* há, inicialmente, uma abertura, cujo objetivo é apresentar ao leitor informações preliminares: o cargo e o nome da autoridade que mandou fazer o *auto*, o bem a ser leiloadado, o nome do arrematante e a quantia paga. Essa estrutura se repete em todos os documentos, caracterizando uma das especificidades do gênero. A seguir, apresentamos a imagem dessa seção no que tange ao *auto* de número 1, seguida da respectiva transcrição.

Figura 1 – Abertura do auto de arrematação nº 1



Fonte: APEC (Fundo das Capitâneas, Caixa 2, Livro 106).

Auto de Arrematação que mandou fazer o actual Juiz Ordinario Provedor Comiçario de Auzentes Ignacio Gomes Parente dehua Vaca Com Cria apreendida por Auzentes daqual foi arrematante Jgnácio Pereira Marques pella quantia de Sinco mil evinte reis.

Uma vez dadas as informações iniciais, segue uma introdução em que se situam os fatos no tempo e no espaço e em cujo início sempre aparece a expressão *Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo*²². Nesse momento, citam-se dia, mês, ano e local, ou seja, a vila da capitania em que se encontra o juiz ordinário para formalizar o leilão em praça pública, assim como se registra a presença do escrivão e do porteiro do auditório. Este era o encarregado pela parte operacional; aquele fazia o registro escrito do *auto de arrematação*. Segue a imagem da seção descrita referente também ao primeiro *auto*, seguida de sua transcrição.

²² Para facilitar a compreensão pelo leitor, fizemos a atualização ortográfica da expressão que, no texto original, aparece da seguinte maneira: *Anno do Nassimento de Nosso Senhor JESUS Christo*.

Figura 2 – Parte introdutória do auto de arrematação nº 1

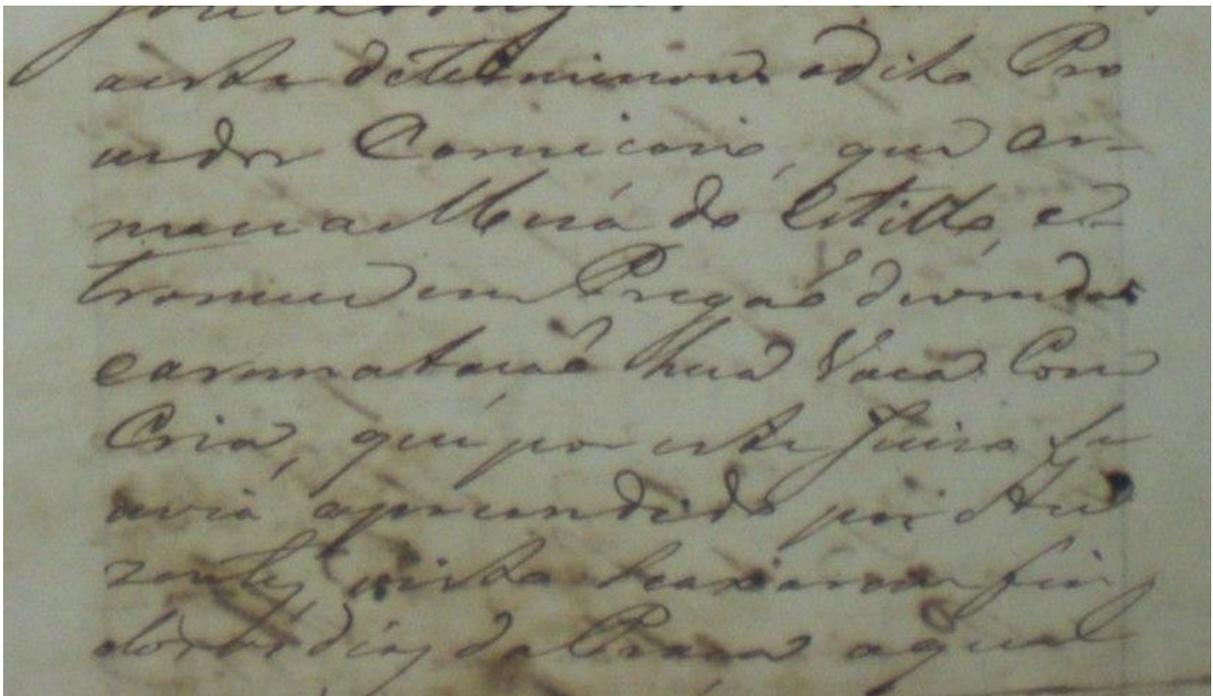
Anno do Nascimento de
 Nosso Senhor JESUS Christo
 demil Oito Centos e dezasete
 aoz dez de Junho do dito anno
 nesta Villa de Sobral, Comarca
 do Ceará Grande, em Praça
 Publica della ond foi vindo
 o actual Juiz Ordinario Jg
 nacio Gomes Parente Commi
 digo Parente, e Provedor Comi
 çario de Auzentes, Commigo
 Escrivaõ do Seu Cargo a dian
 te nomeado Sendo ahj eo Por
 teiro do Auditorio Andre
 Joz Rodrigues Ferreira

Fonte: APEC (Fundo das Capitancias, Caixa 2, Livro 106).

Anno do Nascimento de
 Nosso Senhor JESUS Christo
 demil Oito Centos e dezasete
 aoz dez de Junho do dito anno
 nesta Villa de Sobral, Comarca
 do Ceará Grande, em Praça
 Publica della ond foi vindo
 o actual Juiz Ordinario Jg
 nacio Gomes Parente Commi
 digo Parente, e Provedor Comi
 çario de Auzentes, Commigo
 Escrivaõ do Seu Cargo a dian
 te nomeado Sendo ahj eo Por
 teiro do Auditorio Andre
 Joz Rodrigues Ferreira

Após a parte introdutória, vem o corpo do texto, seção que corresponde ao registro do evento. Nesse momento, desenrolam-se as ações propriamente ditas. O juiz determina que o porteiro do auditório *arme a mesa do estillo*, levando a pregão de venda um ou mais bens, e o orienta sobre como proceder. O porteiro realiza o que foi solicitado pelo juiz e, *passando de uma parte para outra na dita praça*, começa a apregoar os bens a serem leiloados e dizer o preço *em alta voz*. O porteiro repete essa operação algumas vezes, em busca do maior lance. Não havendo quem mais dê, entrega *o ramo verde ao lançador*, em sinal de sua arrematação, desejando que faça *bom proveito*²³ do bem que acabara de adquirir. Na imagem a seguir, pode-se observar esta seção do primeiro *auto*.

Figura 3 – Desenvolvimento (Registro do evento) do *auto de arrematação* nº 1



²³ Para facilitar a compreensão pelo leitor, mantivemos o procedimento de fazer a atualização ortográfica das expressões citadas neste parágrafo. No texto original, aparecem da seguinte maneira: *arme a meza do estillo*, *paceando dehua parte para outra nadita praça*, *emalta voz*, *oRamo verde aoLançador*, *Bomproveito lhefaça*.

aqua. Havia de mada aqua
 por Ma mai de sobre sua avo
 lina, de que se fez fardo de odi
 to cortado, sefo para adito. Prae
 e piraudo mella de sua parha
 para outa. Com esta a piraudo
 de mada em Albaroz, quito do
 tem piraudo. Sima mil em
 terra mada por sua vau
 Com sua Cris a piraudo apod
 Auente, ha quem mai de se
 que amim. Dubito. Sulano
 edo por d. Piraudo adito piraudo
 mai vau, e por na avo quem
 mai de mandon adito. Sima
 Consider Comisario, que a fronte
 e comatale com treque
 Thamo av hancado adito Saty
 fardo adito. Piraudo Continuo
 a piraudo de mada Sima mil
 em terra mada por sua vau
 Combia, a quem mai de se que
 e amim. Dubito. Sulano.

afora a foras por que mais não
 oco, sem mais aporid mais tomara,
 dole hea dole duas, dole hea
 mais peguissima, mais hea
 quem mais de, aquem mais de
 leno arismado eja arton ar
 mabando eja entregando o-
 luno, e por mais quem
 mais lancado e por mais para
 de, e por mais para
 de as org do tarde chegou a Por-
 teiro adito lancado e por
 a Pinna Marques, the

Manito hea Lancado
 namo emicial de hea
 matao de hea Pinna
 auto hea. E depois de hea

Fonte: APEC (Fundo das Capitanias, Caixa 2, Livro 106).

aeste determinou odito Pro-
 vedor Comiçario, que ar-
 mace a Meza do Estillo, e
 troucece em Pregaõ devenda
 e a remataçãõ hua Vaca Com
 Cria, que por este Juizo Se
 avia apreendido por Au-
 zentes, visto Se axarem fin-
 dos os dias da Praça a qual
 a qual se avia arrematar quem

por ella mais dece Sobre Sua ava
 liação ao que Satisfazendo odi
 to Porteiro, Sefoi para adita Praça
 epaciando nella dehua parte
 para outra Comessou aapregar
 dizendo em Altas vozes quetodos
 bem percebiaõ: Sinco mil evin
 tereis medaõ por hua Vaca
 Com hua Cria apreendidapor
 Auzentes, há quem mais dé xe
 guece amim Receberei Seulanço
 edepois deRepetir odito pregaõ
 mais vezez, epornaõ aver quem
 mais dece, mandou odito luiz
 Provedor Comissario, que afronta
 çe earmatace, eemtregace o
 Ramo aoLançador aoqueSatis
 fazendo odito Porteiro Continuou
 apreguando dizendo Sinco mil
 evintereis medaõ por hua vaca
 ComCria, á quem mais dê, xegue
 ce amim Receberei Seulanço
 afrontafasso por que mais não
 axo, Semais axara mais tomara,
 dole hua, dole duas, dole hua
 mais pequenina emSima, há
 quem mais dé, aquem mais dé
 senaõ aremato ejá estou are
 matando ejá emtregando o
 ramo, por não auer quem
 mais lançase eserem já paça
 das as oras datarde, chegou o Por
 teiro ao dito Lançador Jgna
 cio Pereira Marques, elhe
 elhemeteo hum Ramo verde
 namaõ emSinal deSua are
 matação dizendolhe Bompro
 veito lhefaça.

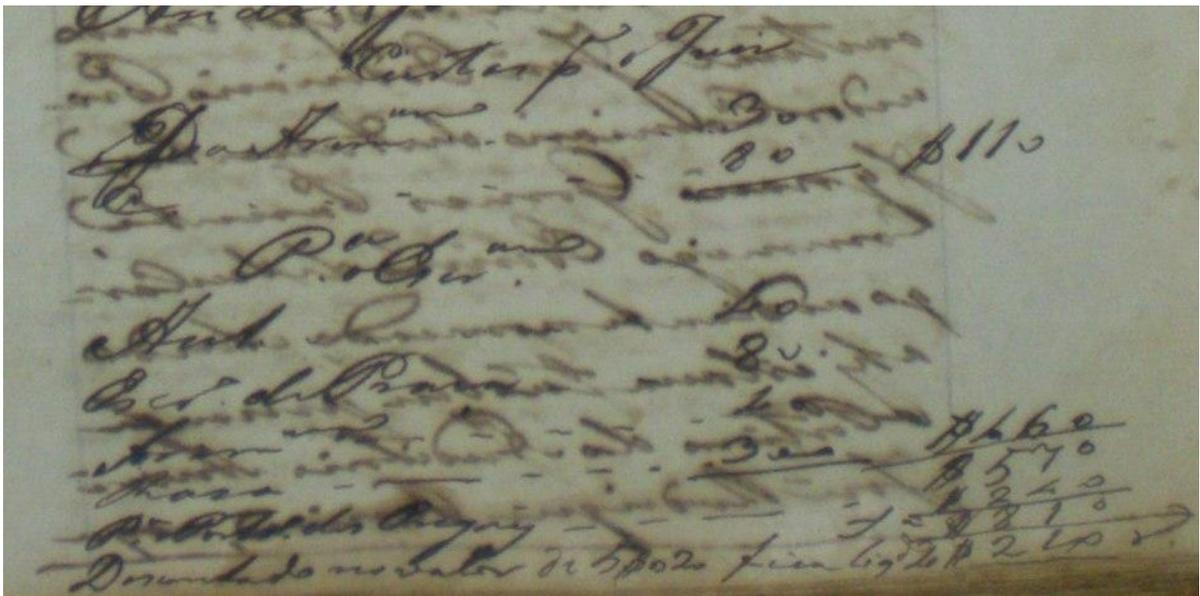
O texto se encaminha para o fechamento. O lançador se aproxima da *mesa do estilo* e efetua o pagamento ao tesoureiro. São retomadas algumas informações – o preço do bem adquirido, o arrematante, o juiz ordinário, o porteiro do auditório –, e o juiz dá a arrematação por concluída. Inserem-se, então, as assinaturas. O porteiro do auditório, por não saber escrever, *assina de Cruz*²⁴. Observemos essa seção na imagem e na transcrição a seguir.

²⁴ Para facilitar a compreensão pelo leitor, fizemos a atualização ortográfica da expressão que, no texto original, aparece da seguinte maneira: *asina deCruz*.

Edepois deoauer
 assim praticado dici que avia
 arematado adita Vaca Com
 Cria napessoa do dito Arrema
 tante pello preço deSincomil
 evintereiz, oque visto, eouvi
 do pello dito luiz Ordinario
 Provedor Comiçario, ouve a
 dita arematção porfeita elo
 go odito Arematante Satiz
 fes amencionada quantia do
 queparaConstar mandou odi
 to Juiz fazeresteAuto emque
 ComoSobredito Arematante
 ePorteiro assinou, eeste por não
 Saber escrever assinou deCrus
 eeu Joaquim Manoel daRo
 xaFranco Escrivão doJuizo Co
 micario que oescrevi:
 [Assinatura] Jgnacio Pereira Marques
 Crus do Porteiro
 André † Joze Rodriguez Ferreira

No final do *auto*, inserem-se as custas. Essa seção consta do registro das despesas com a arrematação, da receita e da diferença entre elas, quantia que deveria ir para os cofres de Portugal, conforme veremos a seguir.

Figura 5 – Custas do *auto de arrematação* nº 1



Fonte: APEC (Fundo das Capitãncias, Caixa 2, Livro 106).

Custas <i>para</i> o Juiz		
Da Arrematação	30	
Conta	<u>80</u>	\$ 110
Para o Escrivão		
Auto	40	
Escrivão de Praça	80	
Arrematam	40	
Raza	<u>300</u>	\$ 460
		\$ 570
Para o Porteiro dos Pregões		\$ 240
	Soma =	\$ 810

Descontado no valor de 5\$020 fica líquido 4\$210 *reís*

Apesar da inserção ou omissão de pequenos trechos, essa estrutura é básica e fixa dos *autos* com que lidamos em nossa pesquisa. Como dissemos anteriormente, trata-se de um modelo formal, que segue um padrão convencionalizado social e juridicamente e não pode ser modificado aleatoriamente.

Por todo o exposto, cada seção do *auto de arrematação* possui uma organização informacional peculiar, em que se distribuem as unidades fraseológicas com um grau maior ou menor de fixação. O contexto socio-histórico, as etapas e os processos do leilão, as custas, os profissionais envolvidos tornam o texto, como já dissemos, especializado. No quadro a seguir, sintetizamos a estrutura informativa dos *autos de arrematação*.

Quadro 1 – Demonstrativo da estrutura informativa dos *autos*

(continua)

SEÇÕES DO AUTO DE ARREMATÇÃO	INFORMAÇÕES
Abertura	<ul style="list-style-type: none"> • Cargo e nome da autoridade que ordenou a feitura do <i>auto de arrematação</i>. • Bem(ns) a ser(em) leiloado(s). • Nome do arrematante. • Quantia paga.
Introdução	<ul style="list-style-type: none"> • Data e local. • Nome dos responsáveis pelo leilão.

Quadro 1 – Demonstrativo da estrutura informativa dos *autos*

(conclusão)

SEÇÕES DO AUTO DE ARREMATÇÃO	INFORMAÇÕES
Registro do evento	<ul style="list-style-type: none"> • Ordem para o início dos trabalhos (armar a mesa do estilo, levar o bem a pregão de venda) • Leilão propriamente dito (o porteiro do auditório passeia de uma parte a outra da praça, a apregoar o bem em altas vozes; repete o procedimento várias vezes, em busca do melhor lance; não havendo quem mais dê, o porteiro entrega o ramo verde ao lançador, em sinal de sua arrematação).
Fechamento	<ul style="list-style-type: none"> • Final do leilão (o lançador se aproxima da mesa e efetua o pagamento ao tesoureiro; retomam-se algumas informações, o juiz dá a arrematação por feita). • Assinaturas (juiz ordinário, tesoureiro, escrivão) e cruz do porteiro.
Custas	<ul style="list-style-type: none"> • Custas da arrematação (receita, despesas e a diferença entre as duas).

Fonte: Própria autora.

A estrutura gramatical dos documentos se justifica pelos seus níveis textual, sintático, lexical, semântico, morfológico e ortográfico.

No nível textual, observamos a predominância de períodos longos, provavelmente devido à ausência de normas para a utilização dos sinais de pontuação, como ocorre em: *Auto de arrematação que mandou fazer o atual juiz ordinário provedor comissário de ausentes Ignácio Gomes Parente de uma vaca com cria apreendida por ausentes da qual foi arrematante Ignácio Pereira Marques pela quantia de cinco mil e vinte reis*²⁵. Todos os autos são iniciados por esse período, variando apenas as informações-chave (nome do juiz ordinário, nome do

²⁵ Fragmento do *auto de arrematação* de nº 1, com grafia atualizada.

arrematante, bens arrematados e quantia paga), aquelas que um consulente provavelmente buscará em pesquisa ao documento. O restante do documento fará o detalhamento das informações dadas a princípio.

Para Cabré e Estopà (2007), este nível se caracteriza, ainda, pela presença de marcadores discursivos, como podemos perceber em: *onde foi vindo o atual juiz ordinário Ignácio Gomes Parente comi **digo** Parente, e provedor comissário de ausentes, comigo escrivão do seu cargo ao diante nomeado sendo **aí** e o porteiro do auditório André José Rodrigues Ferreira a este determinou o dito provedor comissário, que armasse a mesa do estilo, e trouxesse em pregão de venda e arrematação uma vaca com cria, que por este júízo se havia apreendido por ausentes, visto se acharem findos os dias da praça a qual se havia arrematar a quem por ela mais desse...*²⁶ Destacam-se, entre outros, os marcadores discursivos **onde** e **aí** (que indicam localização espacial), **digo** (que indica reformulação do discurso), **o dito** e **a qual** (que retomam *juiz ordinário* e *vaca com cria*).

No nível sintático, há uma tendência a estruturas pouco complexas (CABRÉ; ESTOPÀ, 2007), porém com muitas inversões. Estas ocorrem, principalmente, entre o sintagma nominal (SN) sujeito e o sintagma verbal (SV) predicado, como podemos verificar em²⁷:

- foi vindo o atual juiz ordinário
- determinou o dito provedor comissário
- mandou o dito juiz provedor comissário
- chegou o porteiro ao dito lançador
- visto se acharem findos os dias da praça
- estava presente o porteiro do auditório
- é arrematante Joaquim José Barbosa

No nível lexical, nível que mais diferencia o discurso especializado do não especializado e onde se observa uma seleção lexical de acordo com o domínio discursivo (CABRÉ; ESTOPÀ, 2007), destacamos os termos e FLE que seguem: *comarca do Ceará Grande, escrivão de seu cargo, mesa do estilo, pregão de venda*

²⁶ Fragmento do *auto de arrematação* de nº 1, com grafia atualizada.

²⁷ Fragmentos de diversos *autos*, com atualização gráfica.

e arrematação, dias da praça, apregoar, ramo verde, lançador, afronta faço, dou-lhe uma, dou-lhe duas, dou-lhe uma mais pequenina em cima, apresentou a quitação do teor seguinte, houve a arrematação por feita, particulares ao gênero em estudo, a esse domínio discursivo.

Conforme Cabré e Estopà (2007), o nível semântico dos textos de especialidade é marcado pela abundância de repetições notadamente explicativas. No corpo de cada um dos documentos verificamos um dizer e redizer informações, que ratificam a precisão da informação dada, não deixando dúvida alguma quanto à legalidade do auto. Verificamos a repetição do nome dos sujeitos envolvidos do procedimento (juiz ordinário, porteiro do auditório, escrivão e arrematante); a repetição da ordem emitida pelo juiz para que o porteiro arme a mesa do estilo e leve o(s) bem(ns) a pregão de venda e arrematação; a repetição de que se apregou em altas vozes e por várias vezes, até que o maior lance fosse oferecido e o ramo verde fosse entregue ao lançador.

No nível morfológico, o principal traço é a presença de verbos em suas formas nominais, principalmente no gerúndio, dando ao texto um caráter designativo (CABRÉ; ESTOPÀ, 2007). Importa-nos salientar que há recorrência da forma nominal particípio quando o verbo se encontra na voz passiva analítica. São ocorrências que comprovam essa característica do texto especializado:

- **passeando** nela de uma parte para outra
- começou a **apregoar dizendo**
- continuou **apregoando dizendo**
- ao que **satisfazendo** o dito porteiro
- já estou **arrematando** e já **entregando** o ramo
- **dizendo**-lhe bom proveito lhe faça
- onde **foi vindo** o atual juiz ordinário
- **visto se acharem findos** os dias da praça a qual **se havia arrematar**
- que por este juízo **se havia apreendido**
- uma vaca com cria **apreendida** por ausentes
- **serem já passadas** as horas da tarde
- depois de o **haver** assim **praticado**
- disse que **havia arrematado**

- o que **visto** e **ouvido** pelo dito juiz
- **houve a dita** arrematação **por feita**²⁸

O nível ortográfico nos salta aos olhos e dá aos *autos* caráter bastante peculiar, embora não nos surpreenda, já que os documentos datam de há quase duzentos anos. Enumeramos, a seguir, algumas ocorrências deveras constantes e devidas ao aspecto temporal, haja vista a ausência de padronização ortográfica por meio de normas.

- Conservação do diagrama grego **ch** (*Christo*).
- Duplicação das consoantes **l** e **n** (*pella, pello, villa, estilo, ella, nella, anno, commigo*).
- Junção de palavras, várias vezes somada à alternância de letras maiúsculas e minúsculas (*deAuzentes, deSobral, eProvedor, doSeuCargo, eoPorteiro, aMeza, Seaxarem, daPraça, queSatisfazendo, Sefoi, Seulanço, deRepetir, aoLançador*).
- Ocorrência de letras ramistas²⁹ (*Jgnácio, luiz, ahj, auer, Vrbanos*).

Diante do que expusemos, concluímos que o *corpus* em estudo é composto por textos especializados, devido à sua temática, ao âmbito em que foram escritos, às suas estruturas formal, informativa e gramatical, em todas as suas nuances. Entendemos, também, que a concepção da Terminologia segundo Cabré (2002), em que os termos (no nosso caso, as fraseologias especializadas) são empregados em determinado contexto discursivo, é a adequada para realizarmos nossa análise.

No próximo tópico, abordaremos mais detalhadamente a temática das fraseologias em seus aspectos gerais, com vistas a fornecer um panorama desde seus estudos primeiros até o cenário atual.

²⁸ Fragmentos de diversos *autos*, com atualização gráfica.

²⁹ Essa denominação se deve a uma homenagem ao humanista francês Petrus Ramus, que as propôs referindo-se ao fato de “os escribas da Idade Média, tanto quanto os latinos, não distinguem **I** e **J**, **U** e **V**” (HIGOUNET, 2003, p. 105).

2.3 A TEORIA GERAL DA FRASEOLOGIA

Combinações sintagmáticas recorrentes, as fraseologias ocorrem na língua comum ou nas línguas de especialidades, conforme discorreremos posteriormente. Por hora, apresentamos brevemente seu percurso histórico, algumas de suas definições, sua caracterização e sua tipologia.

A fraseologia é um fenômeno que sempre esteve presente nas línguas naturais. Manifestava-se, a princípio, nas máximas e nos provérbios que transmitiam, de geração a geração, através da oralidade, um legado de conselhos práticos, cuja fundamentação baseava-se nas experiências adquiridas ao longo da vida humana. Sua utilização chegou a ser considerada sinal de cultura e sabedoria, pois se destinavam aos exercícios de escrita e de gramática na escola. Ao atingir as camadas populares, no entanto, perderam essa conotação e receberam a denominação de ditos ou ditados populares, despedindo-se do seu *status*. (XIMENES, 2013).

Segundo Xatara (2012), no Brasil, os primeiros estudos fraseológicos foram feitos por estudiosos não especialistas. Em 1945, Antenor Nascentes, professor, filólogo, lexicógrafo e ensaísta, publicou o *Tesouro da fraseologia brasileira*. Em 1960, Magalhães Jr., jornalista, poeta, biógrafo, historiador e teatrólogo, publicou o *Dicionário de provérbios e curiosidades*. Também em 1960, João Ribeiro, jornalista, crítico literário, filólogo, historiador, pintor, tradutor brasileiro, e membro da Academia Brasileira de Letras, publicou o livro *Frases feitas – estudo conjectural de locuções, ditados e provérbios*. Em 1970, Câmara Cascudo, historiador, antropólogo, advogado e jornalista, trouxe-nos as *Locuções tradicionais no Brasil*. Temos, ainda, Leonardo Mota e o *Adagiário brasileiro*, publicado em 1980. O cearense era professor, advogado, tabelião, jornalista e historiador. Apesar do imenso valor de suas obras, esses estudiosos, por não serem especialistas na área, não tiveram a preocupação de tratar as especificidades de cada fraseologia e de cada unidade paremiológica³⁰.

Com o advento da ciência linguística, houve um estudo sistemático acerca das afinidades existentes entre as palavras. Saussure (1999) fala em

³⁰ As parêmias ou unidades paremiológicas são provérbios e alegorias breves, objetos de estudo da Paremiologia.

agrupamentos, ao se referir aos sintagmas “[...] compostos por duas ou mais unidades consecutivas, que estabelecem um encadeamento de caráter linear”³¹. Bally (1951) traz a noção de associações (ou agrupamentos) que têm origem em ocorrências de caráter usual e que podem formar unidades indissolúveis. Discípulo de Saussure, Bally já falava dos diferentes graus de fixação existentes no que ele denominou séries fraseológicas³². Pottier (1978) apresenta a noção de lexia complexa, como uma sequência em vias de lexicalização e que possui graus diferenciados de fixação. Para ele, as lexias complexas podem ser rígidas ou variáveis. Para definir este ou aquele grau de fixação, propõe testes de comutabilidade ou de substituição. Vê-se que essa discussão vem de longa data.

Hoje, o termo *fraseologia* está dicionarizado e aparece na versão digital do *Diccionario de la lengua española* (DRAE) como “[...] conjunto de frases feitas, locuções figuradas, metáforas e comparações fixas, modismos e refrões, existentes em uma língua, no uso individual ou no de algum grupo”³³. No Brasil, o dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa traz a afirmação de que o termo fraseologia designa a frase ou expressão cristalizada, cujo sentido geralmente não é literal, frase feita, expressão idiomática; designa, ainda, a compilação de frases feitas de uma determinada língua. Câmara Jr. (1986, p. 122), por sua vez, define fraseologia como sendo o “[...] estudo das frases feitas, isto é, fossilizadas em sua forma e em seu sentido usadas no discurso à maneira de uma locução”.

Para o foco de nossa pesquisa, o termo *Fraseologia* tem dois sentidos: nomeia o conjunto das fraseologias de uma língua e também a ciência que se dedica ao estudo dessas unidades. Estudo este que pertence à seara da Lexicologia, no caso daquelas que respeitam à língua comum, e da Terminologia, no caso das pertencentes às línguas de especialidade; embora, como falamos anteriormente, alguns pesquisadores já defendam que a Fraseologia vem se construindo como uma ciência paralela à Lexicologia (WELKER, 2004).

³¹ Saussure (1999) se referiu também às *locutions toutes faites*, que corresponderiam às nossas *frases feitas*, expressões fixas fornecidas pela tradição.

³² Entre les cas extrêmes (groupes passagers et unités indécomposables) se placent des groupes intermédiaires appelés séries phraséologiques (BALLY, 1951, p. 66).

³³ Conjunto de frases hechas, locuciones figuradas, metáforas y comparaciones fijadas, modismos y refranes, existentes en una lengua, en el uso individual o en el de algún grupo. DICCIONARIO DE LA REAL ACADEMÍA ESPAÑOLA (DRAE), disponível em: <www.rae.es>. Acesso em: 04 dez. 2014.

Objeto complexo e, por isso mesmo, de difícil reconhecimento, a fraseologia possui denominações diversas e recebe, também, várias definições, dependendo da orientação teórica e do objetivo do estudo. Para Blais (1993), a noção de fraseologia se modifica conforme o material consultado e abrange, no todo ou em parte, o que se designa como compostos, colocações, expressões idiomáticas, locuções, expressões fixas, coocorrentes e outras expressões do gênero. Essa concepção é compartilhada por Bevilacqua (1996), ao asseverar que:

Para alguns autores, a fraseologia limita-se às expressões idiomáticas próprias de outra língua; outros consideram que ela inclui os provérbios, os ditos, as locuções e as lexias compostas. Há ainda quem considere que tais unidades possuam tamanhos extremamente variáveis, podendo incluir palavras, grupos de palavras, de termos, locuções, expressões, orações, segmentos de frases, frases, conjunto de frases e assim por diante (BEVILACQUA, 1996, p. 9).

Corpas Pastor (1996) define a fraseologia como uma estrutura léxica formada por, pelo menos, duas palavras ortográficas em seu limite inferior, com alto grau de fixação e alta recorrência em uma determinada língua, cuja carga semântica não é dedutível do significado de cada um de seus elementos constitutivos. A autora afirma que isso ocorre “[...] pois apresentam especialização ou lexicalização semântica, pela qual seu significado denotativo é figurado devido, entre outros, a processos metafóricos e/ou metonímicos”³⁴ (CORPAS PASTOR, 1996, p. 26-27).

Para Krieger e Finatto (2004, p. 84), “[...] a ideia de fraseologia está associada a uma estruturação linguística estereotipada que leva a uma interpretação semântica independente dos sentidos estritos dos constituintes da estrutura.” Assim, expressões idiomáticas, frases feitas, locuções nominais e verbais, até mesmo estruturas típicas de determinado tipo de comunicação (fórmulas protocolares de abertura e fechamento) são exemplos de fraseologias.

Concepção com que coadunam Tagnin (2011, p. 278), ao afirmar que “[...] os fraseologismos³⁵ referem-se a combinações de palavras que ocorrem de forma

³⁴ Es decir que el significado global de una UF no es deducible del significado aislado de cada uno de sus elementos constitutivos, pues presentan especialización o lexicalización semántica, por la cual su significado denotativo es figurativo o traslativo, debido, entre otros, a procesos metafóricos y/o metonímicos (CORPAS PASTOR, 1997, pp. 26-27).

³⁵ Terminologia adotada pela autora (TAGNIN, 2011, p. 278).

recorrente em dado idioma” e ao defender sua não composicionalidade semântica³⁶; e Ortiz Alvarez (2011, p. 9), que entende as fraseologias como “[...] todas as combinações em que os componentes são geralmente estáveis (em alguns casos a estabilidade é parcial permitindo algumas alterações) e possuem traços metafóricos”.

Com base em todo o exposto, podemos afirmar que, embora cada pesquisador tinja com a sua aquarela o conceito elaborado, atribuindo-lhe um tom peculiar, existem características que são comuns a todos. Entendemos que essas características são as mais relevantes e, portanto, serão consideradas para efeito dos nossos estudos. Para todos os autores as fraseologias são polilexicais, apresentam estrutura relativamente fixa³⁷ e se destacam pela sua recorrência.

Nos documentos que estudamos, por alguns aspectos que lhes são peculiares – pertencerem ao gênero *auto* e à esfera jurídica e, por essa razão, possuírem uma estrutura formal bastante rígida, validarem um ato administrativo, datarem do início do século XIX etc. – pulsam fraseologias. Entendemos que eles devem ser dissecados pela ciência fraseológica, considerando suas particularidades, inclusive atentando para a possibilidade de ocorrência de *hapax legomena*³⁸.

Embora o objeto de nossa pesquisa sejam as fraseologias da língua de especialidade (FLE), consideramos importante trazer à discussão, também, a fraseologia da língua comum (FLC)³⁹, pois seu estudo serviu como base para o desenvolvimento da pesquisa fraseológica, fundamentando, inclusive, o tratamento das FLE.

A língua comum (LC) é, aqui, representada pela utilização da língua em situações de índole geral, sem orientação específica a um campo do conhecimento especializado, em textos orais ou escritos, indiferentemente. Como exemplo de FLC, podemos citar as fraseologias *bater as botas*, significando *morrer*, *cutucar onça com*

³⁶ O sentido da expressão não decorre da soma do sentido de cada uma das palavras que a constituem (MONTEIRO-PLANTIN. In: ORTÍZ ALVAREZ, Maria Luiza; UNTERNBÄUMEN, Enrique Huelva (Orgs.), 2011, p. 251).

³⁷ Quanto ao critério da fixidez, todos os fraseólogos concordam que ele é relativo: embora muitos frasmemas sejam totalmente fixos (não se pode mudar nem a forma nem a sequência dos componentes e tampouco inserir outros elementos), há aqueles, inclusive idiomáticos, que existem em formas variadas (WELKER, 2004, p. 166).

³⁸ Termo ou fraseologia especializada que ocorre apenas uma vez em todo o *corpus*.

³⁹ Esta divisão de caráter teórico-metodológico para os estudos referentes à fraseologia das línguas faz-se necessária, devido à grandeza e amplitude do tema (SANTIAGO, 2013, p. 59).

vara curta, cujo sentido é *arriscar-se*; *estar em mangas de camisa*, que significa *estar desprevenido*. Já a língua de especialidade (LE) ocorre em situações específicas de uso e utiliza elementos linguísticos próprios de determinada área do conhecimento. Dessa maneira, seus usuários são, normalmente, especialistas. *Nestes termos, pede deferimento...*, *fazer um download*, *administrar uma medicação* são, em princípio, exemplos de FLE, do domínio do Direito, da Informática e da Medicina, respectivamente. Dizemos “em princípio” porque, atualmente, existe grande aproximação entre a terminologia de algumas áreas e o cotidiano da população leiga. Para Bevilacqua (1996, p. 19):

Embora seja possível estabelecer essa diferença fundamental entre ambas, na realidade, elas formam parte de um conjunto mais amplo, a língua geral, produzindo-se entre ambas uma intersecção contínua. Tal fato evidencia a dificuldade de se estabelecer limites precisos e fixos entre LC e LE, pois há elementos comuns entre elas e, mais que isso, situações de uso de uma e outra que, principalmente em relação ao léxico, tornam difícil a delimitação rigorosa entre ambas.

No Brasil, existem vários estudiosos que se dedicam à pesquisa fraseológica, seja da língua comum, seja da língua de especialidade. Como exemplo, podemos citar Bevilacqua (1996), *A Fraseologia jurídico-ambiental*; Tagnin (2013), *O jeito que a gente diz*; Ximenes (2013), *Fraseologias jurídicas*; Santiago (2013), *Unidades fraseológicas especializadas em tutoriais de ambientes virtuais de aprendizagem*, entre tantos outros.

Cada vez mais, os estudos fraseológicos estendem seus horizontes, seja por meio do levantamento das ocorrências em obras de autores específicos, das ocorrências no uso cotidiano da língua falada ou ainda de textos, modernos ou pretéritos, de áreas específicas do conhecimento humano. Para Ximenes (2013, p. 252),

[...] os resultados dessas pesquisas constituem um excelente levantamento do uso das expressões em épocas passadas ou atuais que ajudam a compreender, no presente, a comunicação entre os grupos sociais e, com certeza, colaboram para a perpetuação do legado linguístico e cultural para as gerações futuras.

Há, entretanto, alguns pontos que demandam reflexão. As teorias e as práticas, por exemplo, ainda estão distantes da unificação. Existem divergências nos seus fundamentos, fazendo com que os processos para identificação, extração e

gestão variem consoante à abordagem adotada. No que se refere à fraseologia de especialidade, foco de nossa pesquisa, os modelos de análise e reflexão dependem diretamente dos princípios e métodos adotados. De modo que essa área constitui, hoje, verdadeiro campo de investigação linguística.

2.4 AS FRASEOLOGIAS DA LÍNGUA DE ESPECIALIDADE

Conforme mencionamos anteriormente, embora não exista consenso quanto aos conceitos de FLC e FLE, aqueles que se dedicam à pesquisa fraseológica concordam com as seguintes características que lhes são comuns: são polilexicais, são recorrentes e possuem certo grau de fixidez. Abordaremos, a seguir, algumas definições de FLE e trataremos das características que as tornam diferentes das FLC. Ressaltamos, entretanto, que não é nosso objetivo detalhar as diferentes propostas de tipologias de FLE, visto que é a partir delas que surgem as divergências acerca dos limites das fraseologias e este não é foco de nossa pesquisa.

De acordo com Pavel (1993a, p. 69), por FLE “[...] entendemos a combinatória sintagmática das unidades terminológicas (UTs)⁴⁰, pertencente a uma estrutura conceptual coerente”⁴¹. Para essa autora, essas UTs podem ter caráter nominal, adjetival ou verbal, relacionado a entidades, propriedades e processos; e podem apresentar as seguintes estruturas: *UT + adjetivo*; *verbo + UT*; *UT + verbo*. Mesmo considerando essas estruturas, há possibilidade de algumas extrapolarem os modelos sugeridos pela autora, a depender de cada *corpus*.

Por sua vez, Blais (1993, p. 52) afirma que as fraseologias se constituem pela “[...] combinação de elementos linguísticos, própria de um domínio, em que um deles é um termo núcleo, relacionados semântica e sintaticamente e para os quais existe uma restrição paradigmática”. A pesquisadora sugere estruturas do tipo *termo núcleo + adjetivo*; *nome + termo núcleo*; *nome + preposição + artigo + termo núcleo*; *verbo + termo núcleo* etc.

⁴⁰ As UTs são consideradas como núcleos de coocorrentes usuais ou privilegiados nos textos de uma especialidade (PAVEL, 1993a, p. 69).

⁴¹ Par phraséologie LS, nous entendons la combinatoire syntagmatique des unités terminologiques relevantes d’une structure conceptuelle cohérent (PAVEL, 1993a, p. 69).

O terminólogo Gouadec (1994, p. 172) considera que as FLE são “[...] cadeias de caracteres especializadas, constituídas por invariáveis e variáveis⁴², sujeitas a alterações das suas partes constituintes, segundo o tipo de domínio ou a situação de uso”. Gouadec (1994) aponta a estereotipia e a frequência como critérios interdependentes para o reconhecimento das FLE. A primeira considera as condições de uso das fraseologias (domínio de aplicação, tipo de documento, enunciador); a segunda é relativa à quantidade de ocorrências. Nessa concepção, as FLE dividem-se em matrizes fraseológicas e fraseologias com pivô terminológico. Estas possuem uma UT como seu núcleo, aquelas não possuem UT e se definem apenas pela estereotipia e pela frequência⁴³.

Gouadec (1990) entende que o domínio em que se insere uma fraseologia é fundamental para o seu reconhecimento; concebe a formação das fraseologias por elementos invariáveis e variáveis, demonstrando as múltiplas possibilidades de constituição de uma unidade e favorecendo a sua produtividade; e o mais importante, a nosso ver, propõe uma formalização para o tratamento das FLE, permitindo reconhecer que há cadeias de caracteres além daquelas que incluem o termo.

Por assumirem a possibilidade de variação, as FLE podem ser registradas através de padrões lógicos, nos quais as variáveis são representadas pelas incógnitas [x], [y] e [z] (BEVILACQUA, 1996). Como exemplo, citamos a unidade *entregou [x] a [y]* ou *entregar [x] a [y]*. Nesse caso, o elemento destacado em itálico, um verbo, é a parte que não varia. Nessa FLE, ocorrem as variáveis *entregar o ramo verde ao arrematante*, *entregar o ramo ao lançador* etc. A fraseologia citada ocorre em todos os *autos*, fato que comprova o critério da frequência. Tem a função de finalizar o pregão de venda e arrematação, com a entrega de um ramo verde simbolizando a transferência da posse do bem leilado. É, portanto, uma estrutura que caracteriza esse gênero textual, confirmando o critério da estereotipia.

Bevilacqua (1996, p. 101) acrescenta que “[...] as formas constituídas por verbos são mais facilmente identificadas como UFs⁴⁴ do que as formas

⁴² Variáveis e invariáveis indicam a possibilidade de ocorrerem variações no interior de uma fraseologia.

⁴³ No caso das matrizes fraseológicas, a parte estável não é uma UT, mas os elementos que as caracterizam como formulações próprias de um domínio discursivo.

⁴⁴ Unidade fraseológica – terminologia utilizada pela pesquisadora.

nominalizadas...” Nossa pesquisa adota essa perspectiva, por facilitar a identificação da fraseologia, já que não envolve a discussão dos limites entre UT e UF.

Por tudo que expusemos, consideramos os pressupostos teóricos apresentados adequados para o tratamento das FLE dos *Autos de Arrematação da Villa de Sobral*. Vemos, entretanto, que a concepção e a organização estrutural das FLE ainda não estão bem definidas, donde decorrem as divergências acerca dos seus limites, fazendo-nos refletir sobre a necessidade de uma teoria robusta que possibilite à Fraseologia abrir suas asas como uma ciência autônoma, visto que as tipologias propostas nem sempre vão ao encontro dos modelos de fraseologias encontrados nos mais diversos *corpora*. Buscamos organizar nossa pesquisa com base em conceitos e estudos já realizados, mas entendemos que precisamos, por vezes, adaptar nossos resultados às idiossincrasias da LE e às especificidades da linguagem jurídica dos textos mais antigos.

2.5 O GLOSSÁRIO FRASEOLÓGICO

O léxico de uma língua se forma à medida que se nomeiam as coisas; constitui, portanto, seu acervo fundamental.

O léxico de uma língua natural constitui uma forma de registrar o conhecimento do universo. Ao dar nomes aos seres e objetos, o homem os classifica simultaneamente. Assim, a nomeação da realidade pode ser considerada como etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo. [...] Foi esse processo de nomeação que gerou o léxico das línguas naturais (BIDERMAN, 2001a, p. 13).

Daí parte sua íntima relação com a cultura. Discorreremos um pouco sobre esta, cujo conceito se discute há longo tempo e sua relação com o léxico.

Segundo Herder (1784 *apud* WILLIAMS, 2007, p. 120), “[...] nada é mais indeterminado que essa palavra e nada mais enganoso que sua aplicação a todas as nações e a todos os períodos”. À época, o filósofo já entendia cultura como um conceito plural, pois havia uma tendência à imposição da cultura europeia aos quatro cantos do globo.

Etimologicamente, origina-se do verbo latino *colo*, *colui*, *cultum*, *colere*, daí *cultura* assumir como sentido primeiro e literal o *trato da terra*. Sentido que se estendeu, figurativamente, ao *trato* ou *aprimoramento do espírito*. No Renascimento,

cultura era a parte da Ética que estabelecia regras de aplicação dos princípios à conduta individual (MELO, 1974).

Hoje, o conceito de cultura é muito mais amplo e cheio de ramificações. Williams (2007) nos fala de uma sobreposição de sentidos, revelando um conceito de cultura entrelaçado pelo desenvolvimento humano em geral e um modo específico de vida, e entre ambos e as obras e práticas da arte e da inteligência. Essa concepção de cultura também já se constata em Melo (1974, p. 13), ao afirmar que “[...] o latim, nos seus velhos tempos de língua de rudes pastores e agricultores, tem a maior parte de seu vocabulário constituído de palavras referentes à vida no campo”.

No sentido sociológico, cultura é um patrimônio de ideias, de ideais, de conceitos científicos ou de conhecimentos empíricos, de costumes, de criações ou concepções artísticas, transmitido de geração a geração e do qual todos se beneficiam (MELO, 1974).

A cultura é, atualmente, entendida como um patrimônio histórico e social, posto que criada, preservada e enriquecida pela comunidade. Podemos observar reflexos dos vieses histórico e social da cultura através, por exemplo, da antroponímia. Os nomes dados às pessoas acabam por denotar devoção a um santo, em épocas de maior religiosidade; afeição por um artista, com a expansão da mídia televisiva; ou admiração por um desportista, em épocas de torneios de futebol. Com a toponímia não é diferente. À época do Brasil colônia, as primeiras vilas receberam nomes de vilas portuguesas, proibiu-se atribuir-lhes nomes de origem indígena. Isso nada mais é senão reflexo do momento histórico, social e cultural.

Os exemplos citados denotam a íntima relação entre a língua, mais especificamente o léxico, e a cultura. A língua reflete a história dos povos: mudança histórica acarreta mudança linguística. Quando a França exerceu posição dominante no cenário mundial, importou-se o léxico francês; quando do império americano, importou-se o léxico da língua inglesa. “Através de todas as épocas pode-se seguir facilmente no vocabulário o aspecto histórico-cultural” (BALDINGER, 1964, p. 51). Assim, o léxico acompanha os avanços tecnológico, científico, artístico; indica o que há de novo em quaisquer outras esferas.

Dessa maneira, compreendemos o léxico de uma língua de uma forma ilimitada, dada a sua abrangência temporal, geográfica e social. Para Mateus e Villalva (2006, p. 61), o léxico é uma entidade

[...] ilimitada no tempo, porque integra todas as palavras, de todas as sincronias, da formação da língua à contemporaneidade; ilimitada no espaço, dado que compreende todas as palavras de todos os dialetos; e irrestrita, na adequação ao real, dado que inclui as palavras de todos os registros da língua.

O léxico de uma língua “[...] se define como um conjunto de palavras, vistas em suas propriedades [...]” (PONTES, 2009, p. 18), quais sejam categorias sintáticas, categorias morfossintáticas, aspectos pragmáticos, informações etimológicas. Divide-se em léxico geral (ou comum) e léxico de especialidade. “O primeiro integra as palavras que podem ser utilizadas em qualquer contexto discursivo. O léxico de especialidade encontra adequação no âmbito da comunicação socioprofissional e no contexto técnico-científico” (PONTES, 2009, p. 18).

Essa abordagem inicial se deve ao fato de termos elaborado um glossário, repositório das fraseologias especializadas presentes nos autos de arrematação que analisamos e que datam do início do século XIX, fazendo parte da cultura daquele momento histórico-social. Prova disso é que alguns autos registram a venda de negros escravizados, prática daquela época; cita-se a função de porteiro do auditório, extinta nos dias atuais; cita-se o caderno das *meias cizas*, onde se registravam receitas e despesas; enumeram-se objetos que, nos nossos dias, não mais fazem parte da nossa rotina, como *terrinas*, *ferros de calafetar*, *chapéus de baeta*, entre tantos outros objetos. É inegável que nosso glossário fraseográfico reflete a cultura de uma fase de nossa história. Para elaborá-lo, bebemos da fonte teórico-metodológica do fazer dicionário de Welker (2004), Damim (2005), Krieger (2006), Pontes (2009).

Entre glossário e dicionário há diferenças. Os dicionários são os repositórios do léxico, dando guarida ao acervo (lexicológico, terminológico ou fraseológico) de uma língua. São guardiões da cultura de um povo, garantem a vida do léxico de uma língua e atestam o prestígio das palavras que guardam, pois as legitimam como parte integrante do domínio cultural da língua a que pertencem.

Para Krieger (2006, p. 165), “[...] o registro sistematizado do léxico confere ao dicionário o estatuto de legitimação das palavras de uma língua”. Os glossários, por sua vez, surgiram na Grécia Antiga com a função de “definir o significado de palavras e expressões que tornavam difícil a leitura dos textos homéricos” (KRIEGER, 2006, p. 164). Resultam do levantamento dos vocábulos de uma obra e de suas acepções. São, portanto, parte da obra, de um texto ou de um autor e mantêm a função de definir as palavras que dificultam a sua leitura.

Embora exista diferença conceitual entre dicionário e glossário, ambos se enquadram nos estudos lexicográficos e, a depender das escolhas realizadas pelo seu autor, possuem estrutura semelhante. Para Pontes (2009, p. 66):

O texto lexicográfico se organiza em vários níveis estruturais, ou seja, constitui-se de uma estrutura global denominada megaestrutura, na qual se encaixam outras menores, como a microestrutura, a macroestrutura, o material interposto, a medioestrutura.

Discorreremos, brevemente, sobre essa organização estrutural, à luz dos fundamentos teóricos básicos da ciência lexicográfica, em que nos apoiamos.

A megaestrutura consiste na estrutura global do dicionário. Nela, encaixam-se as partes menores: as páginas iniciais (elementos preliminares, material anteposto), a macroestrutura (ou nomenclatura) e as páginas finais (material posposto) (PONTES, 2009, p. 66-67). Já nas páginas iniciais fica patente a sua importância, visto que é aí que se encontram as características da obra lexicográfica, assim como as orientações para quem pretende acessá-la.

A macroestrutura (ou nomenclatura) “[...] é o conjunto de entradas organizadas verticalmente no corpo do dicionário” (PONTES, 2009, p. 73). Para Welker (2004), as características de uma macroestrutura podem ser definidas através do arranjo das entradas (será temático ou alfabético?), do formato dos verbetes (todos terão o mesmo formato?), da inserção de informações (haverá informações fora do bloco do verbete?). Cabe ao autor decidir por esta ou aquela ordem, se haverá lematização dos lexemas ou usará a forma canônica, desde que informe o consulente e o oriente sobre como proceder, quando precisar fazer uma pesquisa.

Cada autor pode ter um motivo para estabelecer uma determinada ordem; o essencial é que haja uma ordem e que ela seja seguida em todo o dicionário para que o consulente possa encontrar a expressão idiomática o mais rápido possível (WELKER, 2004, p. 167).

Já a microestrutura está contida na macroestrutura e é representada pelo conjunto de informações ordenadas e estruturadas, dispostas horizontalmente, após a entrada, dentro de cada verbete, e responde às perguntas sobre os significados das palavras.

A microestrutura comporta um certo número de paradigmas que nem sempre estão presentes em todas as obras. Isso depende de sua natureza. Certos paradigmas possuem um caráter quase obrigatório, e outros parecem mais facultativos (PONTES, 2009, p. 71).

Welker (2004) classifica a microestrutura em dois tipos: a abstrata, representando uma espécie de planejamento antes da confecção do dicionário ou do glossário, ou seja, representa um conjunto de informações elaborado antes e que será preenchido pelos dados concretos; e a concreta, que seria a realização da microestrutura abstrata, forma como são dadas informações.

O material interposto pode aparecer sob a forma de gráficos, imagens, mapas e têm a função de complementar as informações apresentadas na microestrutura, intercalados na macroestrutura (DAMIM, 2005, p. 21).

Já a medioestrutura “[...] corresponde a um sistema de articulação entre a macro e a microestrutura e outros componentes do dicionário, como o material anteposto, o material posposto e o material interposto” (DAMIM, 2005, p. 81). As notas remissivas se encontram nessa estrutura do dicionário.

Nosso *corpus* de pesquisa é um códice fidedigno, permitindo-nos fazer um levantamento das fraseologias próprias desse gênero textual, no início do século XIX. Para Almeida (2006, p. 230):

O estudioso do léxico, que pode ser o próprio filólogo, precisa, ao considerar uma dada língua, em qualquer sincronia, ter como ponto de partida, para a realização de seus estudos, um texto fidedigno.

Para isso, buscamos a fundamentação necessária para a elaboração do glossário de fraseologias jurídico-administrativas na ciência Lexicográfica, ou

Lexicografia Fraseológica⁴⁵, visto ser esta a ciência que, consensualmente, dedica-se à técnica de composição de dicionários e glossários fraseológicos.

Entendemos que um trabalho dessa natureza se justifica por possibilitar o acesso de consulentes (os mais diversos) às informações contidas no códice em estudo. Assim, consideramos que o glossário elaborado deve ter uma estrutura que favoreça a consulta por parte do nosso público-alvo: linguistas, filólogos, historiadores, profissionais do Direito e, até mesmo, leigos.

Cada vez mais, linguistas especializados têm abraçado esses estudos e surgem, nos programas de pós-graduação, linhas de pesquisa que envolvem esse objeto. Assim, a partir dos anos 2000, têm-se multiplicado os trabalhos de produção fraseográfica, apesar de a Fraseologia ainda representar uma disciplina dentro dos estudos de Lexicologia/Lxicografia na maioria dos programas de pós-graduação e, por isso mesmo, existirem poucos estudos fraseográficos teórico-descritivos.

⁴⁵ CORPAS PASTOR, Gloria. *Los estudios de fraseología y fraseografía en la Península Ibérica*. Disponível em: <http://commonweb.unifr.ch/artsdean/pub/gestens/f/as/files/4740/25257_112322.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2014.

3 METODOLOGIA

“Ad augusta per angusta”. (Chegar a resultados gloriosos por caminhos estreitos.)

(RUDDER, 2005, p. 22).

Seguimos a trajetória metodológica de Ximenes (2004, 2013), que alicerça seus estudos em dois procedimentos básicos: “O primeiro diz respeito à análise semidiplomática dos manuscritos coletados que formam o *corpus* da pesquisa” (XIMENES, 2004, p. 24). Nesse momento, situamos os documentos no tempo histórico-social e no espaço geopolítico. O segundo procedimento é a análise de algum aspecto linguístico relevante nos manuscritos em estudo.

Assim, nossa pesquisa teve dois momentos. Inicialmente, o momento filológico, em que fizemos a edição semidiplomática dos documentos, tratamos de sua contextualização sócio-histórica e geopolítica, fizemos breve análise paleográfica e codicológica. Posteriormente, cuidamos do estudo das fraseologias especializadas, aspecto linguístico que mais se destaca em nosso *corpus*, e da elaboração do glossário que lhes serve como repositório.

Veremos, a seguir, o detalhamento de cada etapa da pesquisa.

3.1 DO *CORPUS*

3.1.1 Da localização do *corpus*

O *corpus* desta pesquisa é formado por trinta e nove *autos de arrematação*⁴⁶ escritos no recorte temporal de 1817 e 1823, na então Vila de Sobral. Os documentos estão compilados no códice *Arrematações de Auzentes da Villa de Sobral* (1817), pertencente ao acervo de documentos manuscritos do Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC), onde fica arquivado no fundo das Capitâneas, Caixa 2, Livro 106. Também no APEC encontra-se, para a aquisição por pessoas interessadas, a versão digital do referido códice, onde constam as imagens dos documentos. Essa tem sido uma prática dos arquivos públicos nacionais, a fim de

⁴⁶ Segundo Bellotto (2007, p. 93), o gênero *auto* representa a “narração escrita, pormenorizada e autenticada, de um fato com a finalidade, em geral, de conduzir um processo a uma decisão ou um infrator a uma sanção”.

minimizar a manipulação dos documentos e de preservar o testemunho documental da nossa história.

Os manuscritos contêm a formalização da compra, por meio de arrematação, de bens pertencentes a *ausentes*⁴⁷. Esses bens variavam de simples foices, espingardas, caixas, cangalhas e gados (termo utilizado para designar mamíferos quadrúpedes de grande porte – vacas com ou sem crias, cavalos etc.), até escravos, também denominados “cativos”.

Julgamos importante falar um pouco sobre o APEC, por ser a instituição que abriga grande parte do patrimônio documental que traça o caminho percorrido por nossos antepassados e desenha nossa história. É o que faremos a seguir.

Com a missão de recolher, guardar, proteger e preservar a memória documental do Estado do Ceará, abrindo suas portas e incentivando a pesquisa acadêmica e possibilitando a pesquisa por interesse particular de qualquer cidadão, o APEC foi criado aos 6 dias do mês de setembro de 1916, como órgão vinculado à Biblioteca Pública. Já fez parte da Secretaria do Interior e Justiça e, hoje, vincula-se à Secretaria de Cultura do Estado do Ceará.

Nosso arquivo público teve várias sedes antes de ancorar, em 1993, em seu cais atual, à rua Senador Alencar, nº 348, no Centro da capital cearense. Em sua sede anterior, sita à rua Pinto Madeira, 116, também no Centro de Fortaleza, atualmente, funciona o Arquivo Intermediário, onde ficam os documentos que serão encaminhados ao arquivo permanente.

⁴⁷ Nesse contexto discursivo, o termo *ausentes* se refere a pessoas falecidas, sem herdeiros, e cuja propriedade dos bens seria, devido ao óbito, transferida à Coroa Portuguesa. Em outros casos, bens de *ausentes* são bens cujo proprietário se desconhece e, por essa razão, pertencem também à Coroa.

Figura 6 – Arquivo Público do Estado do Ceará (APEC)



Fonte: Secretaria de Cultura do Estado do Ceará. Disponível em: <<http://www.secult.ce.gov.br/index.php/equipamentos-culturais/arquivo-publico>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

É um belo casarão em estilo neoclássico, característico do século XIX, construído pela família Fernandes Vieira, em 1880, e recuperado pela Secretaria de Cultura do Estado. Possui um estacionamento interno com vagas para cerca de vinte veículos. Há quinze janelões no pavimento térreo e dezenove sacadas no primeiro piso. Recepção, sala de digitalização de documentos, biblioteca e sala de pesquisa são alguns dos ambientes que servem àqueles que procuram o APEC.

De segunda a sexta-feira, entre 8h e 17h, atende um público estimado em cerca de mil pessoas por mês, entre aquelas que buscam certidões de documentos cartoriais e/ou transcrições mecânicas (ou paleográficas) de documentação histórica, além de pesquisadores em geral e de pessoas que visitam exposições temáticas produzidas pela instituição.

Boa parte dos atendimentos ocorre na sala de pesquisa. Funcionando no 1º piso, a sala de pesquisa é climatizada, possui algumas mesas e cadeiras, várias estantes e dois armários. Sobre um deles, colocam-se catálogos para localização de documentos pelos pesquisadores. Dois servidores atendem os pesquisadores: providenciam documentos solicitados; devolvem os documentos ao acervo; reservam aqueles cuja consulta ainda não foi concluída.

Figura 7 – Visão à direita da Sala de Pesquisas (APEC)



Fonte: Acervo da própria autora.

Figura 8 – Estante para materiais de pesquisas (Sala de Pesquisas / APEC)



Fonte: Acervo da própria autora.

Um dos aspectos mais importantes e que requer bastante destaque é o acervo do APEC. Autos, editais, escrituras, censos, inventários, processos, correspondências, relatórios, mapas, plantas etc. repousam nas estantes do APEC, que guarda documentos emitidos por entes públicos (Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário) e particulares. Seu silêncio nos grita parte da nossa história. O atestado de óbito do Padre Cícero, o inventário de Tristão Gonçalves, os registros de datas de Sesmarias do século XVII ao XIX, a cópia do diário da expedição de Matias Beck ao Ceará, no século XVII, os registros de terras da Fortaleza do século XIX são alguns dos testemunhos que lá existem.

Abriga, também, o Fundo Especial Boris, documentação que retrata a dinâmica das atividades econômicas do Ceará do século XIX em meados do século XX e o acervo Virgílio Távora, composto de variada documentação oficial e particular pertencente ao homem que governou o Ceará de 1963 a 1966 e de 1979 a 1982.

Conserva uma valiosa documentação dos séculos XVII e XVIII. Deste acervo, destaca-se a documentação da Guarda Nacional do século XVIII, título nobiliárquico, concedido pelo imperador D. Pedro II às pessoas de posses – os antigos latifundiários – no período imperial.

Por uma questão de organização interna, a documentação se divide em **textual** (Das instituições do serviço público estadual, Das instâncias e dos serviços judiciários – tribunais e cartórios, De procedência privada – pessoas físicas e jurídicas) e **cartográfica** (mapas e plantas do Estado).

Para termos uma noção da diversidade e do inestimável valor desse patrimônio, mostramos a disposição dos índices ou agrupamentos de documentos:

- Índice da Saúde Pública 1836-1921 (Correspondendo a 12 caixas e 05 livros).
- Índice dos Ministérios 1822-1909 (Correspondendo a 122 livros).
- Índice de Leis e Resoluções Provinciais e Estaduais 1835-1928 (Correspondendo 11 caixas).
- Índice da Capitania do Ceará 1754-1866 (Correspondendo a 32 caixas).
- Índice da Escola dos Aprendizes Marinheiros 1886-1916 (Correspondendo a 01 caixa).
- Índice das Alfândegas de Aracati e Fortaleza 1836-1893 (Correspondendo a 03 caixas).
- Índice das Câmaras Municipais 1700-1943 (Correspondendo a 99 caixas).

- Índice da Ouvidoria Geral e Corregedoria da Comarca do Ceará 1778-1832 (Correspondendo a 05 caixas).
- Índice da Secretaria de Polícia – Rol dos culpados 1913-1940 (Correspondendo a 15 livros).
- Índice do Guia de Fontes da Polícia do Ceará 1889-1954 (Correspondendo a 131 caixas).
- Índice das Estradas de Ferro de Baturité e Sobral / Estrada de Rodagem de Sobral 1872-1918 (Correspondendo a 03 caixas e 04 livros).
- Índice dos Açudes e Irrigação 1844-1918 (Correspondendo a 05 caixas).
- Índice de Localização da Hospedaria Geral de Emigração 1888-1915 (Correspondendo a 11 caixas).
- Índice da Assembleia Legislativa do Ceará 1844-1922 (Correspondendo a 03 caixas).
- Índice da Secretaria da Agricultura 1930-1935 (Correspondendo a 06 livros).
- Índice das Obras Públicas 1852-1933 (Correspondendo a 22 caixas).
- Índice do Grupo Arquivo Público e Museu Histórico 1932-1958 (Correspondendo a 10 caixas).
- Índice da Instrução Pública 1841-1895 (Correspondendo a 74 caixas e 79 livros).
- Índice da Comissão de Socorros Públicos 1862-1890 (Correspondendo 24 caixas).
- Índice dos Decretos 1890-1932 (Correspondendo a 06 caixas e 22 livros).
- Índice da Fazenda Provincial 1835-1889 (Correspondendo a 23 caixas e 02 livros).
- Índice do Governo da Província do Ceará 1823-1889 (Correspondendo a 250 livros).
- Índice do Palácio Episcopal do Ceará – Bispado Cearense 1833-1916 (Correspondendo a 05 caixas).
- Índice dos Consulados 1889-1933 (Correspondendo a 02 caixas).
- Índice da Secretaria da Agricultura – Colônia Cristina 1855-1921 (Correspondendo a 02 caixas e 15 livros).
- Índice da Junta Classificadora de Escravos 1882-1884 (Correspondendo a 03 caixas).

- Índice da Guarda Nacional 1850-1886 (Correspondendo a 37 caixas e 42 livros).
- Índice das Atas de eleições TRE-CE 1906-1924-1928-1930 (Correspondendo a 11 caixas).
- Índice da Inscrição de Eleitores TRE-CE 1932-1937 (Correspondendo a 111 livros).
- Guia das Obras Públicas 1852-1833 (Correspondendo a 9.626 documentos).
- Guia da Instrução Pública 1833-1889 (Correspondendo a 32.000 documentos).

O APEC possui uma política de modernização, elaborada de acordo com seu regimento. Em seu compromisso por garantir o bem-estar do acervo de que tem a guarda, luta, junto ao Poder Público, pela reforma do prédio e do mobiliário; propõe a mudança do sistema de proteção a incêndios, que atualmente é à base de água, o que não protege os documentos; procura digitalizar seus documentos, com as ferramentas que a modernidade e os recursos financeiros proporcionam. Assim, parte do acervo já foi escaneada e transformada em arquivo digital.

A seguir, observa-se uma relação contendo o acervo cujas formas materiais já podem descansar do manuseio pelos pesquisadores que se dirigem ao arquivo público.

- Autos e sumários de querela;
- Câmaras municipais;
- Governo da Capitania;
- Governo da Província;
- Escravos (escrituras de compra e venda e afins);
- Nova coleção (documentos diversos).

3.1.2 Da escolha e da coleta do *corpus*

Como falamos anteriormente, o APEC possui imensa quantidade de documentos, aguardando tratamento filológico, como única forma de evitar a total perda de suas informações. Os *autos de arrematação* são textos fidedignos, pois pertencem à esfera jurídica do Brasil colônia, à época, também responsável pela sua administração. Foram escritos a partir de uma situação que era vivenciada pela sociedade daquele momento histórico: o leilão em praça pública. O recorte temporal compreende o período de 1817 a 1823. Referimo-nos, portanto, a manuscritos produzidos há mais de cem, quase duzentos anos. Isso também muito nos motivou.

Embora não existissem normas ortográficas a que todos obedecessem, entendemos que foram escritos considerando a norma culta da época, já que eram poucos os que liam e escreviam. Isso nos possibilitou o contato com uma das fases pelas quais a língua portuguesa passou, abrindo muitas opções para realização de estudos. Além disso, o gênero se caracteriza por uma estrutura formal muito peculiar, por ser de longa extensão e por ser repleto de fraseologias especializadas, o que nos forneceu excelente material para a análise linguística.

A ideia de contribuir para o resgate de um livro inteiro foi outro ponto que nos agradou de imediato. O fato de este se encontrar já digitalizado nos incentivou ainda mais, porque não precisaríamos manusear os originais o tempo inteiro, mas apenas quando as imagens nos ocultassem algo relevante.

Vejamos a distribuição do *códice*.

Quadro 2 – Distribuição dos *autos de arrematação*

Ano	Quantidade
1817	9 autos
1818	3 autos
1819	6 autos
1820	5 autos
1821	3 autos
1822	6 autos
1823	7 autos

Fonte: Própria autora.

Os documentos foram transcritos de acordo com o modelo semidiplomático de edição (CAMBRAIA, 2005), sobre o qual trataremos com detalhe na próxima seção, seguindo as normas de transcrição do grupo de estudos PRAETECE (Práticas de Edição de Textos do Estado do Ceará), de que fazemos parte.

3.1.3 Dos tipos de edição dos documentos: fac-similar e semidiplomática

Nosso ponto de partida foi a edição fac-similar dos manuscritos, disponibilizados pelo APEC. A partir dela, traçamos um plano de trabalho para resgatar esse recorte da nossa memória linguística e viabilizar-lhe o acesso por consulentes de modo geral, sem prejuízo para os originais. O objetivo era evitar a manipulação, visando à preservação dos *autos*. Através da observação atenta das imagens, foi feita a edição semidiplomática, por ser o modelo em que se respeita o máximo possível a genuinidade do documento e se evitam quaisquer inferências por parte do editor. Dessa maneira, procuramos dar acesso ao teor informacional dos documentos por especialistas pesquisadores ou por pessoas leigas interessadas.

A edição semidiplomática dos manuscritos foi realizada durante aproximadamente um ano e constitui, juntamente com a edição fac-similar, o primeiro volume de nosso trabalho. Nesse volume, inserimos uma edição ao lado da outra, a fim de dar acesso à imagem e ao texto, concomitantemente. A imagem assegura a veracidade dos documentos, através, por exemplo, da numeração e da rubrica no canto superior direito do fólio, através do carimbo do APEC e das manchas provocadas pela ação do tempo. A transcrição possibilita a leitura e, por conseguinte, o acesso às informações linguísticas, históricas, culturais etc.

O fragmento cuja leitura e conseqüente transladação não foram possíveis a partir da via digital, pela dificuldade de visualização, teve esse procedimento feito por meio dos originais, com o auxílio de máscara, luvas, lupa e de dicionários, durante visitas semanais ao APEC. Embora um ou outro termo tenha se perdido, consideramos que atingimos um excelente grau de reconstituição.

Fenômenos como a aglutinação de palavras, a ausência de sinais de pontuação, a ausência de acentuação, ocorrem em todos os documentos, dificultando a leitura dos manuscritos e retardando a execução do trabalho. A caligrafia dos escribas – os documentos não foram escritos pelo mesmo escriba –,

cujas mãos nem sempre eram tão hábeis, e a tendência a uma escrita intuitiva devido à ausência de normas ortográficas também representaram obstáculos a ultrapassar.

Nesse período, uma mesma palavra era grafada de várias maneiras. No entanto, à medida que nos habituamos às constantes fraseologias, aos termos empregados nesse contexto discursivo e aos próprios registros caligráficos, a leitura fluiu com maior facilidade.

Assim, editamos os cento e dois fólhos que compõem o códice, considerando as normas de transcrição de documentos manuscritos do grupo de estudos PRAETECE (Práticas de Edição de Textos do Estado do Ceará), disponíveis no endereço eletrônico <http://praetece-ce.blogspot.com.br>. São elas:

1. A transcrição será conservadora.
2. As abreviaturas, alfabéticas ou não, serão desenvolvidas, marcando-se, em *itálico* e em **negrito**, as letras omitidas na abreviatura, obedecendo aos seguintes critérios:
 - a) respeitar, sempre que possível, a grafia do manuscrito, ainda que manifeste idiossincrasias ortográficas do escriba, como no caso da ocorrência “munto”, que leva a abreviatura: m.^{to} a ser transcrita “munto”;
 - b) no caso de variação no próprio manuscrito ou em coetâneos, a opção será para a forma atual ou mais próxima da atual, como no caso de ocorrências “Deos” e “Deus”, que levam a abreviatura: D^s a ser transcrita “Deus”.
3. Não será estabelecida fronteira de palavras que venham escritas juntas, (desde que não haja nenhuma dúvida, em havendo, prefere-se separar as palavras), não se introduzirá hífen ou apóstrofo onde não houver. Exemplos: *aellas; daPiedade; ominino; dosertão; mostrandoselhe; achandose; sesegue.*
4. A pontuação original será rigorosamente mantida, assim como a translineação.
5. A acentuação original será rigorosamente mantida, não se permitindo qualquer alteração. Exemplos: *aRepublica; decommercio; edemarcando também lugar; Rey D. Jose; oRio Pirahý; oexercicio; hé m.^{to} convenientes.*

6. Será respeitado o emprego de maiúsculas e minúsculas como se apresentam no original, (desde que não haja dúvida, em havendo, prefere-se a forma minúscula). No caso de alguma variação física dos sinais gráficos resultar de fatores cursivos, não será considerada relevante. Assim, a comparação do traçado da mesma letra deve propiciar a melhor solução.
7. Eventuais erros do escriba ou do copista serão remetidos para nota de rodapé, onde se deixará registrada a lição por sua respectiva correção. Exemplo: nota 1. *Pirassocunda* por *Pirassonunga*; nota 2. *deligoncia* por *deligencia*; nota 3. *adverdinto* por *advertindo*.
8. Inserções do escriba ou do copista, na entrelinha ou nas margens superior, laterais ou inferior, entram na edição em nota de rodapé, indicando-se a linha de ocorrência.
9. No caso de repetição que o escriba ou o copista não suprimiu, passa a ser suprimida pelo editor que a coloca entre colchetes duplos. Exemplo: *fugijram correndo emdiração opaco*.
10. Intervenções de terceiros no documento original devem aparecer no final do documento, informando-se a localização.
11. Intervenções do editor não de ser raríssimas, permitindo-se apenas em caso de extrema necessidade, desde que elucidativas a ponto de não deixarem margem a dúvida. Quando ocorrerem, devem vir entre colchetes. Exemplo: não deixe passar [registro] de Áreas.
12. Letra ou palavra não legível serão indicadas entre colchetes com a forma [ilegível]. Letra ou palavra deteriorada justifica a intervenção do editor na forma do item anterior, com a indicação entre colchetes: [deteriorada].
13. Trecho de maior extensão não legível por deterioração receberá a indicação [corridas + ou – 5 linhas]. Se for caso de trecho riscado ou inteiramente anulado por borrão ou papel colado em cima, será registrada a informação pertinente entre colchetes e sublinhada.
14. A disposição das linhas do documento original será mantida na edição, sem necessidade de nenhuma marca. A mudança de fólio receberá a marcação com o respectivo número na sequência, alinhado à direita da seguinte forma: fl.1v. fl.2r. fl.2v. fl.3r.

15. Na edição, as linhas serão numeradas de cinco em cinco a partir da quinta. Essa numeração será encontrada à margem direita da mancha, à esquerda do leitor. Será feita de maneira contínua por documento.
16. As assinaturas simples ou as rubricas do punho de quem assina serão sublinhadas. Os sinais públicos (nome de outra pessoa) serão indicados entre colchetes. Exemplos: assinatura simples: Bernardo Jose de Lorena; sinal público: [Bernardo Jose de Lorena].

3.2 DO CONTEXTO HISTÓRICO DOS DOCUMENTOS

Para fazer o estudo do léxico dos textos, um passo importante foi situá-los social e historicamente. Descrever o contexto em que foram produzidos, identificar seus prováveis enunciadores e seus escribas. Nossa pesquisa teve, portanto, natureza descritiva. Descrevemos o objeto para conhecê-lo.

O códice em análise data do início do século XIX (1817-1823) e foi produzido na então *Villa de Sobral*. Nesse momento histórico, a capitania do Ceará Grande partia em busca do comércio no mercado europeu. Havia, por parte da Coroa portuguesa, o controle de todos os processos, visando à obtenção de lucro e controle de gastos. Em Sobral, “[...] o mecanismo administrativo compunha-se de um Conselho da Câmara, formado por quatro vereadores, um presidente eleito entre os vereadores, que era o Juiz Ordinário, um procurador e um escrivão” (MARTINS, 1989, p. 27).

O território da *Villa de Sobral* estendia-se às margens do rio Acaraú. “Esta sesmaria media 3 léguas de comprimento, seguindo o curso do rio Acaraú, com meia légua de largo para cada banda do dito rio” (ARAÚJO, 1978, p. 23). Sua localização geográfica se deveu ao fato de os colonizadores portugueses terem penetrado do litoral para os sertões, em busca de pouso que lhes oferecesse condições para criar seus gados e fazer lavouras, favorecendo-lhes a sobrevivência. “Encravada na Ribeira do Acaraú, a atual cidade de Sobral nasceu e cresceu bafejada pelas forças civilizadoras que penetraram do litoral para estes sertões através do Rio Acaraú, única via de acesso ao homem branco nos tempos coloniais” (ARAGÃO, 1913, p. 115).

Fundou-se a partir da antiga povoação de Caiçara e teve seu desenvolvimento histórico iniciado pelos primeiros exploradores catequistas. “A antiga povoação de Caiçara, fundada em 1712, tem o seu desenvolvimento histórico a partir dos primeiros exploradores catequistas que acompanharam Martins Soares Moreno, o decantado guerreiro branco, à colonização do Ceará” (MARTINS, 1989, p. 21).

De Caiçara até sua denominação atual (Sobral), chamou-se Vila Distinta e Real de Sobral, além de Januária. Houve uma determinação legal de que as vilas erigidas deveriam receber nomes de vilas de Portugal. “A todas as vilas que erigir, denominará Vossa Mercê com os nomes das de Portugal que lhe parecer mais conformes aos sítios em que se acharem” (ARAÚJO, 1991, p. 24). O termo “sobral”, como substantivo comum, significa “mata de sobros”. Sobro, por sua vez, é uma árvore do tipo das laranjeiras, tipo muito abundante em Portugal. “A grande abundância de sobrais, espalhados por todo território português, fez com que naquele país muitas povoações tomassem tal nome botânico” (ARAÚJO, 1991, p. 25). Dessa maneira, Caiçara se tornou Sobral.

Sobral abrange terras situadas às margens do rio Acaraú, além de limitar-se por serras, o que favoreceu, por seus aspectos geológicos, o cultivo de grande variedade de culturas agrícolas. À época em que os manuscritos em estudo foram produzidos, Sobral se projetava economicamente pela expansão algodoeira.

3.3 DA DESCRIÇÃO DO CONTEÚDO DOS *AUTOS*

Após diversas leituras dos documentos, dissecamo-lhes as informações variáveis, aquelas que são próprias de cada documento-indivíduo. Aqui, nosso objetivo é fazer a descrição das informações encontradas, com destaque para os sujeitos, pela efetiva participação desse momento de nossa história social; e para os objetos leiloados, por talharem o entorno cultural, econômico e social do Ceará do início do século XIX. É o que fazemos a seguir.

3.3.1 Dos sujeitos

Comparamos cada *auto* à constelação do Cruzeiro do Sul⁴⁸, formada por quatro estrelas de primeira grandeza e uma estrela denominada “Intrometida”. Esse grupo de estrelas guiou muitos navegantes e deu-lhes orientação para chegarem ao hemisfério sul. Cada estrela tem sua localização, sua identidade e desempenha uma função. Nos *autos*, o juiz ordinário provedor comissário de ausentes, o porteiro do auditório, o escrivão e o arrematante seriam as estrelas de primeira grandeza, pois conduzem todo o processo até a culminância com a transferência da propriedade do bem leiloado. O tesoureiro seria a estrela menos brilhante, embora também tenha a sua importância, por desempenhar apenas a função de receber os valores e apresentar sua quitação. Todos os sujeitos⁴⁹ dos *autos*, como as estrelas do Cruzeiro do Sul, são devidamente identificados e, em alguns casos, têm informadas a sua profissão e/ou a sua ocupação. É sobre esses actantes que falaremos a seguir.

3.3.1.1 Dos juízes ordinários

O juiz ordinário era a autoridade colonial que correspondia à figura do prefeito. Escolhido pelos habitantes, o juiz ordinário administrava a vila, tendo poder na esfera judiciária e na administrativa. Para tanto, na vila, tinha domicílio e estabelecimento. Nos *autos*, aparecem, ao todo, doze. Destes, apenas três assinaram um único *auto*. Os demais estiveram à frente de, pelo menos, dois processos, como podemos observar na tabela a seguir, em que organizamos os nomes na ordem alfabética.

⁴⁸ O Cruzeiro do Sul, apesar de ser a menor de todas as constelações, é uma das mais importantes. Integrava a constelação do Centauro, porém foi separada em razão de suas características próprias, como a disposição e brilho intenso de suas cinco estrelas: Estrela de Magalhães, Mimoso, Pálida, Rubídea e Intrometida. No Brasil, a formação do Cruzeiro do Sul está presente no escudo republicano (Bandeira do Brasil). Disponível em: < <http://www.brasilecola.com/geografia/cruzeiro-sul.htm> >. Acesso em: 18 dez. 2014.

⁴⁹ Um aspecto que nos chama a atenção é a absoluta presença masculina. A figura feminina não aparece em documento algum. À época, a mulher branca servia apenas para gerar filhos ao seu marido, para educá-los e para gerenciar os afazeres domésticos. Vivia para o marido, para os filhos e para a casa.

Quadro 3 – Juízes ordinários provedores comissários de ausentes

Juízes Ordinários Provedores Comissários de Ausentes	Auto(s)
Antônio Carneiro da Costa	25 e 26
Antônio Fernandes Baptista	11
Felix Ribeiro da Silva	24
Francisco Ferreira da Ponte	19, 20, 21 e 22
Francisco Ferreira Gomes	28, 29, 30 e 31
Francisco Joaquim de Sousa Campelo	3, 4, 5, 7, 8, 9 e 10
Ignácio Gomes Parente	1, 2 e 6
Joaquim José de Almeida	14 e 15
João Gonçalves Ferreira	23
José de Lira Pessoa	13, 16, 17 e 18
Narciso Marques do Rego Barros	33, 34, 35, 36, 37, 38 e 39
Vicente Álvares da Fonseca	12, 27 e 32

Fonte: Própria autora.

3.3.1.2 Do porteiro do auditório

O porteiro do auditório era o responsável pela parte operacional do leilão. Por determinação do juiz ordinário, era aquele funcionário que iniciava os trabalhos: armava a mesa do estilo, apregoava os bens de ausentes, procurava o melhor lance e, quando o encontrava, dava a posse simbólica do bem ao arrematante, entregando-lhe um “ramo verde”. Em todos os manuscritos, quem está à frente dos procedimentos é sempre o mesmo porteiro do auditório, André José Rodrigues Ferreira.

3.3.1.3 Dos escrivães

Escrivães são dois: Joaquim Manoel da Rocha Franco e José Manoel Bezerra. O primeiro registra os *autos* de 1 a 26; o segundo, de 27 a 39. Este assumiu as funções devido ao falecimento de seu antecessor, fato registrado através de uma nota constante na margem à esquerda da mancha, à direita do

leitor, do recto do fólio 51, transcrito como nota de rodapé, à página 211 no volume I deste trabalho.

O profissional escriba possuía as habilidades da leitura e da escrita. Estas eram mérito de pouquíssimas pessoas e agregavam grande valor a esse profissional, situando-o na elite colonial e no cenário administrativo-judiciário. Os funcionários da administração dispunham, segundo Salgado (s.d., p. 76), “[...] de uma série de oficiais menores, que os auxiliavam no exercício de suas funções, tais como escrivães (para escrever os autos dos processos), tabeliães (para garantir a validade dos documentos) [...]”. O escrivão tinha autoridade de atribuir fé pública aos documentos, de emitir certidões e afirmar sua validade. Fato que se comprova em,

E deComo asim odice eSeobrigou, paraConstar fis estetermo emque asinou odito Fiador Com astestemunhas queprezentes Seaxavao Jozé deXareiz Furna Vxoa, eAntonio Jozé deMello, moradorez nestaVilla, **edemim Reconhecidos deque doufe, eeu JoaquimManoeldaRoxaFranco Escrivam que oescrevi.** (*Auto de arrematação* nº 20, L. 183-193, fl. 22v, p. 97)

e em,

Pedro Lopes diçe que Sim que queria arematar oEscravo Com prazo eque daua hum fiador logo lhe respondeo oJuis que naõ podia Ser porque avia quem remataçe odito [Constado] em Meza eque Só Seremataria a prazo Senaõ ouveçe quem remataçe aVista doque ficou elle PedroLopes emtendido. **Oreferido he Verdade Emfé deque pasei aprezenete Certidam Sobral [9] deJulho de 1820. Em fé deVerdade OEscrivam deAuzentes.** (*Auto de arrematação* nº 29, L. 161-177, fl. 71v, p. 293)

Era um cargo de confiança exercido por pessoas que tinham apadrinhamento político, sendo nomeadas pelo governador. “O governador também se imiscui nos assuntos municipais. Há cargos que, embora de nomeação da Câmara, é ele que provê, como o de escrivão, mandando juramentá-lo e dar-lhe posse” (PRADO JR., 1999).

Em uma sociedade cujos processos são registrados, anotados, contabilizados, o conhecimento linguístico é de suma importância. “O conhecimento linguístico passa a ser um instrumento importantíssimo para a elite que almeja um cargo nos setores da administração, principalmente o cargo de escrivão” (XIMENES, 2004, p. 60).

Os escribas não desempenhavam suas funções por possuírem a compreensão do rigor teórico-metodológico que regia seu labor ou pelo desejo de

escrever a História do Brasil. Não realizavam seu trabalho por amor àquela ciência, mas por ser uma função que gozava de prestígio social e, acima de tudo, para obter uma fonte de renda. O ser social escriba executava um ofício e este obedecia a um rigor teórico-metodológico. Ele enquanto ser social não participava da decisão por adotar esse fazer metodológico, mas o executava porque era a incumbência de seu ofício, além de ser uma questão de distinção social, o que fazia com que ele detivesse um poder.

Para os estudos linguísticos, o labor do escriba é muito importante. Através dos registros que ele fazia é que podemos observar os estágios pelos quais a escrita passou, até chegar ao estágio atual; podemos analisar as variações no formato dos grafemas, além de podermos observar, sincrônica e diacronicamente, inúmeros fenômenos linguísticos.

3.3.1.4 Dos arrematantes, seus procuradores e fiadores

Os arrematantes eram os adquirentes dos bens leiloados. Eram, em sua maioria, cidadãos comuns, mas também os havia tenentes, alferes (hoje, segundos-tenentes), vigários e capitães-mores. Diante da impossibilidade de estarem presentes ao leilão, seis arrematantes se fizeram representar por procuradores; dois deles, Jerônimo José Figueira de Melo e Antônio Viriato de Medeiros, foram caracterizados pela expressão “homem chão e abonado”, expressão usada para se referir ao homem de nome forte na vila, por ter palavra e comprovadas posses. Quando não dispunham de montante financeiro para quitação da dívida, os arrematantes lançavam mão de um fiador. Este precisava ser reconhecido pelo escrivão e comparecer ao cartório, a fim de consumir a compra.

Para fins de organização, elaboramos uma tabela em que inserimos os trinta e cinco arrematantes, os quatro procuradores e os quatro fiadores citados nos documentos.

Quadro 4 – Arrematantes, procuradores e fiadores

(continua)

Arrematantes	Procuradores	Fiadores	Auto
Alexandre Mendes da Rocha	-----	-----	13
Alexandre Pereira das Neves	Custódio José Correia da Silva	-----	15
Antônio da Trindade Barbosa	-----	-----	23
Antônio Francisco Xavier	-----	-----	33
Antônio Joaquim de Moura	-----	Joaquim José de Almeida	7
Antônio José de Carvalho	-----	-----	6
	-----	Francisco Antônio de Faria	18
Antônio José de Faria	-----	-----	36
Antônio José de Melo	-----	-----	10
Cardoso José Correia	Custódio José Correia da Silva	-----	16
Domingos Ferreira Gomes	-----	-----	26
Estevão Ferreira da Costa	-----	Jerônimo José Figueira de Melo	8
	-----	-----	9
Francisco Cipriano da Silva	-----	-----	17
Francisco da Penha Pessoa	-----	-----	32

Quadro 4 – Arrematantes, procuradores e fiadores

(continuação)

Arrematantes	Procuradores	Fiadores	Auto
Francisco Ferreira Braga	-----	Joaquim José de Almeida	35
Francisco Joaquim de Sousa Campelo	-----	-----	20
Ignácio Pereira Marques	-----	-----	1
Jerônimo José Balbino	Jerônimo José Figueira de Melo	-----	3
	-----	-----	5
	-----	-----	28
João Baptista Damasceno	-----	-----	34
João Cavalcante de Albuquerque	-----	-----	25
João Ciríaco	-----	-----	37
João Gonçalves Ferreira	-----	-----	29
Joaquim Lopes dos Santos	-----	-----	33
Jorge Moreira da Rocha	-----	-----	22
José Gonçalves de Medeiros	Custódio José Correia da Silva	-----	19
José Madeira de Matos	-----	-----	24
Ludovico Pinto de Mesquita	Antônio José de Carvalho	-----	12
Luís da Costa Machado	-----	-----	39

Quadro 4 – Arrematantes, procuradores e fiadores

(conclusão)

Arrematantes	Procuradores	Fiadores	Auto
Manoel Antônio de Almeida	-----	-----	2
Manoel Duarte Ripardo	-----	-----	38
Manoel José Pereira	-----	Joaquim José de Almeida	4
Mathias Ferreira de Lima	-----	-----	30
Thiago José de Melo	Antônio Viriato de Medeiros	-----	14
Vicente Álvares da Fonseca	-----	-----	33
Vicente de Castro Silva	-----	Antônio Viriato de Medeiros	11
	-----	-----	21
	-----	-----	27
Vicente Lopes Freire	-----	-----	31

Fonte: Própria autora.

3.3.1.5 Do tesoureiro

É no fato de se tratar de um procedimento administrativo em que há movimentação financeira que reside a importância do tesoureiro. Essa função é exercida, em 37 *autos*, por João Luís de Abreu. Este recebia o pagamento pelo bem arrematado, abatia as custas da arrematação (despesas com o juiz ordinário, o escrivão, o porteiro do auditório, o carcereiro etc.), dava entrada no dinheiro pertencente ao juízo da provedoria de ausentes e, por fim, assinava o recebimento.

No primeiro *auto*, porém, não há registro algum de sua presença e, no quarto documento, há apenas a presença do tesoureiro Jerônimo José Figueira de Melo, responsável por dar a “quitação da cisa”, quantia que se pagava quando da aquisição de pessoas escravizadas e que correspondia a 0,5% do valor total do bem adquirido, como podemos confirmar no trecho,

Afolhas Setenta e duas Verso do **Livro de Receita, e Despesa do Rendimento de Meias Cizas da Venda dos Escravos Ladinos desta Vila de Sobral que no Corrente – anno Servi, Com o Thezoureiro Jeronimo Jozé Figueira de Mello** lhesficação Carregados em Receita Seis mil e quinhentos reis, que recebeu de Manoel Jozé Pereira de Meia Ciza, pertencente a venda de hum Escravo de Nação Angolla de Nome Joaquim pella quantia de Cento e trinta mil reis, de que pagou de meia Ciza. (*Auto de arrematação* nº 4, L. 93-110, fl. 10r-10v. p. 47-49)

3.3.2 Dos objetos leiloados

É-nos importante também tratar, embora que de maneira breve, acerca dos bens que eram leiloados, pois o léxico reflete as organizações cultural, social e econômica, a alimentação, o vestuário, o transporte etc. Começemos pela representação dos negros escravizados.

A identificação dos negros citados nos *autos* é feita apenas pelo primeiro nome, a etnia e/ou a nação de origem: Félix, João, Joaquim, Jorge, Miguel, Timóteo, Thomás e Valério, estes são citados como Crioulos; João, Joaquim, José e Manoel, de nação Angola; Antônio, João e Teodósio, do tipo Cabra; Antônio, de nação Congo; Luís, de nação Moçambique; Marcelo, um Mulato. Ao todo, somam dezoito homens escravizados, de procedência diversa, comercializados como força de trabalho para as plantações e demais trabalhos da colônia, homens sem vez e sem voz, vendidos comparados aos animais e aos demais objetos.

A cultura rural ressoa no léxico e é perceptível através dos “gados”⁵⁰ leiloados: vacas, bois, boiotes, garrotes, bezerros, novilhas, éguas, cavalos castrados e em grão, potros brabos e amansados; dos arreios – cangalhas, selins, estribos, esporas, “coiros” de vacas, caixas de pinho e de amarelo; dos instrumentos de trabalho – facas “parnaíba”, foices, machados, enxadas, espingardas, pistolas,

⁵⁰ Forma como são denominados, nos *autos*, os animais quadrúpedes mamíferos de grande porte, utilizados como apoio para os trabalhos nas plantações.

braços de balanças de ferro, pesos de ferro, ferros de calafetar, rede de pescar, varão de curral e canoas; dos utensílios domésticos – garrafas de vidro, frisqueiras com frascos, mesinha de amarelo, terrinas, espelhos, redes de varandas, lençol de morim; da indumentária – chapéus de baeta, fardas de pano fino azul (com calças de pano de linho baretama), jaquetas, calças de ganga, calças e colete de fustão, camisas de paninho, calças de ganga, capotes de pano fino azul, malhos de passear; da habitação – moradas de casas cobertas de palha cada uma com duas portas, morada de casas de taipa cobertas de palhas, com três portas; das propriedades – vinte e três palmos de terras, sitas nesta vila, na rua de Santo Antônio.

É esse detalhamento que se pode observar no quadro a seguir, composto por dez colunas, em que se distribuem as informações variáveis dos *autos*: o fólio em que cada *auto* inicia, a data de sua produção, os atores sociais envolvidos, (sejam protagonistas ou coadjuvantes), os bens leiloados e os valores pagos pelos arrematantes.

Quadro 5 – Conteúdo dos autos de arrematação

(continua)

AUTO	FÓLIO	DATA	JUIZ ORDINÁRIO PROVEDOR COMISSÁRIO DE AUSENTES	PORTEIRO DO AUDITÓRIO	ESCRIVÃO	TESOUREIRO	ARREMATANTE / FIADOR / PROCURADOR	BEM(NS) LEILOADO(S)	VALOR PAGO
1	< fl. 2r >	10/06/1817	Ignácio Gomes Parente	André José Rodrigues Ferreira	Joaquim Manoel da Rocha Franco	-----	Ignácio Pereira Marques	Vaca com cria	5\$020
2	< fl. 3v >	25/06/1817	Ignácio Gomes Parente	André José Rodrigues Ferreira	Joaquim Manoel da Rocha Franco	João Luís de Abreu	Manoel Antônio de Almeida	Escravo crioulo de nome Felix	70\$000
3	< fl. 6v >	11/07/1817	Francisco Joaquim de Sousa Campelo	André José Rodrigues Ferreira	Joaquim Manoel da Rocha Franco	João Luís de Abreu	Jerônimo José Balbino	Foices, machado, enxada, espingarda, pistola, braços de balanças de ferro, pesos de ferro, mesa, caixa de pau amarelo, caixas de pinho, cangalha, garrafas, "coiros" de vaca, vaca, boiote, cavalo	26\$460
4	< fl. 9r >	11/07/1817	Francisco Joaquim de Sousa Campelo	André José Rodrigues Ferreira	Joaquim Manoel da Rocha Franco	-----	Manoel José Pereira (ofereceu por seu fiador Joaquim José de Almeida)	Escravo de nome Joaquim, de nação Angola, de idade aproximada de quatorze anos	130\$000

Quadro 5 – Conteúdo dos autos de arrematação

(continuação)

AUTO	FÓLIO	DATA	JUIZ ORDINÁRIO PROVEDOR COMISSÁRIO DE AUSENTES	PORTEIRO DO AUDITÓRIO	ESCRIVÃO	TESOUREIRO	ARREMATANTE / FIADOR / PROCURADOR	BEM(NS) LEILOADO(S)	VALOR PAGO
5	< fl. 12r >	14/08/1817	Francisco Joaquim de Sousa Campelo	André José Rodrigues Ferreira	Joaquim Manoel da Rocha Franco	João Luís de Abreu	Jerônimo José Balbino (por seu procurador, Jerônimo José Figueira de Melo)	Duas moradas de casas cobertas de palha, na povoação da Barra do Acaracu	10\$500
6	< fl. 15r >	19/08/1818	Ignácio Gomes Parente	André José Rodrigues Ferreira	Joaquim Manoel da Rocha Franco	João Luís de Abreu	Alferes Antônio José de Carvalho	Cavalo ruço capado	11\$100
7	< fl. 17r >	03/09/1817	Francisco Joaquim de Sousa Campelo	André José Rodrigues Ferreira	Joaquim Manoel da Rocha Franco	João Luís de Abreu	Antônio Joaquim de Moura (ofereceu por seu fiador Joaquim José de Almeida)	Cavalo castanho em grão e égua castanha	24\$000
8	< fl. 20r >	27/11/1817	Francisco Joaquim de Sousa Campelo	André José Rodrigues Ferreira	Joaquim Manoel da Rocha Franco	João Luís de Abreu	Estevão Ferreira da Costa (ofereceu por seu fiador Jerônimo José Figueira de Melo, homem chão e abonado)	Escravo Crioulo de nome João	66\$000
9	< fl. 23v >	06/12/1817	Francisco Joaquim de Sousa Campelo	André José Rodrigues Ferreira	Joaquim Manoel da Rocha Franco	João Luís de Abreu	Estevão Ferreira da Costa	Escravo de nome Luís, de nação Moçambique	71\$000

Quadro 5 – Conteúdo dos autos de arrematação

(continuação)

AUTO	FÓLIO	DATA	JUIZ ORDINÁRIO PROVEDOR COMISSÁRIO DE AUSENTES	PORTEIRO DO AUDITÓRIO	ESCRIVÃO	TESOUREIRO	ARREMATANTE / FIADOR / PROCURADOR	BEM(NS) LEILOADO(S)	VALOR PAGO
10	< fl. 26v >	06/12/1817	Francisco Joaquim de Sousa Campelo	André José Rodrigues Ferreira	Joaquim Manoel da Rocha Franco	João Luís de Abreu	Antônio José de Melo	Espingarda e faca grande	7\$100
11	< fl. 28v >	09/02/1818	Antônio Fernandes Baptista	André José Rodrigues Ferreira	Joaquim Manoel da Rocha Franco	João Luís de Abreu	Tenente Vicente de Castro Silva (ofereceu por seu fiador Antônio Viriato de Medeiros, homem chão e abonado)	Escravo de nome Joaquim, Crioulo	110\$000
12	< fl. 32r >	26/03/1818	Capitão Vicente Álvares da Fonseca	André José Rodrigues Ferreira	Joaquim Manoel da Rocha Franco	João Luís de Abreu	Ludovico Pinto de Mesquita, (por seu procurador, Antônio José de Carvalho)	Escravo de nome Timóteo, Crioulo	50\$000
13	< fl. 34v >	16/01/1819	José de Lira Pessoa	André José Rodrigues Ferreira	Joaquim Manoel da Rocha Franco	João Luís de Abreu	Alexandre Mendes da Rocha	Potra alazã braba	5\$520
14	< fl. 36r >	25/02/1819	Joaquim José de Almeida	André José Rodrigues Ferreira	Joaquim Manoel da Rocha Franco	João Luís de Abreu	Thiago José de Melo (por seu procurador, Antônio Viriato de Medeiros)	Escravo Cabra de nome Antônio, de vinte anos	100\$000

Quadro 5 – Conteúdo dos autos de arrematação

(continuação)

AUTO	FÓLIO	DATA	JUIZ ORDINÁRIO PROVEDOR COMISSÁRIO DE AUSENTES	PORTEIRO DO AUDITÓRIO	ESCRIVÃO	TESOUREIRO	ARREMATANTE / FIADOR / PROCURADOR	BEM(NS) LEILOADO(S)	VALOR PAGO
15	< fl. 39r >	06/03/1819	Joaquim José de Almeida	André José Rodrigues Ferreira	Joaquim Manoel da Rocha Franco	João Luís de Abreu	Alexandre Pereira das Neves (por seu procurador, Custódio José Correia)	Par de fivelas de prata, par de fivelas de ligas, par de esporas de prata, foices, machados, ferros de calafetar, selim com freio e estribos de latão, garrafas de vidro, frasqueira com frascos, caixa de amarelo (com fechadura e chaves), caixas de pinho, mesinha de amarelo, com gaveta e chave, terrina branca, espelho, rede de varandas, farda de pano fino azul (com calças de pano de linho baretama), jaqueta, calças de ganga, calças e colete de fustão, lençol de morim,	460\$160

Quadro 5 – Conteúdo dos autos de arrematação

(continuação)

AUTO	FÓLIO	DATA	JUIZ ORDINÁRIO PROVEDOR COMISSÁRIO DE AUSENTES	PORTEIRO DO AUDITÓRIO	ESCRIVÃO	TESOUREIRO	ARREMATANTE / FIADOR / PROCURADOR	BEM(NS) LEILOADO(S)	VALOR PAGO
								camisas de paninho, calças de ganga, capote de pano fino azul, malhos de passear, rede de pescar, varão de curral, canoas, chapéu de baeta, besta velha, escravo de nome Antônio (de nação Congo) de vinte e dous anos, outro de nome Manoel (de nação Angola), morada de casas de taipa cobertas de palhas, sita na Barra do Acaracu.	
16	< fl. 42v >	25/07/1819	José de Lira Pessoa	André José Rodrigues Ferreira	Joaquim Manoel da Rocha Franco	João Luís de Abreu	Cardoso José Correia (por seu procurador, Custódio José Correia)	Duas vacas, uma novilha e uma garrota	20\$000

Quadro 5 – Conteúdo dos autos de arrematação

(continuação)

AUTO	FÓLIO	DATA	JUIZ ORDINÁRIO PROVEDOR COMISSÁRIO DE AUSENTES	PORTEIRO DO AUDITÓRIO	ESCRIVÃO	TESOUREIRO	ARREMATANTE / FIADOR / PROCURADOR	BEM(NS) LEILOADO(S)	VALOR PAGO
17	< fl. 44v >	01/08/1819	José de Lira Pessoa	André José Rodrigues Ferreira	Joaquim Manoel da Rocha Franco	João Luís de Abreu	Francisco Cipriano da Silva	Cavalo ruço em grão	11\$000
18	< fl. 46v >	02/08/1819	José de Lira Pessoa	André José Rodrigues Ferreira	Joaquim Manoel da Rocha Franco	João Luís de Abreu	Alferes Antônio José de Carvalho (ofereceu por seu fiador Francisco Antônio de Faria)	Cavalo castanho	12\$200
19	< fl. 49v >	06/03/1820	Francisco Ferreira da Ponte	André José Rodrigues Ferreira	Joaquim Manoel da Rocha Franco	João Luís de Abreu	Reverendo Vigário José Gonçalves de Medeiros (por seu procurador, Custódio José Correia da Silva)	Escravo de nome Jorge, Crioulo	82\$000
20	< fl. 52r >	11/03/1820	Francisco Ferreira da Ponte	André José Rodrigues Ferreira	Joaquim Manoel da Rocha Franco	João Luís de Abreu	Francisco Joaquim de Sousa Campelo	Égua castanha, com um potro amansado	18\$400
21	< fl. 54r >	11/03/1820	Francisco Ferreira da Ponte	André José Rodrigues Ferreira	Joaquim Manoel da Rocha Franco	João Luís de Abreu	Tenente Vicente de Castro Silva	Vaca, com um bezerro e uma novilha	16\$000

Quadro 5 – Conteúdo dos autos de arrematação

(continuação)

AUTO	FÓLIO	DATA	JUIZ ORDINÁRIO PROVEDOR COMISSÁRIO DE AUSENTES	PORTEIRO DO AUDITÓRIO	ESCRIVÃO	TESOUREIRO	ARREMATANTE / FIADOR / PROCURADOR	BEM(NS) LEILOADO(S)	VALOR PAGO
22	< fl. 56r >	20/05/1820	Francisco Ferreira da Ponte	André José Rodrigues Ferreira	Joaquim Manoel da Rocha Franco	João Luís de Abreu	Jorge Moreira da Rocha	Escravo de nome Manoel, de nação Angola	117\$100
23	< fl. 58v >	07/08/1820	João Gonçalves Ferreira	André José Rodrigues Ferreira	Joaquim Manoel da Rocha Franco	João Luís de Abreu	Antônio da Trindade Barbosa	Besta ruça, com cria	13\$000
24	< fl. 60v >	14/02/1821	Capitão Felix Ribeiro da Silva	André José Rodrigues Ferreira	Joaquim Manoel da Rocha Franco	João Luís de Abreu	José Madeira de Matos	Cavalo alazão capado	16\$200
25	< fl. 62r >	13/04/1821	Capitão Antônio Carneiro da Costa	André José Rodrigues Ferreira	Joaquim Manoel da Rocha Franco	João Luís de Abreu	João Cavalcante de Albuquerque	Boi (que apareceu nos pastos de Santa Quitéria, há mais de dois anos)	8\$500
26	< fl. 64r >	08/05/1821	Capitão Antônio Carneiro da Costa	André José Rodrigues Ferreira	Joaquim Manoel da Rocha Franco	João Luís de Abreu	Domingos Ferreira Gomes	Cavalo castanho (que apareceu nos pastos da Fazenda Sabonete, há dois anos para mais)	6\$500

Quadro 5 – Conteúdo dos autos de arrematação

(continuação)

AUTO	FÓLIO	DATA	JUIZ ORDINÁRIO PROVEDOR COMISSÁRIO DE AUSENTES	PORTEIRO DO AUDITÓRIO	ESCRIVÃO	TESOUREIRO	ARREMATANTE / FIADOR / PROCURADOR	BEM(NS) LEILOADO(S)	VALOR PAGO
27	< fl. 66r >	30/03/1822	Capitão Vicente Álvares da Fonseca	André José Rodrigues Ferreira	José Manoel Bezerra	João Luís de Abreu	Tenente Vicente de Castro Silva	Cavalo ruço novo em grão (que apareceu nos pastos da Fazenda Estreito, há três anos)	17\$000
28	< fl. 67v >	04/06/1822	Francisco Ferreira Gomes	André José Rodrigues Ferreira	José Manoel Bezerra	João Luís de Abreu	Jerônimo José Balbino	Cavalo castanho velho capado	10\$020
29	< fl. 69r >	09/07/1822	Francisco Ferreira Gomes	André José Rodrigues Ferreira	José Manoel Bezerra	João Luís de Abreu	João Gonçalves Ferreira	Escravo de nome João, Cabra	122\$000
30	< fl. 72v >	28/07/1822	Francisco Ferreira Gomes	André José Rodrigues Ferreira	José Manoel Bezerra	João Luís de Abreu	Mathias Ferreira de Lima	Vinte e três palmos de terras	16\$500
31	< fl. 75r >	06/09/1822	Francisco Ferreira Gomes	André José Rodrigues Ferreira	José Manoel Bezerra	João Luís de Abreu	Vicente Lopes Freire	Escravo de nome Valério, de nação Crioulo	50\$200
32	< fl. 77v >	23/10/1822	Capitão Vicente Álvares da Fonseca	André José Rodrigues Ferreira	José Manoel Bezerra	João Luís de Abreu	Francisco da Penha Pessoa	Cavalo ruço em grão novo	12\$600

Quadro 5 – Conteúdo dos autos de arrematação

(continuação)

AUTO	FÓLIO	DATA	JUIZ ORDINÁRIO PROVEDOR COMISSÁRIO DE AUSENTES	PORTEIRO DO AUDITÓRIO	ESCRIVÃO	TESOUREIRO	ARREMATANTE / FIADOR / PROCURADOR	BEM(NS) LEILOADO(S)	VALOR PAGO
33	< fl. 79v >	16/04/1823	Narciso Marques do Rego Barros	André José Rodrigues Ferreira	José Manoel Bezerra	João Luís de Abreu	Joaquim Lopes dos Santos, capitão-mor Vicente Álvares da Fonseca e Antônio Francisco Xavier	Par de esporas de prata, selim com brida xarel e estribos, facas parnaibas	10\$870
34	< fl. 82v >	23/04/1823	Narciso Marques do Rego Barros	André José Rodrigues Ferreira	José Manoel Bezerra	João Luís de Abreu	João Baptista Damasceno	Besta ruça (que apareceu nos pastos da Varga Grande, há dois anos)	7\$100
35	< fl. 84v >	14/06/1823	Narciso Marques do Rego Barros	André José Rodrigues Ferreira	José Manoel Bezerra	João Luís de Abreu	Francisco Ferreira Braga (ofereceu por seu fiador Joaquim José de Almeida)	Escravo de nome João, de nação Angola, idade aproximada de trinta anos	97\$000
36	< fl. 88v >	09/07/1823	Narciso Marques do Rego Barros	André José Rodrigues Ferreira	José Manoel Bezerra	João Luís de Abreu	Antônio José de Faria	Escravo de nome José, de nação Angola, idade aproximada de vinte anos	52\$000

Quadro 5 – Conteúdo dos autos de arrematação

(conclusão)

AUTO	FÓLIO	DATA	JUIZ ORDINÁRIO PROVEDOR COMISSÁRIO DE AUSENTES	PORTEIRO DO AUDITÓRIO	ESCRIVÃO	TESOUREIRO	ARREMATANTE / FIADOR / PROCURADOR	BEM(NS) LEILOADO(S)	VALOR PAGO
37	< fl. 91r >	26/09/1823	Narciso Marques do Rego Barros	André José Rodrigues Ferreira	José Manoel Bezerra	João Luís de Abreu	João Ciríaco	Dois escravos, um de nome Marcelo e outro de nome Teodósio, este cabra e aquele mulato, um com idade de vinte e cinco anos e outro com idade de trinta anos	111\$100
38	< fl. 95r >	22/10/1823	Narciso Marques do Rego Barros	André José Rodrigues Ferreira	José Manoel Bezerra	João Luís de Abreu	Manoel Duarte Ripardo	Escravo de nome Thomás, Crioulo, idade aproximada de vinte e cinco anos	100\$000
39	< fl. 97v >	23/10/1823	Narciso Marques do Rego Barros	André José Rodrigues Ferreira	José Manoel Bezerra	João Luís de Abreu	Luís da Costa Machado	Escravo de nome Miguel, Crioulo, idade aproximada de dezenove anos	107\$000

Fonte: Própria autora.

No próximo tópico, apresentamos a análise de alguns aspectos filológicos do códice em estudo, sob o olhar das ciências codicológica e paleográfica. Visitamos seus aspectos físicos e o sistema de escrita usado na época em que os documentos que o compõem foram produzidos.

3.4 DOS ASPECTOS CODICOLÓGICOS E PALEOGRÁFICOS DOS *AUTOS*

Para proceder à análise codicológica com eficiência, elegemos os itens que favorecem a que tenhamos uma visão geral do livro em estudo: fizemos uma adaptação do guia básico de descrição sugerido por Cambraia (2005), como se pode observar abaixo:

Quadro 6 – Guia básico de descrição codicológica (adaptado)

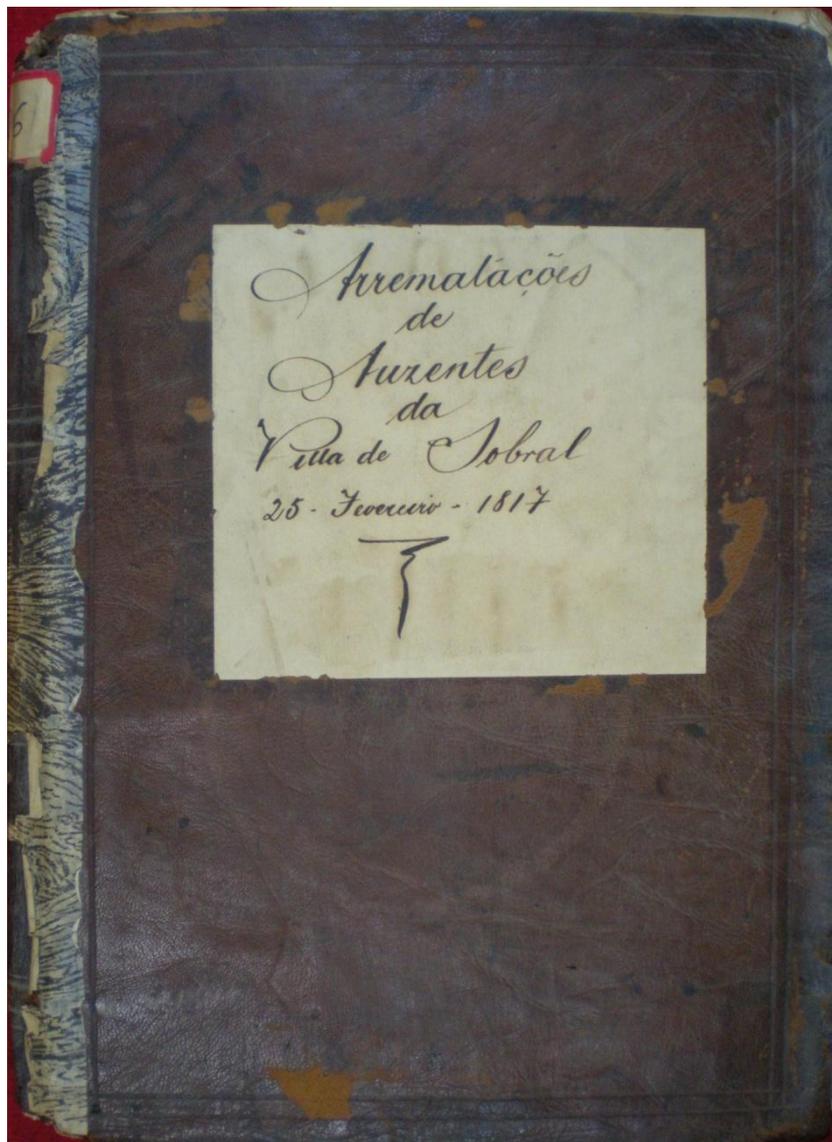
- 1. Cota:** Cidade em que se encontra o códice; nome da instituição; coleção de que faz parte; número de identificação.
- 2. Datação:** explícita.
- 3. Lugar de origem:** explícito.
- 4. Termo de abertura:** transcrição.
- 5. Termo de encerramento:** transcrição.
- 6. Suporte material:** papiro, pergaminho ou papel.
- 7. Composição:** número de fólios, formato e dimensão dos fólios (altura x largura em milímetros).
- 8. Organização da página:** dimensão da mancha⁵¹, número de linhas, assinaturas.
- 9. Particularidades:** marcas codicológicas.
- 10. Encadernação:** tipo (original ou não original); dimensão; material; cor da cobertura; texto na capa.

Fonte: Adaptado de Cambraia (2005, p. 28).

⁵¹ Nos documentos modernos, a mancha é a parte impressa de uma folha tipográfica; nos antigos, para efeito de análise codicológica, representa a parte escrita dos fólios.

O códice em análise possui encadernação original. Está costurado e coberto por capa dura feita de papel com cerca de 2 mm de espessura, com tonalidade aproximada à cor de vinho, medindo 350 mm por 230 mm, onde se inscreve *Arrematações de Auzentes da Villa de Sobral* e, logo abaixo, *25 – Fevereiro – 1817*. Pertence ao acervo do Arquivo Público do Estado do Ceará e fica arquivado no fundo das Capitânicas, Caixa 2, sendo o Livro 106. A seguir, apresentamos as imagens da capa do livro estudado e do recto do fôlio 69, fôlio que se encontra bastante deteriorado.

**Figura 9 – Códice *Arrematações de Auzentes da Villa de Sobral*
(25-Fevereiro-1817)**



Fonte: APEC (Fundo das Capitânicas, Caixa 2, Livro 106).

Figura 10 – Recto do fólio 69



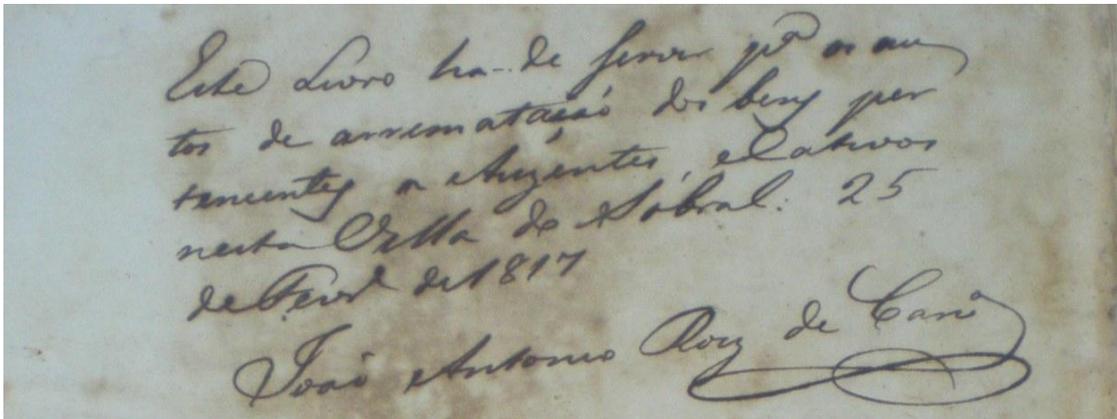
Fonte: APEC (Fundo das Capitanias, Caixa 2, Livro 106).

Contém documentos manuscritos produzidos na Vila de Sobral, Capitania do Ceará Grande, no período de 1817 a 1823. Trata-se de uma coletânea de documentos do gênero auto de arrematação. Possui 102 fólios, 100 dos quais estão escritos em ambas as faces (recto e verso) e 2 escritos apenas em uma das faces. Nestes se encontram os termos de abertura (recto do fólio 1) e o de encerramento

(verso do fólio 102). Traz 39 *autos de arrematação*, gênero que circulava à época relatando a venda em forma de leilão de objetos, em praça pública.

Com cerca de 340 mm por 220 mm, os fólhos são escritos em língua portuguesa. Na maioria dos fólhos, a mancha tem dimensão entre 110 e 120 mm. No último documento, no entanto, a mancha toma quase todo o fólio, tendo 200 mm. A quantidade de linhas por fólio varia discretamente: possuem entre 34 e 36 linhas. À exceção do primeiro e do último fólio, respectivamente o termo de abertura, com seis linhas, e o termo de encerramento, com 04 linhas.

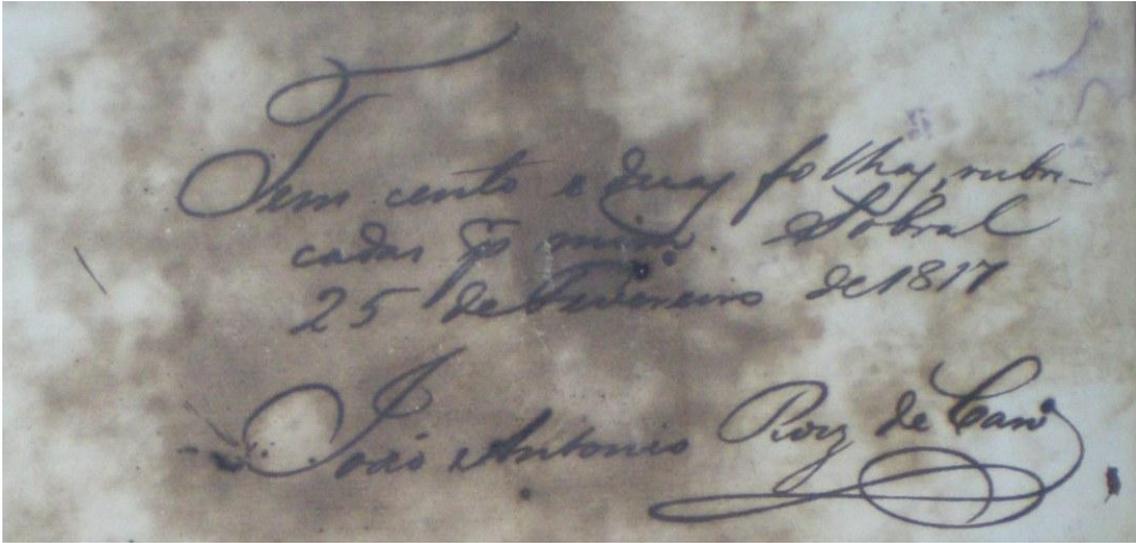
Figura 11 – Termo de abertura



Fonte: APEC (Fundo das Capitãncias, Caixa 2, Livro 106).

Este Livro ha-de Servir **para** os autos de arremataçã dos bens pertencentes a Auzentes, eCativos nesta Villa de Sobral. 25 deFev**ereiro** de1817
João Antonio Rod**riguez** de Car**valho**

Figura 12 – Termo de encerramento



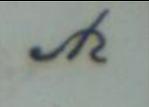
Fonte: APEC (Fundo das Capitânicas, Caixa 2, Livro 106).

Tem cento e duas folhas rubricadas por mim. Sobral
25 de Fevereiro de 1817
João Antonio Rodriguez de Carvalho

No códice, há algumas marcas bastante particulares. Quando, por exemplo, o *auto de arrematação* descreve o leilão de animais de grande porte, como cavalos e éguas, bois e vacas, inserem-se as marcas do ferro que identificariam seus antigos proprietários. Isso ocorre para que não parem dúvidas quanto à transparência de todo o processo e quanto à publicidade das informações. Esse fenômeno ocorre nos autos 23, 24, 25, 26, 27, 28, 32 e 34, conforme podemos observar no quadro demonstrativo a seguir.

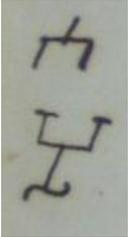
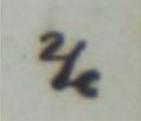
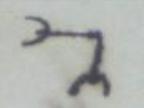
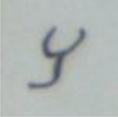
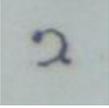
Quadro 7 – Demonstrativo das marcas codicológicas

(continua)

Auto de arrematação	Fólio / Página	Bem(ns) leiloado(s)	Marca Codicológica
23	59r / 243	Besta ruça, com uma cria	
24	61r / 251	Cavalo alazão capado	

Quadro 7 – Demonstrativo das marcas codicológicas

(conclusão)

Auto de arrematação	Fólio / Página	Bem(ns) leiloado(s)	Marca Codicológica
25	62v / 257	Boi	
26	64r / 263	Cavalo castanho	
27	66r / 271	Cavalo ruço novo em grão	
28	67v / 277	Cavalo castanho velho capado	
32	77v / 317	Cavalo ruço novo em grão	
34	82v / 337	Besta ruça nova	

Fonte: Própria autora.

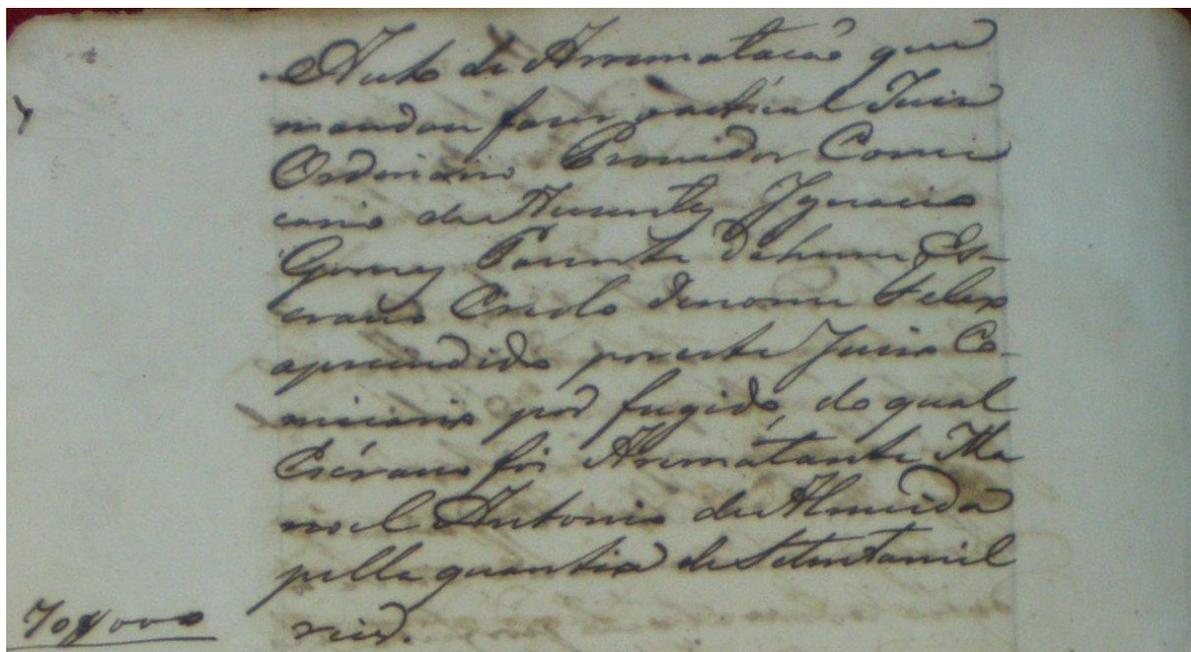
Cerca de dez fólios se encontram deveras maltratados, extremamente manchados devido à ação dos elementos oxidantes presentes na tinta que fora utilizada. Entre os referidos fólios, há uma folha de papel ofício, inserida a fim de tentar minimizar os efeitos dessa oxidação.

Possuem nítida fragilidade e há aqueles que já têm partes quebradas. Não se pode dizer que estão rasgados, porque, com o ressecamento, o papel se torna realmente quebradiço. Os pedaços dos fólios quebrados encontram-se dentro do códice. Em alguns casos, a tinta provocou o ressecamento do papel e este se encontra cortado na haste de algumas letras. Alguns fólios possuem furos de dimensão entre 03 e 05 mm, que os atravessam.

A criteriosa análise codicológica é importante para que se compreenda o processo de transmissão dos textos, a partir da análise das condições físicas em que eles se encontram.

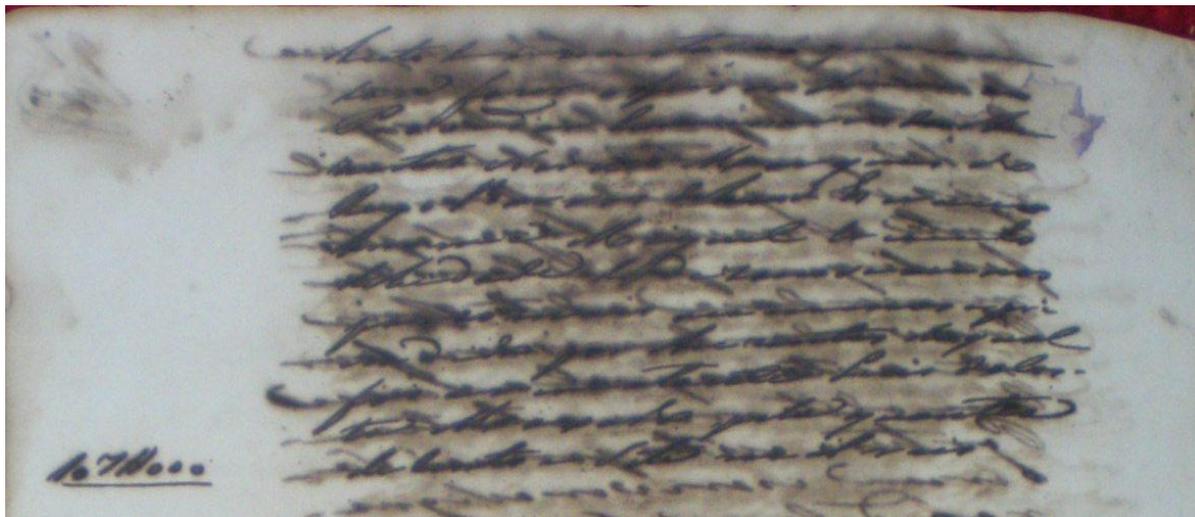
Também importante é observar as diversas caligrafias presentes no códice. Ao fazê-lo, constatamos que os manuscritos foram produzidos por diferentes mãos. Os traços da escrita, no entanto, são bastante semelhantes, à exceção do último documento, que é uma portaria anexada. As imagens que seguem, fragmentos do início dos autos de número 02 e 39, comprovam esse fato.

Figura 13 – Parte introdutória do auto de arrematação nº 2



Fonte: APEC (Fundo das Capitâneas, Caixa 2, Livro 106).

Figura 14 – Parte introdutória do *auto de arrematação* nº 39



Fonte: APEC (Fundo das Capitanias, Caixa 2, Livro 106).

A escrita utilizada, predominantemente, foi a escrita humanística ou italiana (Spina, 1994), com letra cursiva, corrida, bastante cuidadosa, inclinada para a direita, apresentando traçado regular. Os grafemas são corridos (normalmente, sem o descanso da mão), ligados uns aos outros. As pausas entre as palavras, nem sempre respeitadas, às vezes, ocorrem rasuras.

A dimensão dos grafemas oscila entre 8 e 12 mm, no caso das maiúsculas, tendo as minúsculas entre 2 e 4 mm. Os tipos de letras são muito semelhantes aos usados atualmente, conforme procuramos mostrar a seguir.

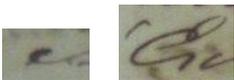
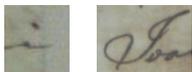
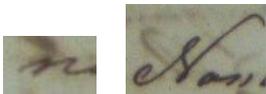
Quadro 8 – Grafemas da língua portuguesa

(continua)

	a – A
	b – B
	c – C

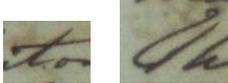
Quadro 8 – Grafemas da língua portuguesa

(continuação)

	d – D
	e – E
	f – F
	g – G
	h
	i – I
	j – J
-----	k – K
	l – L
	m – M
	n – N

Quadro 8 – Grafemas da língua portuguesa

(continuação)

	o – O
	p – P
	q – Q
	r – R
	s – S
	t – T
	u – U
	v – V
-----	w – W
	x
-----	y – Y

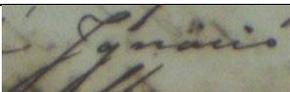
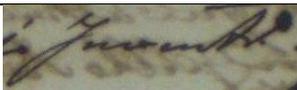
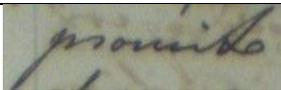
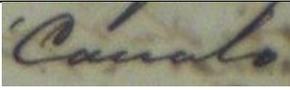
Quadro 8 – Grafemas da língua portuguesa

(conclusão)	
	z

Fonte: Própria autora.

Registramos, também, ocorrências de letras ramistas⁵², das quais apresentamos alguns exemplos no quadro abaixo.

Quadro 9 – Exemplos de letra ramista

	Jgnácio
	Inventarío
	proueito
	Caualo

Fonte: Própria autora.

Predomina a grafia pseudoetimológica que, sob as luzes do Renascimento, suplantou a escrita fonética, buscando aproximar português e latim. “Com o Renascimento, a admiração que já existia pelo latim redobrou, subjugando os espíritos de forma tal, que a sua ortografia tornou-se o modelo da nossa [...]” (NUNES, 1989, p. 193). É o que ocorre em:

⁵² HIGOUNET, 2003, p. 105.

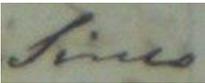
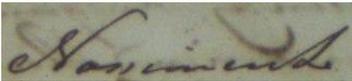
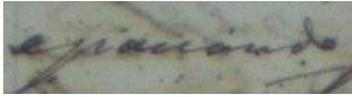
Quadro 10 – Exemplos de escrita pseudoetimológica

Villa, pella, anno, commigo, estilo, ella, nella, pello.	Conservação insonora de grupos de consoantes.
Christo.	Conservação do diagrama grego <i>ch</i> .

Fonte: Própria autora.

Apesar dessa tendência à aproximação à grafia clássica, observam-se ocorrências da escrita fonética. É o que verificamos a seguir.

Quadro 11 – Exemplos de escrita fonética

Auto nº 1		<u>S</u> incos
Auto nº 1		N <u>ass</u> imento
Auto nº 1		Se <u>x</u> arem
Auto nº 1		A <u>x</u> o
Auto nº 1		Epaci <u>an</u> do
Auto nº 1		Elhemete <u>o</u>

Fonte: Própria autora.

Os dados obtidos até então são mostras dos vários aspectos estudados pelas ciências paleográfica e codicológica e têm como objetivo preparar os documentos para estudos posteriores, sejam linguísticos, históricos, sociológicos,

jurídicos etc., o que justifica todo zelo quanto à preservação das características genuínas dos documentos.

3.5 DO ESTUDO DAS FRASEOLOGIAS

3.5.1 A seleção e a coleta das fraseologias

Conforme tratamos anteriormente, os critérios utilizados para identificar as fraseologias foram a polilexicalidade e a estrutura relativamente fixa (BLAIS, 1993; PAVEL, 1993); a estereotipia e a frequência (GOUADEC, 1994); e a presença de um verbo (BEVILACQUA, 1996).

Durante o período em que fizemos a transcrição dos manuscritos, detectamos que alguns aspectos lhes atribuem uma estrutura bastante peculiar. Traços das escritas pseudoetimológica, fonética e intuitiva; grande frequência de aglutinações e separações de palavras, embora se trate de uma mesma expressão; além de uma estrutura formal bem delineada, são algumas dessas particularidades. Assim, caso utilizássemos uma ferramenta computacional da linguística de *corpus*, poderiam ocorrer falhas na seleção das fraseologias e, conseqüentemente, na aplicação, por exemplo, do critério da frequência. Por essa razão, optamos por fazer a seleção manualmente. Nesse processo, tivemos como aliadas a estrutura formal do gênero, que é bastante fixa, e as inúmeras leituras que fizemos.

Num primeiro momento, buscamos elaborar uma ficha fraseográfica cuja arquitetura favorecesse a organização dos nossos dados. Assim, teríamos a ferramenta adequada ao recolhimento das candidatas à categoria das fraseologias especializadas que comporiam nosso glossário.

Quadro 12 – Modelo da ficha fraseográfica utilizada



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA – PosLA

Edição Filológica e Estudo Fraseológico dos *Autos de Arrematação da Vila de Sobral (1817-1823)*

Adriana Marly Sampaio Josino

Orientação: Prof. Dr. Expedito Eloísio Ximenes

1. Verbo ou locução verbal: _____

2. Ocorrência no *corpus*: _____

3. Definição:

4. Contextos de produção / Informações bibliográficas:

5. Notas:

Fonte: Própria autora.

Num segundo momento, fizemos atenta leitura dos *autos*, coletando os sintagmas verbais que se enquadravam nos critérios que elegemos, registrando-os na ficha elaborada. Registramos também seu(s) contexto(s) de ocorrência e as respectivas informações bibliográficas. Depois disso, passamos a analisar-lhes a frequência. A identificação das fraseologias e o registro nas fichas foram feitos considerando as partes do *auto* – abertura, introdução, registro do evento, fechamento e custas –, conforme tratamos em seção anterior.

Em seguida, veio o momento de análise do material coletado. Considerando o critério da frequência, optamos por compilar apenas as fraseologias que ocorreram, pelo menos, três vezes. Verbos como **apreender**, **apregoar**, **armar**, **arrematar**, **assinar**, **conceder**, **incorporar** e **mandar** são muito frequentes, foram, portanto, escolhidos para compor a nomenclatura do nosso glossário. Ao todo, elegemos quarenta e quatro entradas. Decidimos por que todas elas fossem acompanhadas de sua(s) forma(s) variante(s), de sua definição, de seu contexto de produção devidamente situado e das notas necessárias à melhor compreensão do seu sentido. É sobre essa organização que trataremos no próximo tópico.

3.5.2 A organização do glossário

Quanto à organização da nomenclatura e das definições, baseamo-nos nos fundamentos básicos propostos por teóricos que lidam com a elaboração de glossários do léxico especializado.

Organizamos a macroestrutura (ou nomenclatura), parte que diz respeito às entradas do glossário, observando a estrutura formal do gênero *auto de arrematação*; portanto, não elegemos a ordem alfabética como critério para organização das entradas. Para inclusão das fraseologias no glossário, consideramos a frequência e a seção em que se inserem. Levamos em conta, inclusive, a ordem em que aparecem nos *autos*. Como informamos anteriormente, o gênero *auto* se organiza da seguinte maneira:

1. Abertura
2. Introdução do *auto*
3. Registro do evento (ou desenvolvimento do *auto*)
4. Fechamento
5. Custas

Cada seção se caracteriza por fraseologias que se apresentam como fórmulas discursivas de abertura e de encerramento, o que nos possibilitou a clara identificação das partes dos *autos*. Outras fraseologias há que permeiam as seções com ações desenvolvidas pelos actantes. Tais fraseologias possuem base verbal e

evidenciam as ações dos atores sociais daquele contexto, com destaque para as atividades desenvolvidas pelo juiz ordinário, pelo porteiro do auditório e pelo arrematante.

A coleta, a seleção e a organização das fraseologias não são tarefas de fácil execução. A ausência de regularidade ortográfica e a constância de formas variantes, aspectos característicos dos textos jurídicos produzidos à época, onde se incluem os *autos de arrematação*, representaram obstáculos por que passamos quando da coleta e da seleção das fraseologias. Donde decorreu a opção por fazermos a seleção manualmente. Quanto à organização do glossário, entendemos que, como lidamos com documentos do início do século XIX, frutos de uma sincronia diversa da atual, não basta listar as fraseologias e informar-lhes o sentido. É necessário, também, visitar os contextos histórico e cultural, a fim de fornecer informações sobre os hábitos, as crenças, as instituições etc. Nas palavras de Ximenes (2013, p. 341), “[...] mergulhar no obscuro das entrelinhas e garimpar o conteúdo das unidades fraseológicas investigadas [...]”, de modo a facilitar a compreensão por parte dos consulentes.

Lembramos que, para definirmos a estrutura do glossário, consideramos a caracterização das fraseologias como especializadas, já que se inserem em textos comprovadamente especializados, conforme discorremos longamente em seção anterior, além de considerarmos a polilexicalidade, a estrutura relativamente fixa, a estereotipia, a frequência e a presença de um verbo ou de uma locução verbal.

Para sistematizar a microestrutura, ou organização interna das entradas, optamos por um formato que se ajustasse às características do nosso *corpus*, às características das fraseologias selecionadas e às necessidades dos prováveis consulentes.

Em primeiro lugar, decidimos pela lematização dos lexemas que compõem as entradas. Como se trata de verbos ou locuções verbais, a entrada foi lematizada no infinitivo com fonte **em negrito**, acrescida dos complementos verbais e/ou das formas variantes⁵³, quando houve, representados pelas incógnitas [x], [y] e [z], inseridos entre colchetes e *em itálico*, colocados à esquerda ou à direita, conforme ocorrência na fraseologia. Assim, temos, por exemplo, a entrada [x]

⁵³ São consideradas formas variantes aquelas que representam alterações fonológicas, morfológicas e sintáticas, supressões, inserções ou permuta de elementos.

apreender por ausentes, recorrente em todos os *autos* analisados, cujo primeiro elemento é variável e cujo segundo elemento possui alto grau de fixidez.

Abaixo da entrada, inserimos o verbo ou a locução verbal, base da fraseologia, ainda lematizado(a), **em negrito**, somado(a) às formas complementares e/ou variantes, agora explicitadas, *em itálico* e entre colchetes, também à direita ou à esquerda, conforme ocorrência na fraseologia, como se vê em: [*uma vaca com cria*] **apreender por ausentes**.

Em seguida, há a fraseologia propriamente dita, com a estrutura sintática utilizada no texto, com ortografia atualizada e *em itálico*. Como exemplo, citamos a fraseologia *Uma vaca com cria apreendida por ausentes*. Após a fraseologia mais recorrente, vêm as suas formas variantes⁵⁴ (**Var. 1**, **Var. 2**), de acordo com a frequência em que ocorrem e como se apresentam no texto.

A definição da fraseologia vem logo depois das formas variantes. Para elaborá-las, baseamo-nos em dicionários da língua comum, dicionários da língua de especialidade do Direito e, principalmente, nos próprios documentos, ou seja, nos *autos de arrematação*. Cada entrada é constituída por um verbo que indica ação ou estado. Assim, utilizamos, como termo definitório, necessariamente, um verbo na forma infinitiva.

Em seguida, inserimos os contextos em que as fraseologias ocorrem nos manuscritos (**Cont. 1**, **Cont. 2**), seguidos pela informação de suas fontes bibliográficas: auto (A), linha (L), fólio (fl.) e página (p.).

A sinonímia (**Sin.**) é rara, mas ocorre, e é informada logo após os contextos das fraseologias. Entendemos esse fenômeno, quando da substituição de um elemento da base fraseológica por outro cujo sentido é equivalente.

Por último, vem o sistema de notas. Importa-nos destacar que a indicação das notas será sempre feita em forma de siglas (**N₁**, **N₂**, **N₃**...) e **em negrito**. É mister ressaltar que a ocorrência das notas se dá quando há a necessidade de algum esclarecimento: não há, portanto, a obrigatoriedade da presença de notas em todas as entradas. Têm a função de fornecer informações sobre a localização da fraseologia no texto, seu grau de fixidez, sua organização estrutural, sua importância

⁵⁴ Devido à alta fixidez das fraseologias selecionadas, algumas delas não possuem formas variantes, outras possuem apenas uma ou duas formas. Por essa razão, optamos por inserir até, no máximo, duas ocorrências.

pragmática, podendo conter informações contextuais e informações referentes às diversas áreas do conhecimento, sempre auxiliando a compreensão da fraseologia.

A seguir, apresentamos um quadro contendo a microestrutura que julgamos adequada aos verbetes do glossário elaborado, a fim de aclarar a organização interna das entradas.

Quadro 13 – Demonstrativo da microestrutura do glossário fraseológico

- Verbo lematizado em negrito + formas complementares e/ou variantes *[x]*, *[y]*, *[z]*, em itálico e entre colchetes, colocadas à direita ou à esquerda.
- Base da fraseologia em negrito + formas complementares e/ou variantes explicitadas, em itálico e entre colchetes (à direita e/ou à esquerda).
- Fraseologia com a estrutura de uso no texto, em itálico, com ortografia atualizada.
- +/- Fraseologia(s) variante(s) (**Var. 1**, **Var. 2**) como se apresenta no texto.
- Definição.
- Contextos (**Cont. 1**, **Cont. 2**) + fontes bibliográficas: auto (A), linha (L.), fólio (fl.) e página (p.).
- +/- Sinonímia (**Sin.**).
- +/- Notas (A indicação das notas será em forma de siglas e em negrito: **N₁**, **N₂**, **N₃...**).

Fonte: Própria autora.

A seguir, apresentamos um verbete que inserimos no glossário que elaboramos, a fim dar uma mostra do trabalho realizado.

Quadro 14 – Exemplo de verbete

Determinar armar [x]

Determinar armar [a mesa do estilo]

Determinou o dito juiz que armasse a mesa do estilo

Var. 1: determinou que armace aMeza do Estillo

Ação de ordenar a preparação do local onde ocorreria o leilão, através da arrumação da “mesa do estilo”.

Cont. 1: aeste *determinou* o dito Provedor Comiçario, que *armace* aMeza do Estillo (A1, L. 26-28, fl. 2r, p. 15).

Sin.: Mandar armar [x]

N₁: Essa fraseologia se encontra no desenvolvimento do *auto* e constitui uma fórmula discursiva cuja importância pragmática reside em iniciar os trabalhos do leilão.

N₂: Sintaticamente, nessa fraseologia, há duas orações, visto que os sujeitos das ações verbais são diferentes: o juiz determina a ação do porteiro do auditório; este, por sua vez, arma a mesa do estilo.

N₃: A expressão *armar a mesa do estilo* significa preparar o local onde ocorreria o leilão: organização do material necessário à plena realização do evento, o que inclui a exposição *em mesa* dos objetos que iriam a pregão, para que as pessoas vissem, tivessem interesse e fizessem boas ofertas.

N₄: No período em que o Brasil era colônia de Portugal, o juiz ordinário provedor comissário era o presidente da câmara da vila. Ele acumulava a função de juiz de ausentes, sendo responsável pela condução dos leilões de bens pertencentes a falecidos ou desconhecidos.

Fonte: Própria autora.

Considerando as características do nosso *corpus* de pesquisa, composto por manuscritos pertencentes a uma área especializada, produzidos há cerca de dois séculos, essa foi a microestrutura que melhor se adequou ao fenômeno linguístico em estudo. Entendemos que não há uma única metodologia que se aplique a qualquer tipo de *corpus*. Cada *corpus* dita a metodologia que lhe é

adequada, de acordo com suas particularidades. Buscamos oferecer acesso às informações contidas nos documentos aos pesquisadores de modo geral – linguistas, filólogos, historiadores, sociólogos, antropólogos, profissionais do Direito – e aos demais cidadãos interessados, razão pela qual tentamos abraçar não apenas os aspectos linguísticos, mas também os extralinguísticos.

4 GLOSSÁRIO FRASEOLÓGICO

“Selecionar, agrupar em forma de glossário essas Unidades Fraseológicas que congregam em si uma tradição discursiva, atribuir-lhes definições e informações diversas englobando o plano linguístico e extralinguístico, é uma tarefa fundamental deste estudo para que tenhamos um entendimento completo de seu sentido e, assim, contemplemos o objetivo de uma Filologia ampla que tem como meta o estudo completo de um texto”.

(XIMENES, 2013, p. 288-289).

Apresentamos, nesta seção, o glossário das fraseologias mais recorrentes nos *autos de arrematação da vila de Sobral*: fraseologias especializadas que são paradigmas da linguagem jurídico-administrativa do período colonial brasileiro. Conforme discorremos anteriormente, as fraseologias estão organizadas onomasiologicamente, de acordo com a seção em que se encontram, a saber: abertura, introdução, registro do evento, fechamento e custas. Vejamos o produto fraseográfico, fruto de nossa pesquisa.

4.1 SEÇÃO 1 – ABERTURA

Mandar fazer [x]

Mandar fazer [auto de arrematação]

Auto de Arrematação que mandou fazer...

Var. 1: Auto de Arrematação que mandou fazer

Var. 2: Auto de Arrematação que mandou fazer

Determinar o fazimento do *auto de arrematação*, documento notarial que registrava e validava os leilões em praça pública.

Cont. 1. *Auto de Arrematação que mandou fazer* o actual Juiz Ordinario Provedor Comiçario de Auzentes Ignacio Gomes Parente dehua Vaca Com Cria (A1, L. 01-06, fl. 2r, p. 15).

Cont. 2. *Auto de Arrematação que mandou fazer* o actual Juiz Ordinario Provedor Comiçario de Auzentes Jgnacio Gomes Parente dehum Escravo Criolo denome Felix (A2, L. 01-06, fl. 3v, p. 21).

N₁: Essa fraseologia, cujos elementos estão dispostos sempre na mesma ordem sintática, ocorre na abertura de todos os *autos*. Constitui, portanto, uma fórmula discursiva rotineira e, pragmaticamente, apresenta função muito importante porque, além de nomear o gênero, caracteriza sua estrutura e fornece o assunto de que trata o texto.

N₂: *Auto* é o “relato pormenorizado de um acontecimento com a finalidade, em geral, de conduzir um processo a uma decisão ou um infrator a uma sanção” (BELLOTTO, 2002, p. 49). No plural, a palavra *autos* remete semanticamente a *processo*, ou seja, remete a todas as peças (ou documentos de diferentes espécies) que fazem parte de um *processo* administrativo ou judicial.

N₃: O *auto de arrematação* é um gênero textual que circulava na esfera judicial e administrativa do Brasil colônia, no início do século XIX. Era produzido por ordem de um juiz ordinário provedor comissário, em decorrência de um leilão em praça pública.

[x] Apreender por ausentes

[Vaca com cria] Apreender por ausentes

Uma vaca com cria apreendida por ausentes

Var. 1: dozbens Seguintes apreendidos por Auzentes

Var. 2: dehum Escrauo denome Joaquim da Nação Angola apreendido por ausentes

Recolher (ou confiscar) bens, em proveito do erário, devido ao óbito do antigo proprietário ou ao desconhecimento deste.

Cont. 1: Auto de Arematação que mandou fazer [...] *dozbens Seguintes*, [...] *apreendidos por Auzentes* (A3, L. 01-18, fl. 6v, p. 33).

Cont. 2: Auto deArematação que mandoufazer [...] *dehum Escrauo denome Joaquim da Nação Angola* dehidade de quatorze annos pouco mais ou menos *apreendido porAuzentes* (A4, L. 01-10, fl. 9r, p. 43).

N₁: Essa fraseologia possui elementos variáveis (os bens confiscados ou apreendidos, porque, em cada *auto*, há bens diferentes) e um elemento invariável (a locução **apreender por ausentes**). Esses elementos se inscrevem sempre na mesma ordem sintática, na abertura de todos os *autos* e têm a função pragmática de enumerar os bens leiloados e de justificar a realização do leilão.

N₂: No período em que os manuscritos foram produzidos, quando da administração portuguesa, os bens cujo proprietário falecia, assim como os bens cujo proprietário se desconhecia, passavam a pertencer à coroa e eram levados a leilão em praça pública.

[x] Apreender por fugido

[hum Escravo Criolo denome Felix] **Apreender por fugido**

Um escravo crioulo de nome Felix apreendido por fugido

Var. 1: hum Escravo denome Joaquim Criolo apreendido por Auzentes por fugido

Capturar em proveito do erário, pessoa escravizada, por ter escapado ao seu antigo dono, cujo nome se desconhece.

Cont. 1: Auto de Arematação que mandou fazer o actual Juiz Ordinario Provedor Comissario de Auzentes [...] de *hum Escravo denome Joaquim Criolo apreendido por Auzentes por fugido* (A11, L. 01-08, fl. 28v, p. 121).

N₁: Essa fraseologia possui, em sua estrutura, um verbo implícito: o verbo *ter*. Este desempenha o papel de verbo auxiliar na locução *[ter] fugido*. Essa estrutura é bastante recorrente nos *autos* estudados.

N₂: No contexto histórico em questão, a economia era impulsionada pela agricultura. A mão de obra que movia as lavouras era, principalmente, composta por pessoas escravizadas, cujo tempo, serviço e liberdade pertenciam à vontade de um senhor e por essa razão eram consideradas de sua propriedade. Os cativos, inconformados com a situação em que viviam, empreendiam fuga amiúde. Nos *autos* estudados, há fugitivos que, ao serem recapturados, por não se conhecer o proprietário, eram levados a leilão em praça pública e vendidos como mercadoria qualquer.

[x] Ser arrematante

[Inácio Pereira Marques] **Ser arrematante**

Da qual foi arrematante Inácio Pereira Marques

Var. 1: do qual Escravo foi Arrematante Manoel Antonio de Almeida

Var. 2: doz quais bens fora Arrematante Jeronimo Jozé Balbino

Adquirir bem(ns) em leilão.

Cont. 1: do qual Escravo *foi Arrematante Manoel Antonio de Almeida* pella quantia de Setentamil reis (A2, L. 08-12, fl. 3v, p. 21).

Cont. 2: doz quais bens *fora Arrematante Jeronimo Jozé Balbino* por preço equantia devinte Seis mil quatro Centos Secentareis (A3, L. 19-23, fl. 6v, p. 33).

N₁: Essa fraseologia conclui a primeira seção de todos os *autos*, ou seja, a *abertura*, e especifica quem é o sujeito arrematante do bem leiloado, donde decorre sua

importância pragmática. Trata-se de frase cujo núcleo é nominal: o adjetivo *arrematante*.

N₂: Durante os leilões, qualquer cidadão poderia fazer um lance e procurar arrematar o bem levado a pregão de venda, desde que tivesse como liquidar a dívida.

4.2 SEÇÃO 2 – INTRODUÇÃO

Ir vindo [x]

Ir vindo [o atual Juiz Ordinário Inácio Gomes Parente]

Onde foi vindo o atual Juiz Ordinário Inácio Gomes Parente

Var. 1: eu Escrivão de Seu Cargo fui vindo

Aproximar-se do local onde ocorria o leilão.

Cont. 1: em Praça Publica della ond' *foi vindo o actual Juiz Ordinario Provedor Comissario de Auzentes Jgnacio Gomes Parente* Commigo Escrivão do Seu Cargo (A6, L. 16-21, fl. 15r, p. 67).

Cont. 2: em Praça Publica della ond *eu Escrivão do Juizo fui vindo*, eoPorteiro do Auditorio André Jozé Rodrigues Ferreira (A8, L. 17-20, fl. 20r, p. 87).

N₁: Essa fraseologia marca o início da segunda seção dos *autos*, a que denominamos *introdução*. Sua importância pragmática consiste em, além de abrir uma parte do *auto*, apresentar os sujeitos – escrivão e/ou juiz ordinário – responsáveis pelo ato jurídico, isto é, pela realização do leilão.

N₂: Escolhido pelos habitantes da vila, o juiz ordinário era uma espécie de prefeito; acumulava as funções de presidente da câmara e de juiz de ausentes (falecidos e desconhecidos). Tinha poder nas esferas jurídica e administrativa: resolvia querelas e ordenava a realização de leilões em praça pública.

Estar aí [x]

Estar aí [o porteiro do auditório]

Sendo aí o porteiro do auditório

Var. 1: Sendo ahj, estava taõ bem presente oPorteiro do Auditorio

Var. 2: oPorteiro do Auditorio André Jozé Rodrigues Ferreira, eSendo ahj

Comparecer ao local onde ocorria o leilão.

Cont. 1: Commigo Escrivão deseucargo aodiantenomeado, *Sendo ahj*, estava tão bem presente oPorteiro do Auditorio André Jozé Rodrigues Ferreira (A2, L. 30-34, fl. 3v, p. 21).

Cont. 2: Commigo Escrivam deSeuCargo aodiante nomeado e oPorteiro do Auditorio André Jozé Rodrigues Ferreira, eSendo ahj (A7, L. 25-29, fl. 17r, p. 75).

N₁: Essa fraseologia registra a presença do porteiro do auditório, sujeito cuja importância para a realização do leilão era inquestionável, por ser o responsável por operacionalizar todos os processos: armar a mesa para expor os objetos do pregão, fazer todos os anúncios, percorrer o lugar apregoando os bens, instigar a assistência a oferecer o melhor lance, fechar o negócio com o arrematante. Só então, restituía a voz ao juiz, para que desse a arrematação por concluída.

4.3 SEÇÃO 3 – REGISTRO DO EVENTO

Determinar armar [x]

Determinar armar [a mesa do estilo]

Determinou o dito juiz que armasse a mesa do estilo

Var. 1: determinou que armace aMeza do Estillo

Ordenar a preparação do local onde ocorreria o leilão, através da arrumação da “mesa do estilo”.

Cont. 1: aeste *determinou* o dito Provedor Comiçario, que *armace* aMeza do Estillo (A1, L. 26-28, fl. 2r, p. 15).

Sin.: Mandar armar [x]

N₁: Essa fraseologia se encontra no desenvolvimento do *auto* e constitui uma fórmula discursiva cuja importância pragmática reside em iniciar os trabalhos do leilão.

N₂: Sintaticamente, nessa fraseologia, há duas orações, visto que os sujeitos das ações verbais são diferentes: o juiz determina a ação do porteiro do auditório; este, por sua vez, arma a mesa do estilo.

N₃: A expressão *armar a mesa do estilo* significa preparar o local onde ocorreria o leilão: organização do material necessário à plena realização do evento, o que inclui

a exposição *em mesa* dos objetos que iriam a pregão, para que as pessoas vissem, tivessem interesse e fizessem boas ofertas.

N₄: No período em que o Brasil era colônia de Portugal, o juiz ordinário provedor comissário era o presidente da câmara da vila. Ele acumulava a função de juiz de ausentes, sendo responsável pela condução dos leilões de bens pertencentes a falecidos ou desconhecidos.

Mandar armar [x]

Ver **Determinar armar** [x]

Cont. 1: pello qual *mandou* odito Juiz ProvedorComiçario que *armace* aMeza doEstillo (A9, L. 29-32, fl. 23v, p. 101).

Cont. 2: aoqual *mandou* odito Juiz que *armace* aMeza doEstillo (A14, L. 28-30, fl. 36v, p. 153).

Armar [x]

Armar [a mesa do estilo]

Depois de armar a mesa do estilo

Preparar a mesa conforme a prática da época para se iniciarem os trabalhos de venda dos produtos.

Cont. 1: quedepois dearmar aMeza do estillo, troucece empraça Publica apregaõ deVenda, earemataçaõ (A3, L. 40-44, fl. 7r, p. 35).

N₁: Essa fraseologia denota que, finalmente, os trabalhos terão início. O porteiro do auditório, obedecendo à ordem dada pelo juiz provedor de ausentes, providenciou todo o necessário ao bom andamento do leilão.

Trazer a [x]

Trazer a [pregão de venda e arrematação]

Trouxesse a pregão de venda e arrematação

Var. 1: troucece emPraça apregam deVenda earemataçaõ

Var. 2: troucece empraça Publica apregaõ deVenda earemataçaõ

Expor, em praça pública, o(s) bem(ns) que seria(m) leiloado(s).

Cont. 1: *etroucece emPraça apregam deVenda earematação oEscravo Criolo denomeFelix (A2, L. 37-39, fl. 4r, p. 23).*

Cont. 2: *troucece empraça Publica apregaõ deVenda, earematação ozbenz Seguintez (A3, L. 42-44, fl. 7r, p. 35).*

N₁: Essa fraseologia possui alto grau de fixação. Seus elementos fixos apenas se deixam intercalar pelas expressões *em praça* ou *em praça pública*.

Haver arrematar [x]

Haver arrematar [a quem por ela mais desse]

Se havia arrematar a quem por ela mais desse

Var. 1: Seaõ arematar quem por ele mais der

Var. 2: Seaviaõ arematar quem por ellas mais dece

Vender o(s) objeto(s) levado(s) a leilão a quem oferecesse o melhor lance.

Cont. 1: *oqual Escravo Seaõ arematar quem por ele mais der Sobre Suaavaliação (A2, L. 46-48, fl. 4r, p. 23).*

Cont. 2: *que Seaviaõ arematar quem por ellas mais dece Sobre Suas avaliasões (A5, L. 37-39, fl. 12v, p. 57).*

N₁: As pessoas interessadas no(s) bem(ns) exposto(s), cuja venda fora anunciada, deveriam avaliá-lo(s) para, em seguida, apresentar proposta de preço. Aquele que propusesse o maior valor, arremataria o(s) bem(ns).

Passear em [x]

Passear em [a dita praça]

Passeando na dita praça

Var. 1: paciando nella dehua parte para outra

Var. 2: enella paceando dehua paraoutra parte

Percorrer todo o local em que o leilão acontecia, a fim de que todas as pessoas presentes soubessem do que se tratava.

Cont. 1: Sefoi para adita Praça *epaciando nella* dehua parte para outra (A1, L. 38-40, fl. 2v, p. 17).

Cont. 2: Sefoi para dita Praça *enella paceando* de hua paraoutra parte (A8, L. 36-38, fl. 20v, p. 89).

N₁: Essa fraseologia ratifica que o leilão ocorria em local público, a que todos tinham acesso.

Começar a apregoar

Começar a apregoar

Começou a apregoar dizendo

Var. 1: Comessou em altas vozes aapregar dizendo

Var. 2: Comessou apregar emalta, einteliguel voz dizendo

Iniciar a oferta do(s) produto(s) ou bem(ns) que seria(m) leiloado(s), com voz clara, pausada e em bom volume, como em toda a execução do procedimento, para que todos ouvissem.

Cont. 1: *Comessou em altas vozes aapregar* dizendo = Cento etrinta mil reis medaõ por hum Escravo de nome Joaquim de Naçaõ Angolla (A4, L. 45-49, fl. 9v, p. 45).

Cont. 2: *Comessou apregar emalta, einteliguel voz* dizendo = Setenta ehum mil reis medaõ porhum Escravo denome Luiz deNaçaõ Moçambique (A9, L. 45-50, fl. 24r, p. 103).

Haver quem mais dê

Haver quem mais dê

Há quem mais dê

Var. 1: *á quem mais dé*

Buscar o maior lance ou a constatação da ausência de lance melhor.

Cont. 1: Sinco mil evintereis medaõ por hua Vaca Com hua Cria apreendidapor Auzentes, *há quem mais dé* (A1, L. 42-45, fl. 2v, p. 17).

Cont. 2: Setenta milreís medaõ por hum Escravo Criolo denome Felix, apreendido por Auzentes á quem mais dé (A2, L. 54-58, fl. 4r, p. 23).

N₁: Essa fraseologia cujos elementos são totalmente fixos, aparece em todos os documentos analisados, na seção de registro do evento (ou desenvolvimento), o que faz com que seja característica desse gênero textual. Possui inegável importância pragmática, posto que, semanticamente, encerra a função primeira do leilão: obter o melhor lance pelo(s) objeto(s) anunciado(s).

Haver quem mais desse

Haver quem mais desse

Por não haver quem mais desse

Var. 1: visto não aver quem mais dece

Var. 2: Epornaõ auer quem mais dece

Confirmar, após várias tentativas por parte do leiloeiro, a ausência de lance maior.

Cont. 1: *visto não aver quem mais dece*, e Ser tarde (A2, L. 65-67, fl. 4r, p. 23).

Cont. 2: *Epornaõ auer quem mais dece* nem maior lanço oferecece (A5, L. 52-53, fl. 12v, p. 57).

Sin. 1: Haver quem mais lançasse

Sin. 2: Haver quem mais oferecesse

N₁: Essa fraseologia é empregada para fazer com que os presentes supusessem a proximidade da venda do(s) objeto(s) e se apressassem para fazer seu lance.

Haver quem mais lançasse

Ver **Haver quem mais desse**

Cont. 1: *epornaõ haver quem mais Lançase* (A6, L. 45-46, fl. 15v, p. 69).

Haver quem mais oferecesse

Ver **Haver quem mais desse**

Cont. 1: *epornaõ auer quem mais oferecece* (A8, L. 47-48, fl. 20v, p. 89).

Cont. 2: *e vendo que naõ avia quem maior Lanço oferecece* (A11, L. 74-76, fl. 29v, p. 125).

[x] Mandar [y] afrontar

[O juiz] mandar [o porteiro] afrontar

Mandou o dito juiz que o dito porteiro afrontasse

Var. 1: mandou odito Juiz que oSobredito Porteiro afrontace

Var. 2: mandou odito Juiz provedor Comicario, que odito Porteiro, afrontace

Ordenar que o porteiro do auditório, responsável por operacionalizar todas as etapas do leilão, incitasse a assistência, induzindo-a a oferecer maior valor pelo(s) bem(ns) que se leiloava.

Cont. 1: *mandou odito Juiz que oSobredito Porteiro afrontace rematace, eemtregace oRamo ao Lançador* (A4, L. 56-60, fl. 9v, p. 45).

Cont. 2: *mandou odito Juiz provedor Comicario, que odito Porteiro, afrontace, e arematace, eemtregace o Ramo aoLançador* (A5, L. 53-57, fl. 12v, p. 57).

N₁: Essa fraseologia tem a função pragmática de fazer com que as pessoas ofereçam mais dinheiro para adquirir o(s) objeto(s) anunciado(s): por ordem do juiz, o porteiro deve encorajar, incitar, provocar as pessoas a ofertarem sempre mais.

[x] Mandar [y] arrematar

[O juiz] mandar [o porteiro] arrematar

Mandou o dito juiz que o dito porteiro arrematasse

Var. 1: mandou odito Juiz que oSobredito Porteiro rematace

Var. 2: mandou odito Juiz provedor Comicario, que odito Porteiro arematace

Ordenar que o porteiro do auditório, responsável por operacionalizar todas as etapas do leilão, simulasse a efetivação da venda do(s) bem(ns) exposto(s).

Cont. 1: *mandou odito Juiz que o Sobredito Porteiro afrontace rematace, e entregace o Ramo ao Lançador (A4, L. 56-60, fl. 9v, p. 45).*

Cont. 2: *mandou odito Juiz provedor Comicario, que odito Porteiro, afrontace, e arematace, e entregace o Ramo ao Lançador (A5, L. 53-57, fl. 12v, p. 57).*

[x] Mandar [y] entregar [z]

[o juiz] mandar [o porteiro] entregar [o ramo verde]

Mandou o dito juiz que o dito porteiro entregasse o ramo ao lançador

Var. 1: *mandou odito Juiz que o Sobredito Porteiro entregace o Ramo ao Lançador*

Var. 2: *mandou odito Juiz provedor Comicario, que odito Porteiro entregace o Ramo ao Lançador*

Ordenar que o porteiro do auditório, responsável por operacionalizar todas as etapas do leilão, simulasse a entrega do ramo verde ao lançador, fato que indicava aproximar-se o encerramento do pregão de venda e arrematação do(s) bem(ns) exposto(s).

Cont. 1: *mandou odito Juiz que o Sobredito Porteiro afrontace rematace, e entregace o Ramo ao Lançador (A4, L. 56-60, fl. 9v, p. 45).*

Cont. 2: *mandou odito Juiz provedor Comicario, que odito Porteiro, afrontace, e arematace, e entregaceo Ramo ao Lançador (A5, L. 53-57, fl. 12v, p. 57).*

N₁: A entrega do *ramo verde* simbolizava a posse do(s) bem(ns) leiloado(s), a transferência de sua propriedade.

[x] Continuar a apregoar

[o dito porteiro] Continuar a apregoar

O dito porteiro continuou a apregoar

Var. 1: *pello que Logo o Porteiro Continuou apregar dizendo*

Var. 2: *pello que Logo Continuou a apreguardizando*

Retomar o leilão, quando o porteiro do auditório repete todo o procedimento, o que inclui novo apregoamento do(s) bem(ns) leiloado(s) e do seu valor monetário.

Cont. 1: odito Porteiro *Continuou aapreguar* dizendo Onze mil eCem reis medaõ por hum Cauallo russo Capado (A6, L. 52-56, fl. 15v, p. 69).

Cont. 2: pello que Logo *Continuou aapreguardizando* Setemil eCemreis medaõ por huma Espingarda, ehua faca grande (A10, L. 55-57, fl. 27r, p. 115).

N₁: Essa fraseologia está presente em todos os *autos de arrematação* analisados. Sua estrutura é altamente fixa. Tem a função discursiva de confirmar a reiteração dos processos, a fim de que não seja alegado o desconhecimento de qualquer das etapas do leilão.

[x] **Chegar-se a mim**

[Quem mais dê] **Chegar-se a mim**

Quem mais dê chegue-se a mim

Var. 1: quem mais dé, xeguece amim

Var. 2: quem mais dé Cheguece amim

Convocar aquele que deu o melhor lance para que se aproxime do leiloeiro, o porteiro do auditório, e confirme a intenção de compra do que se apregoa.

Cont. 1: *quem mais dé, xeguece amim* Receberei Seulanço (A1, L. 56-57, fl. 2v, p. 17).

Cont. 2: *quem mais dé Cheguece amim* receberei Seu Lanço (A10, L. 48-49, fl. 27r, p. 115).

N₁: Essa fraseologia é totalmente fixa e está presente em todos os *autos* analisados, na seção registro do evento (ou desenvolvimento). Indica incitação feita pelo porteiro do auditório, para que os interessados pensem uma proposta melhor e se aproximem, a fim de concretizá-la.

[x] **Chegar a [y]**

[o porteiro] chegar-se [ao lançador]

Se chegou o porteiro ao lançador

Var. 1: chegou o Porteiro ao dito Lançador

Var. 2: Sexegou ao Rematante

Aproximar-se o porteiro do lançador para concretizar a venda, após a realização de todas as etapas do leilão.

Cont. 1: serem já paçadas as oras datarde, *chegou o Porteiro ao dito Lançador* Jgnacio Pereira Marques (A1, L. 66-69, fl. 2v, p. 17).

Cont. 2: por não auer quem mais dece Sexegou ao Rematante Luduvico Pinto deMesquita (A12, L. 78-80, fl. 33r, p. 139).

N₁: Nesta fraseologia, o verbo *chegar* perde seu sentido denotativo (*atingir o final de uma trajetória*) e assume a conotação de *aproximar-se*. Porteiro e lançador se aproximam com o objetivo de concretizar o negócio.

Receber [x]

Receber [lanço]

Receberei seu lanço

Var. 1: Receberei Seu Lanço

Var. 2: Receberei oSeu Lanço

Aceitar a oferta de outrem na venda do(s) bem(ns) anunciado(s) pelo leiloeiro, que se intitulava aquele que receberia o lance e consumiria o procedimento.

Cont. 1: xeguece amim *Receberei SeuLanço* (A1, L. 56-57, fl. 2v, p. 17).

Cont. 2: xeguece amim *Receberei oSeuLanço* (A4, L. 51-52, fl. 9v, p. 45).

Fazer afronta

Fazer afronta

Afronta faço porque mais não acho

Var. 1: afrontafasso por que mais não axo

Var. 2: afronta faço por que mais não axo

Motivar, encorajar, até mesmo incitar os que assistem ao leilão a darem lance maior, declarando o leiloeiro não ter encontrado lance maior que o citado por ele até então.

Cont. 1: Receberei SeuLanço *afrontafasso* por que mais não axo (A1, L. 57-59, fl. 2v, p. 17).

Cont. 2: receberei Seu Lanço, *afronta faço* por que mais não axo (A8, L. 58-60, fl. 20v, p. 89).

N₁: Essa fraseologia possui forte poder retórico. O verbo *afrontar*, cujo sentido denotativo é *atacar, confrontar*, assume uma conotação de *provocar, incitar*. O porteiro do auditório (ou leiloeiro), até o último momento, tenta obter lance maior, embora que, para isso, tenha que incitar os prováveis compradores.

Achar

Achar

Porque mais não acho, se mais achara mais tomara

Var. 1: por que mais não axo, Semais axara mais tomara

Var. 2: por que mais não axo, Semais axace mais tomara

Confirmar a ausência de maior lance que, caso existisse, seria prontamente aceito.

Cont. 1: afronta fasso, por que mais não axo, Semais axara mais tomara (A2, L. 77-78, fl. 4v, p. 25).

Cont. 2: afronta fasso, por que mais não axo, Semais axace mais tomara (A23, L. 49-51, fl. 59r, p. 243).

N₁: Essa fraseologia, cuja estrutura tem alto grau de fixidez, está presente em todos os documentos analisados, no desenvolvimento do texto, quando o final do leilão se aproxima.

Dar [x], [y], [z]

Dar [uma], [duas], [uma mais pequenina]

Dou-lhe uma, dou-lhe duas, dou-lhe uma mais pequenina em cima

Var. 1: dole hua, dole duas, doleoutra mais pequenina emSima

Var. 2: dollehumma dolle duas dolhe huma mais pequenina emSima

Encaminhar para o fim do leilão, dando as últimas chances para a compra do(s) objeto(s) leiloado(s), finalizando o pregão público.

Cont. 1: Semais axara mais tomara *dole hua*, dole duas, doleoutra mais pequenina emSima (A7, L. 68-72, fl. 17v-18r, p. 77-79).

Cont. 2: Semais axaramais tomara *dollehuma* dolle duas dolletres dolhe huma mais pequenina emSima (A34, L. 69-73, fl. 83r, p. 339).

N₁: Essa fraseologia é altamente especializada, pertencente à esfera jurídica, ao cerimonial do leilão em praça pública. É ela que dá o tom e a feição dos pregões de venda. Indica marcação temporal: se ainda houver interessados em dar um lance, estes devem apressar-se, pois o pregão, muito breve, chegará ao final, e a venda do(s) bem(ns) será efetuada pelo maior lance oferecido.

N₂: Ponto alto do leilão, quando o porteiro do auditório dá à assembleia ciência de que faltam apenas alguns passos para que o pregão chegue ao final e a venda do(s) bem(ns) seja efetuada.

Olhar para [x]

Olhar para [uma e outra parte]

Olhando para uma e outra parte.

Var. 1: olhando odito Porteiro para hua, eoutra parte

Var. 2: eolhando para hua, eoutra Couza

Procurar um lance ainda maior ou de confirmar a inexistência de impedimento para que a venda do(s) bem(ns) anunciado(s) fosse efetivada e para que o leilão fosse encerrado.

Cont. 1: *eolhando* odito Porteiro *para hua, eoutra parte*, epor que naõ ouve quem maior Lanço oferecece (A7, L. 81-84, fl. 18r, p. 79).

Cont. 2: *eolhando para hua, eoutra Couza*, por naõ aver quem mais dece (A13, L. 64-66, fl. 35r, p. 147).

Meter [x]

Meter [um ramo verde]

Meteu-lhe um ramo verde na mão.

Var. 1: elhemeteo hum Ramo verde namaõ

Var. 2: elhemeteo hú ramo verdenamaõ

Entregar ao lançador um ramo verde, símbolo da concretização da compra do(s) bem(ns) leiloado(s).

Cont. 1: *elhemeteo hum Ramo verde* namaõ em Sinal de Sua arematação (A1, L. 69-72, fl. 2v-3r, p. 17-19).

Cont. 2: *elhemeteo hú ramo verdenamaõ* [...] em Sinal de Sua arematação (A12, L. 80-86, fl. 33r, p. 139).

N₁: Essa fraseologia indica a posse do bem leilado, é recorrente em todos os *autos* e possui altíssimo grau de fixidez.

N₂: A entrega do ramo verde ao lançador simboliza a transferência de propriedade do(s) bem(ns) leilado(s) àquele que ofereceu o maior lance.

Fazer proveito

Fazer proveito

Bom proveito lhe faça.

Var. 1: Bom proveito lhe faça

Var. 2: Bom proveito lhe fassa

Desejar ao arrematante que o(s) bem(ns) adquirido(s) lhe seja(m) de boa serventia e lhe traga(m) benefícios.

Cont. 1: dizendo *lhe Bom proveito lhe faça* (A1, L. 72-73, fl. 3r, p. 19).

Cont. 2: dizendo *lhe Bom proveito lhe fassa* (A35, L. 113-114, fl. 85v, p. 349).

N₁: Essa fraseologia está presente em todos os *autos*, ao final do registro do evento (ou desenvolvimento), donde decorre sua importância pragmática. Corresponde semanticamente à atual expressão: *Boa sorte!*

N₂: Após a entrega do ramo verde ao lançador, fazia parte do protocolo que o porteiro do auditório lhe desejasse o bom uso e o conseqüente proveito do bem arrematado.

4.4 SEÇÃO 4 – FECHAMENTO

Haver [x] por feita

Haver [a arrematação] por feita

Houve o dito juiz esta arrematação por feita.

Var. 1: eouve odito Juiz por feita adita Arematação por feita pellareferida quantia

Var. 2: ouve odito Juiz Provedor Comissario esta arematação por feita

Retomar a condução do processo pelo juiz ordinário provedor comissário de ausentes, quando este atesta que o pregão de venda e arrematação foi concluído, após a realização de todas as etapas necessárias.

Cont. 1: eouve odito Juiz por feita *adita Arematação por feita* pellareferida quantia, que Logo Recebeo oactual Thezoureiro (A5, L. 125-129, fl. 13v-14r, p. 61-63).

Cont. 2: Epor estaforma *ouve* odito Juiz Provedor Comissario *esta Arematação por feita*, eoSobredito Poldro por arematado (A13, L. 73-76, fl. 35v, p. 149).

N₁: Essa fraseologia dá início à seção de fechamento do *auto*. Até então, embora que por ordem do juiz, todas as ações são executadas pelo porteiro do auditório. Nesse momento, o juiz ordinário retoma a condução do processo, informa estar encerrado o leilão e afirma a legalidade e a validade do *auto*.

[x] Satisfazer [y]

[O arrematante] satisfazer [a quantia]

O dito arrematante satisfez a mencionada quantia.

Var. 1: oqual Logo Sechegou aMesa, eSatisfes areferida quantia

Var. 2: odito SeuProcurador Satisfes areferida quantia

Efetuar o pagamento do valor ofertado pelo bem adquirido.

Cont. 1: napessoa dodito Arrematante, *oqual* Logo Sechegou aMesa, eSatisfes *areferida quantia* devinte Seis mil quatro Centos eSecentareis (A3, L. 125-129, fl. 8r, p. 39).

Cont. 2: elogo *odito SeuProcurador Satisfes areferida quantia* dedézmil equinhentos reis (A5, L. 87-90, fl. 13r, p. 59).

N₁: Nesse contexto, o verbo *satisfazer* assume o sentido de *pagar o que se deve*, a fim de consumir a compra.

Apresentar [x]

Apresentar [a quitação]

Apresentou a quitação do teor seguinte.

Var. 1: eaprezentou aquitação daCiza do theor Seguinte

Var. 2: Eaprezentou oBilhete daquitação daCiza

Confirmar a quitação da dívida pela aquisição do(s) bem(ns) então leiloado, após a efetuação do pagamento ao tesoureiro responsável.

Cont. 1: Satisfes areferida quantia dedézmil equinhentos reis, eaprezentou a quitação daCiza do theor Seguinte (A5, L. 88-91, fl. 13r, p. 59).

Cont. 2: Eaprezentou oBilhete daquitação daCiza que aqui emCorporei, eCopiei do theor Seguinte (A9, L. 91-95, fl. 24v, p. 105).

Oferecer por fiador

Oferecer por fiador

Oferecia por seu fiador.

Var. 1: oferecia porSeu Fiador a Antonio Viriato deMedeiros, omen xam e abonado

Garantir a corresponsabilidade pela dívida do arrematante, quando da compra do(s) bem(ns), uma pessoa idônea e de posses.

Cont. 1: para oque *oferecia porSeu Fiador* a Antonio Viriato deMedeiros, omen xam eabonado, aqui visto, eouvido pello dito Juiz (A11, L. 90-94, fl. 29v, p. 125).

N₁: O fiador é aquele que se obriga a cumprir compromisso financeiro de outra pessoa, em caso de inadimplência. Deve ser, portanto, pessoa idônea e de posses. À época, como ocorre ainda hoje, recorria-se a esse expediente, quando de uma compra cujo montante não se tinha integralmente.

Conceder [x]

Conceder [a espera]

Conceder a espera pedida.

Var. 1: Conceder aesperados tresmezes naforma pedida

Estender o prazo para efetuar quitação de dívida, benefício cujo assentimento era dado pelo juiz.

Cont. 1: ouve porbemde *Conceder aesperados tresmezes naforma pedida* (A11, L. 96-98, fl. 29v, p. 125).

N₁: Nos *autos* estudados, todas as vezes que houve solicitação para que se estendesse o prazo para quitação da dívida, o juiz ordinário concedeu, à exceção de apenas um deles, precisamente no auto 29, onde se lê: “Pedro Lopes diçe que Sim que queria arematar oEscravo Com prazo eque daua hum fiador logo lhe respondeo oJuis que naõ podia Ser porque avia quem remataçe odito [Constado] em Meza eque Só Seremataria a prazo Senaõ ouveçe quem remataçe aVista doque ficou elle PedroLopes emtendido.” (A29, L. 160-171, fl. 71v, p. 293).

[x] **Assinar** [y]

[O dito fiador] **assinar** [o competente termo]

O dito fiador assinou o competente termo.

Var. 1: odito Fiador asinou oCompetente termo

Var. 2: asinando odito Fiador oCompetente termo

Confirmar e validar o compromisso assumido perante os responsáveis por todo o processo do leilão.

Cont. 1: delhe Conceder aesperapedida, eque *odito Fiador asinou oCompetente termo* ao pé deste (A7, L. 108-111, fl. 18v, p. 81).

Cont. 2: ouve porbem Conceder aespera pedida, *asinando odito Fiador oCompetente termo* deFiança aopê deste (A8, L. 94-98, fl. 21r, p. 91).

N₁: Essa fraseologia indica a necessidade da confirmação do compromisso assumido através de assinatura.

[x] **Constar**

[Tudo] **Constar**

Para tudo constar.

Var. 1: eparatudo Constar passo oprezente deminha letra efirma

Reafirmar a legalidade dos procedimentos realizados.

Cont. 1: pello preço equantia deCem milreis arematado por Thiago Jozé deMello, eparatudo Constar passo oprezente deminha letra efirma (A14, L. 114-118, fl. 37v, p. 157).

N₁: Os *autos de arrematação*, embora não fossem escritos por um juiz ordinário, tinham a sua certificação. Eram produzidos por ordem da autoridade competente e possuíam valor notarial. Assim, era necessário que se lançasse mão de todos os instrumentais de que se dispunha, a fim de comprovar a legalidade e a validade da negociação feita. A presença de assinaturas, rubricas e carimbos era uma constante.

Assinar de cruz

Assinar de cruz

Assinou de cruz.

Var. 1: assinou deCrus

Var. 2: asinou deCruz

Fazer-se representar por uma cruz, que tinha valor de assinatura, devido ao fato de ser totalmente analfabeto.

Cont. 1: ComoSobredito Arematante ePorteiro assinou, eeste por não Saber escrever *assinou deCrus* (A1, L. 86-88, fl. 3r, p. 19).

Cont. 2: Com odito Arrematante eoPorteiro do Auditorio, que pornaõ Saberescrever *asinou deCruz* (A5, L. 134-137, fl. 14r, p. 63).

N₁: O leiloeiro, que aparece nos *autos* analisados como o *porteiro do auditório*, chama-se André José Rodrigues Ferreira. Sujeito presente em todos os manuscritos, é o responsável pela parte operacional dos leilões. Embora executasse várias ações, todas elas necessárias à realização do leilão, não sabia assinar. O escriba, então, escrevia o nome do porteiro e este inseria uma cruz, sinal usado à época por quem não sabia escrever.

Conter [x]

Conter [mais]

E não se continha mais em dita quitação da ciza.

Var. 1: Enão SeContinhamais em dita quitação dameiaCiza

Var. 2: Enão SeContinha mais nem menos em dita quitação da Ciza

Declarar a lisura de todo o procedimento, com a intenção de, mais uma vez, assegurar a sua validade.

Cont. 1: Enão *SeContinha mais* em dita quitação dameiaCiza que eu Escrivão aodiante nomeado aqui (A8, L. 128-131, fl. 21v, p. 93).

Cont. 2: Enão *SeContinha mais nem menos* em dita quitação daCiza, que eu Escrivão aodiante nomeado aqui (A11, L. 129-132, fl. 30r, p. 127).

N₁: O escrivão registrava todo o protocolo do leilão em praça pública, tinha acesso à quitação da dívida, bilhete fornecido pelo tesoureiro. Cabia a ele conferir as informações ali contidas, a fim de atestar sua precisão.

Incorporar

Incorporar

Eu escrivão aqui bem e fielmente incorporei.

Var. 1: eu Escrivão aodiante nomeado aqui bem, efelmente emCorporei doproprio

Acrescentar ao *auto de arrematação* informações que foram repassadas ao escrivão e que eram necessárias à comprovação de sua veracidade.

Cont. 1: eu Escrivão aodiante nomeado aqui bem, efelmente *emCorporei* doproprio digo emCorporei, Copiando doproprio que mefoi apresentado (A4, L. 121-125, fl. 10v, p. 49).

N₁: *Incorporar*, nesse contexto, tem o sentido de *acrescentar* algo ao corpo do documento. O escrivão recebia informações que deveriam ser acrescentadas ao *auto*. Quando isso ocorria, ele as incorporava e lhes atribuía validade.

[x] Tomar entrega

[o atual tesoureiro] Tomar entrega

O atual tesoureiro tomou entrega.

Var. 1: tomou entrega o actual Thez**oureiro** João Luis de Abreu

Var. 2: tomou entrega o dito Thez**oureiro** abaixo assinado

Receber e responsabilizar-se pela quantia devida aos cofres da coroa portuguesa.

Cont. 1: a **quantia** de 9\$434 **pertencente** ao **Juizo** da **Provedoria Geral** de que *tomou entrega o actual Thezoureiro* (A6, L. 117-120, fl. 16v, p. 73).

Cont. 2: a **quantia** de 58\$665 de que *tomou entrega o dito Thezoureiro* abaixo assinado (A8, L. 224-226, fl. 23r, p. 99).

Sin. : **[x] Tomar conta**

[x] Tomar conta

Ver **Tomar entrega**

Cont. 1: de que *tomou Conta o Thezoureiro* (A9, L. 185-186, fl. 26r, p. 111).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início da execução deste trabalho, tínhamos muito claro o objetivo de fazer os resgates documental e linguístico do livro *Arrematações de Auzentes da Villa de Sobral (1817-1823)*. Para tanto, realizamos seu estudo filológico, através da edição dos *autos*, e seu estudo linguístico, por meio do levantamento e do estudo das fraseologias contidas nos documentos, culminando com a elaboração do glossário de fraseologias especializadas. Ao final dos trabalhos, consideramos que alcançamos a meta a que nos propusemos.

Primeiramente, pelo viés filológico, através da edição semidiplomática dos textos, contribuímos para a transmissão deste átomo do nosso patrimônio documental. Tornar acessíveis esses manuscritos nos emocionou. Principalmente, quando estávamos em sua presença física e nos dávamos conta de que tínhamos, diante de nossos olhos, um rabisco que, como uma esfinge, parecia-nos dizer: “Decifra-me ou te devoro”. O decifrar dos enigmas encerrados nos manuscritos foi, ao mesmo tempo, desafiador e gratificante.

Os *autos* nos revelaram um sistema com traços ora da escrita fonética, ora da pseudoetimológica, ora da escrita intuitiva, ratificando a inexistência de padronização ortográfica. Podemos afirmar, entretanto, que a representação grafemática utilizada à época é muito semelhante à que usamos hoje, à exceção dos grafemas K, W e Y, dos quais não encontramos registro algum no *corpus*.

Que dizer sobre o livro que dá suporte aos *autos de arrematação*? Frágil e forte, simples e sábio, solitário e cúmplice, material e virtual, o códice tem 198 anos de existência e nos revela que, desde então, já existia o cuidado com a autenticidade dos documentos. Os termos de abertura e de encerramento devidamente assinados por João Antônio Rodrigues de Carvalho, Ouvidor da Comarca do Ceará⁵⁵, os fólios numerados e rubricados, também pelo referido Ouvidor, são a prova de que não houve inserção de fólio algum.

O livro também nos mostra que havia uma preocupação com a lisura da informação guardada. Sempre que surge evento passível de suscitar qualquer

⁵⁵ Informação obtida no site do Supremo Tribunal Federal, cujo endereço eletrônico é <<http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stj&id=260>>, acessado em: 24 jan. 2015.

dúvida naqueles que fazem uso de suas informações, são inseridas notas elucidativas à margem esquerda ou à direita da mancha. Não podemos nos esquecer das marcas codicológicas inseridas também às margens dos documentos. Quando, por exemplo, o bem leiloadado era um animal de grande porte, como um cavalo ou um boi, caso este tivesse marca de ferro do dono, esta era inserida em local próximo à informação no texto, com a finalidade de esclarecer que não se conhecia o proprietário daquela marca.

Com o resgate do conteúdo desses documentos, acreditamos ter contribuído para a preservação das memórias histórica e linguística do estado do Ceará, sendo este o segundo viés do nosso trabalho, sobre o qual falaremos agora.

Confirmamos ser nosso *corpus* formado por textos absolutamente especializados – pela temática, pelo âmbito de circulação, pela linguagem e pelo recorte temporal. Conseqüentemente, nos textos pulsam fraseologias da língua especializada da esfera jurídica de uma sincronia diversa à atual, fato que comprovou a necessidade da elaboração de um glossário fraseológico que possibilitasse acesso aos pesquisadores das várias áreas do conhecimento, assim como aos cidadãos comuns que venham a precisar das informações contidas nos documentos.

Confirmamos, também, que os critérios escolhidos – a polilexicalidade, o grau de fixidez, a estereotipia, a frequência e a presença verbal – acomodaram perfeitamente as fraseologias especializadas, atendendo aos objetivos deste trabalho nos momentos de coleta e seleção fraseológicas.

Embora tenha sido bastante laborioso, fazer manualmente a coleta e a seleção das fraseologias foi a melhor estratégia, devido às características dos manuscritos. Fazer uso de fichas fraseográficas, por sua vez, contribuiu para a eficácia dos registros e para a organização dos dados obtidos, visto que nossa opção foi por dispô-las de acordo com as seções existentes nos *autos*.

Importa-nos salientar que essa opção ocasionou fato deveras interessante: à medida que fazíamos a leitura do glossário, tínhamos a sensação de estar presenciando um leilão do período colonial, pois as fraseologias vão descrevendo cada ação realizada, cada passo dado, até a finalização do negócio, o pagamento da dívida, a apresentação das custas.

Finalmente, nosso trabalho resultou na elaboração de um glossário fraseológico, com macroestrutura organizada de modo a facilitar a leitura dos *autos de arrematação* e agilizar o acesso às suas informações. Ao todo são quarenta e quatro entradas, dispostas da seguinte maneira: na abertura, identificamos quatro fraseologias; na introdução, apenas duas; no registro do evento, parte mais extensa do gênero textual, identificamos vinte e seis fraseologias; no fechamento, onze; nas custas, apenas três.

Um aspecto que demandou muita reflexão e objetividade foi a organização da microestrutura, pensada para facilitar a consulta não apenas por especialistas, mas também por pessoas leigas, cidadãos comuns. A lematização verbal, a inserção das formas variáveis e do contexto das fraseologias, as definições e as notas, tudo organizado para favorecer a leitura dos verbetes, fornecendo informações linguísticas e extralinguísticas para o entendimento do texto.

Acreditamos que nosso trabalho respondeu positivamente às missões a que nos propomos: resguardar o livro *Arrematações de Auzentes da Villa de Sobral (1817-1823)* e seu conteúdo; fornecer excelente material para o estudo da língua portuguesa numa perspectiva histórica; somar às pesquisas fraseográficas e fraseológicas.

Entendemos, ainda, que nossa pesquisa contribuiu para os estudos sobre o léxico cearense que vêm sendo desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará (PosLA-UECE), pela sua relevância filológica, histórica e, sobretudo, linguística, através do estudo fraseológico realizado. Somou, também, aos trabalhos já produzidos pelos pesquisadores do grupo de estudos PRAETECE, além de contribuir com estudos ainda por realizar, visto que fornecemos *corpus* fidedigno, repleto de fenômenos linguísticos que podem ser analisados, como por exemplo: o léxico comum, as abreviaturas, a pontuação, a acentuação, a colocação pronominal, as construções frasais etc.

Sabemos, entretanto, que todo trabalho é completo em sua incompletude, que toda pesquisa preenche algumas lacunas e abre outras tantas. Não desejamos a impossível completude, mas a inevitável busca. Embora reconheçamos a pequenez de nossa contribuição, somos sensíveis à concretude do passo dado em direção à confirmação dos estudos filológicos e linguísticos em nosso estado.

REFERÊNCIAS

ABBADE, Celina Márcia de Souza. *Um estudo lexical do primeiro manuscrito da culinária portuguesa medieval: o livro de cozinha da Infanta D. Maria*. Salvador: Quarteto, 2009.

ALMEIDA, Aurelina A. Domingues. Filologia: uma linha para a lexicologia tecer seus pontos. In: TEIXEIRA, Maria da Conceição R.; QUEIROZ, Rita de Cássia R. de; SANTOS, Rosa Borges dos (Orgs.). *Diferentes perspectivas dos estudos filológicos*. Salvador: Quarteto, 2006. p. 227-240.

AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários*. Tradução de José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1972.

ARAGÃO, M. Ximenes de. Efeitos da seca de 1825. *Revista do Instituto do Ceará*, Ceará, t. 27, p. 115, 1913.

ARAÚJO, F. Sadoc de. *Raízes portuguesas do Vale do Acaraú*. Sobral (CE): Gráfica Editorial Cearense, 1991.

_____. *História da cultura sobralense*. Sobral (CE): Imprensa Universitária, UVA, 1978.

BAKHTIN, Mikhail. *A estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BALDINGER, Kurt. *Língua e cultura*. Tradução de Enzo Del Carratore. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/praetece/lingua-e-cultura-kurt-baldinger>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

BALLY, Charles. *Traité de stylistique française*. Paris: Klincksieck, 1951.

BARBOSA, Afranio Gonçalves. O contexto dos textos coloniais. In: ALKMIM, Tania Maria (Org.). *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 2002. p. 421-431.

BASSETO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica: história externa das línguas*. São Paulo: Edusp, 2001, Vol. 1.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

_____. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

BEVILACQUA, Cleci Regina. Unidades fraseológicas especializadas eventivas: características y propuesta de descripción. In: LORENTE; Mercé; ESTOPÀ, Rosa; FREIXA, Judit; MARTÍ, Jaume; TEBÉ, Carles (Orgs.). *Estudis de lingüística i de lingüística aplicada*: en honor de Maria Teresa Cabré Castellví. Barcelona: Institut Universitari de Lingüística. Universitat Pompeu Fabra, 2007. p. 209-220.

_____. *A Fraseologia jurídico-ambiental*. 1996. 148f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/termisul/biblioteca/dissertacoes/dissertacao_1996_BEVILACQUA.pdf>. Acesso em: 07 abr. 2014.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Orgs.). *As ciências do léxico*: lexicologia, lexicografia, terminologia. 2.ed. Campo Grande: UFMS, 2001a. p. 131-144.

_____. Os dicionários na contemporaneidade: arquitetura, métodos e técnicas. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Orgs.). *As ciências do léxico*: lexicologia, lexicografia, terminologia. 2.ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001b. p. 131-144.

BLAIS, Esther. La phraséologie. Une hypothèse de travail. *Terminologies nouvelles*, n. 10, Bélgica: RINT, 1993. p. 50-56.

CABRÉ, Maria Teresa; ESTOPÀ, Rosa. Unidades de conhecimento especializado: caracterização e tipologia. *Cadernos de tradução*, Porto Alegre, n. 20, 2007. p. 35-59.

CABRÉ, Maria Teresa. Textos especializados y unidades de conocimiento: metodología y tipologización. In: GARCÍA PALACIOS, Joaquín; FUENTES, M. Teresa (Orgs.). *Texto, terminología y traducción*. Salamanca: Ediciones Almar, 2002. p. 15-36.

_____. *Terminología*: Representación y comunicación. Elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos. *Sèrie Monografies*, n. 3. Barcelona: Universitat Pompeu Fabra, Institut Universitari de Lingüística Aplicada, 1999.

_____. Variació pel tema. El discurs especialitzat o la variació funcional determinada per la temàtica: noves perspectives. In: *Caplletra, Revista Internacional de Filologia*, Tardor, 1998. p. 137-194.

CÂMARA Jr., Joaquim Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática*: referente à língua portuguesa. Petrópolis: Vozes, 1986.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CARVALHO, Ednúsia Pinto de. *Os marcadores metadiscursivos em textos didáticos especializados: um estudo em corpora em língua alemã*. 2005. 114f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual do Ceará, 2005.

CASTELLÀ, Josep M. *De la frase al text*. Barcelona: Empúries, 1992.

CORPAS PASTOR, Gloria. *Manual de fraseologia española*. Madrid: Editorial Gredos, 1996.

DAIN, Alphonse. *Les manuscrits*. Paris: Les Belles Lettres, 1975.

DAMIM, Cristina Pimentel. *Proposição de critérios metalexográficos para avaliação do dicionário escolar*. 2005. 233f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

DE PLÁCIDO E SILVA, Oscar José. *Vocabulário jurídico*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006.

DESMET, Isabel. Teoria e prática da fraseologia de especialidade: aplicações. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 5, 1997. p. 27-56.

DICCIONARIO DE LA LENGUA ESPAÑOLA (DRAE). Disponível em: <www.rae.es>. Acesso em: 12 ago. 2014.

DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA. Versão 3.0. São Paulo: Objetiva, 2009.

FABRÍCIO, Branca Falabella. Linguística Aplicada como espaço de “desaprendizagem”: redescrições em curso. In: MOITA LOPES, L. P. (Org.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p. 45-65.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguística histórica*. São Paulo: Ática, 1991.

FARIAS, Emília Maria Peixoto. *Glossário de termos da moda*. Fortaleza: Ed. UFC, 2003.

GARCIA, Rodolfo. *Ensaio sobre a história política e administrativa do Brasil: 1500-1810*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1956.

GLÄSER, R. The problem of style classifications in LSP (ESP). In: *Actas del III European Symposium on LSP*, Copenhaguen, 1981.

GOUADEC, Daniel. Nature et traitement des entités phraséologiques. *Terminologie et phraséologie. Acteurs et aménageurs. Actes du deuxième Université d'Automne en Terminologie*. Paris: La Maison du Dictionnaire, 1994. p. 164-193.

_____. Extraction, description, gestion et exploitation de entités phraséologiques. *Terminologies Nouvelles*, 10, Bélgica, RINT, 1993. p. 83-91.

_____. *Terminologie, Constitution des Données*. Paris: Afnor, 1990.

GRÉCIANO, Gertrud. Actualités phraséologiques. *Verbum*, v. 9, n. 3, 1986. p. 16-22.

GRESSLER, L. A. *Introdução à pesquisa: projetos e relatórios*. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HIGOUNET, Charles. *História concisa da escrita*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

HOFFMANN, Lothar. Caracteristique del llenguatges d'especialitat. In: BRUMME, J. (Dir.). *Llenguatges d'especialitat*. Barcelona: IULA/UPF, 1998. p. 21-69.

KRIEGER, Maria da Graça. Terminologia e seus objetos de investigação. In: X Simposio Iberoamericano de Terminología (RITerm 2006), 2008, Montevideo. *Actas...* Montevideo, 2008. Disponível em: <<http://www.projeto.unisinos.br/termilex/textos/Artigo-Graca05.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2014.

_____. *Terminologias em construção: processamentos metodológicos*. São Paulo: Alfa, 2006.

_____; FINATTO, Maria José Bocorny. *Introdução à terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Atlas, 2011.

LARA, Cecília de. A lírica de Camões e a crítica textual. In: *Encontro de crítica textual: o manuscrito moderno e as edições*. São Paulo, USP, 1986.

LOIOLA, Wagner Rodrigues. *Estudo dos aspectos formais e linguísticos em editais do século XVIII*. 2014. 178f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

MACIEL, Anna Maria Becker. Pertinência pragmática e nomenclatura de um dicionário terminológico. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*. Lisboa: Associação das Universidades de Língua Portuguesa, n. 15, 1996. p. 275-284.

MARTINS, Cínthya da Silva. *Ao rufar das caixas, leia-se o bando: estudo diacrônico da tradição discursiva bando no Ceará (1670-1832)*. 2013. 404f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

MARTINS, Vicente. *Homens e vultos de Sobral*. Fortaleza (CE): Edições UFC/Stylus, 1989.

MATEUS, Helena Mira; VILLALVA, Alina. *O essencial sobre linguística*. Lisboa: Caminho, 2006.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. Para a história do português culto e popular brasileiro: sugestões para uma pauta de pesquisa. In: ALKMIM, Tania Maria (Org.). *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas, 2002. p. 443-464.

MELO, Gladstone Chaves de. *Origem, formação e aspectos da cultura brasileira*. Lisboa: Centro do Livro Brasileiro, 1974.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Da aplicação de linguística à linguística aplicada indisciplinar. In: PEREIRA, R. C.; ROCA, M. (Orgs.). *Linguística aplicada – um caminho com diferentes acessos*. São Paulo: Editora Contexto, 2011. p. 11-24.

MONTEIRO-PLANTIN, Rosemeire Selma. *Fraseologia: era uma vez um patinho feio no ensino da língua materna*. v.1. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

_____. Gastronômismos linguísticos: um olhar sobre fraseologia e cultura. In: ORTIZ ALVAREZ, Maria Luisa; UNTERNBÄUMEN, Enrique Huelva (Orgs.). *Uma (re)visão da teoria e da pesquisa fraseológicas*. Campinas (SP): Pontes Editores, 2011. p. 249-275.

NUNES, Joaquim José. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. Lisboa: Clássica, 1989.

NUNES, Ticiane Rodrigues. *Glossário de termos do campo lexical violência nos autos de querela do século XIX*. 2014. 118f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. v. 1 a 5. Rio de Janeiro, 1870. Edição de Cândido Mendes de Almeida. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>>. Acesso em: 04 jun. 2014.

ORTIZ ALVAREZ, Maria Luisa; UNTERNBÄUMEN, Enrique Huelva (Orgs.). *Uma (re)visão da teoria e da pesquisa fraseológicas*. Campinas (SP): Pontes Editores, 2011.

_____. *Expressões idiomáticas do português do Brasil e do espanhol de Cuba: estudo contrastivo e implicações para o ensino de português como língua estrangeira*. 2000. 334f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade de Campinas, São Paulo, 2000.

_____. As expressões idiomáticas dentro da obra lexicográfica. *Revista brasileira de linguística*, São Paulo, v. 9, 1997. p. 181-212.

PAVEL, Silvia. A fraseologia na língua de especialidade. Metodologia de registro nos vocabulários terminológicos. In: FAULSTICH, Enilde; ABREU, Sabrina Pereira de. (Orgs.). *Linguística aplicada à terminologia e à lexicografia: cooperação internacional: Brasil e Canadá*. Tradução de Germana H. P. de Souza. Porto Alegre: UFRGS, 2003. p. 99-132.

_____. La phraséologie en langue de spécialité. Méthodologie de consignation dans les vocabulaires terminologiques. *Terminologies Nouvelles*, 10, Bélgica, RINT, 1993a. p. 67-82.

_____. Vers un méthode de recherche phraséologique de langue de spécialité. *L'Actualité Terminologique*. Ottawa, Secrétariat d'Etat du Canada, v. 26, n. 2. 1993b. p. 9-13.

PONTES, Antônio Luciano. *Dicionário para uso escolar: o que é, como se lê*. Fortaleza: EDUECE, 2009.

_____. *Os termos da cultura e industrialização do caju*. 1997. 224f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Assis (SP), 1997.

POTTIER, Bernard. *Linguística geral: teoria e descrição*. Rio de Janeiro: Presença/Universidade Santa Úrsula, 1978.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*: Colônia. São Paulo: Brasiliense, 1999.

QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de. Para que editar: a filologia a serviço da preservação da memória baiana. In: QUEIROZ, Rita de Cássia Ribeiro de; SANTOS, Rosa Borges dos; TEIXEIRA, Maria da Conceição Reis. (Orgs.). *Diferentes perspectivas dos estudos filológicos*. Salvador: Quarteto Editora, 2006. p. 141-153.

_____. *Dos benefícios de Deus, Livro da consciência e do conhecimento próprio, Da amizade e das qualidades do amigo*: Edição e estudo do vocabulário de três tratados do texto Castelo Perigoso. 2002. 475f. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2002.

_____. *Sonetos de Arthur de Salles: tentativa de edição crítica*. 1995. 239f. Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística) – Universidade Federal da Bahia, Bahia, 1995.

RUDDER, Orlando de. *Cogito ergo sum: dicionário comentado de expressões latinas*. Lisboa: Texto e Grafia, 2005.

SALGADO, Graça. *Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, [s.d.].

SANTIAGO, Márcio Sales. *Unidades fraseológicas especializadas em tutoriais de ambientes virtuais de aprendizagem: proposta de um sistema classificatório com base na valência verbal*. 2013. 223f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/72745>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 1999.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. São Paulo: EDUSP, 1994.

SWALES, John M. *Genre analysis: English in academic and research settings*. New York: Cambridge University Press, 1990.

TAGNIN, Stella E. O. Linguística de *corpus* e Fraseologia: uma feita para a outra. In: ORTIZ ALVAREZ, Maria Luisa; UNTERNBÄUMEN, Enrique Huelva. (Orgs.). *Uma (re)visão da teoria e da pesquisa fraseológicas*. São Paulo: Pontes, 2011. p. 277-302.

TAGNIN, Stella E. O. *O jeito que a gente diz: combinações consagradas em inglês e português*. São Paulo: Disal, 2013.

VILELA, Mário. *Ensino da língua portuguesa: léxico, dicionário, gramática*. Coimbra: Almedina, 1995.

WELKER, Herbert Andreas. *O uso de dicionários: panorama geral das pesquisas empíricas*. Brasília: Thesaurus, 2006.

_____. *Dicionários: uma pequena introdução à lexicografia*. Brasília: Thesaurus, 2004.

WILLIAMS, Raymond. *Palavra-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.

XATARA, Claudia. A produção fraseoparemiográfica. In: ORTIZ ALVAREZ, Maria Luisa. (Org.) *Tendências atuais na pesquisa descritiva e aplicada em fraseologia e paremiologia*. Anais, Volume 1. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. p. 205-212.

XIMENES, Expedito Eloísio. *Fraseologias jurídicas: estudo filológico e linguístico do período colonial*. Curitiba: Appris, 2013.

_____. Filologia: uma ciência antiga e uma polêmica eterna. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, ano 18, n. 52, 2012. p. 93-115. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/revista/52/07.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2013.

_____. *Estudo filológico e linguístico das unidades fraseológicas jurídico-criminal da Capitania do Ceará nos séculos XVIII e XIX*. 2009. 414f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

_____. *Autos de querrela e denúncia...: edição de documentos judiciais do século XIX no Ceará para estudos filológicos*. Fortaleza: LCR, 2006.

_____. *Os clíticos nos autos de querrela do século XIX, no Ceará: edição filológica e análise linguística*. 2004. 496f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

ZAVAM, Suely Áurea. *Por uma abordagem diacrônica dos gêneros do discurso à luz da concepção de tradição discursiva: um estudo com editoriais de jornal*. 2009. 420f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009.

ÍNDICE REMISSIVO

A

abater uma parcela da outra (p. 136)
 achar [*porque mais não acho, se mais achara mais tomara*] (p. 128)
 apreender por ausentes [*vaca com cria*] (p. 116)
 apreender por fugido [*um escravo crioulo*] (p. 117)
 apresentar a quitação (p. 132)
 armar a mesa do estilo (p. 120)
 assinar [*o dito fiador assinar o competente termo*] (p. 133)
 assinar de cruz (p. 134)

C

chegar-se a mim [*quem mais dê chegue-se a mim*] (p. 126)
 chegar a [*o porteiro chegar ao lançador*] (p. 126)
 começar a apregoar (p. 122)
 conceder a espera (p. 133)
 constar [*tudo constar*] (p. 134)
 conter *mais* (p. 135)
 continuar a apregoar [*o dito porteiro continuar a apregoar*] (p. 125)

D

dar [*dar uma, dar duas, dar uma mais pequenina em cima*] (p. 128)
 determinar armar a mesa do estilo (p. 119)

E

estar aí o porteiro do auditório (p. 118)

F

fazer afronta (p. 127)
 fazer proveito [*bom proveito lhe faça*] (p. 130)
 ficar na verdade sem coisa que dúvida faça (p. 136)

H

haver arrematar a quem por ela mais desse (p. 121)
 haver a arrematação por feita (p. 131)
 haver quem mais dê (p. 122)
 haver quem mais desse (p. 123)
 haver quem mais lançasse (p. 123)
 haver quem mais oferecesse (p. 124)

I

incorporar (p. 135)
 ir vindo o atual juiz ordinário Inácio Gomes Parente (p. 118)

M

mandar afrontar [*o juiz mandar o porteiro afrontar*] (p. 124)

mandar armar a mesa do estilo (p. 120)

mandar arrematar [*o juiz mandar o porteiro arrematar*] (p. 124)

mandar entregar [*o juiz mandar o porteiro entregar o ramo verde*] (p. 125)

mandar fazer auto de arrematação (p. 115)

meter um ramo verde (p. 129)

O

oferecer por fiador (p. 132)

olhar para uma e outra parte (p. 129)

P

passar em [*a dita praça*] (p. 121)

R

receber [*lanço*] (p. 127)

S

satisfazer [*o arrematante satisfazer a quantia*] (p. 131)

ser arrematante [*Inácio Pereira Marques*] (p. 117)

T

tomar entrega [*o atual tesoureiro tomar entrega*] (p. 137)

tomar conta [*de que tomar conta o tesoureiro*] (p. 137)

trazer a pregão de venda e arrematação (p. 120)